

ESCOLA DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
DOUTORADO EM PSICOLOGIA

ANDRÉ VERZONI

**EMPATIA E TOMADA DE PERSPECTIVA E SUAS RELAÇÕES COM O
PRECONCEITO E O RACISMO**

Porto Alegre

2019

PÓS-GRADUAÇÃO - *STRICTO SENSU*



Pontifícia Universidade Católica
do Rio Grande do Sul

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
DOUTORADO EM PSICOLOGIA

ANDRÉ VERZONI

**EMPATIA E TOMADA DE PERSPECTIVA E SUAS RELAÇÕES COM O
PRECONCEITO E O RACISMO**

Orientadora: Profa. Dra. Carolina Saraiva de Macedo Lisboa

Tese de Doutorado apresentada ao Programa
de Pós-Graduação em Psicologia da Pontifícia
Universidade Católica do Rio Grande do Sul
como parte dos requisitos para a obtenção do
título de Doutor em Psicologia.

Porto Alegre
2019

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
DOUTORADO EM PSICOLOGIA

**EMPATIA E TOMADA DE PERSPECTIVA E SUAS RELAÇÕES COM O
PRECONCEITO E O RACISMO**

COMISSÃO EXAMINADORA:

Prof. Dr. Thiago Gomes de Castro

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Adolfo Pizzinato

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Elder Cerqueira Santos

Universidade Federal do Sergipe

Porto Alegre

2019

Ficha Catalográfica

V574e Verzoni, André

Empatia e tomada de perspectiva e suas relações com o preconceito e o racismo / André Verzoni . – 2019.

138.

Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, PUCRS.

Orientador: Prof. Dr. Carolina Saraiva de Macedo Lisboa.

1. Preconceito racial. 2. Racismo. 3. Empatia. 4. Tomada de perspectiva. I. Lisboa, Carolina Saraiva de Macedo. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da PUCRS
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Bibliotecária responsável: Salete Maria Sartori CRB-10/1363

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha família, pelo apoio e inspiração. Aos colegas do RIVI (Grupo de Pesquisa Relações Interpessoais e Violência: contextos clínicos, sociais, educativos e virtuais), pela convivência e compartilhamento de conhecimento e experiências, especialmente à Professora Doutora Carolina Saraiva de Macedo Lisboa, pela criatividade e tenacidade em todos os momentos. Agradeço à CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) pelo suporte e apoio na construção do conhecimento científico.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	7
RESUMO	9
ABSTRACT	12
RELAÇÃO DE FIGURAS	15
RELAÇÃO DE TABELAS	16
1 SEÇÃO TEÓRICA	17
1.1 Artigo Teórico: Prejudice and racism: understanding how contact, empathy and perspective taking can act against them	18
1.2 Capítulo de Livro: Discussion on prejudice and empathy in children and adolescents in situations of social vulnerability: proposition of interventions.	37
2 SEÇÃO EMPÍRICA	54
2.1 Artigo empírico 1: Experimento sobre preconceito racial: efeitos da hipótese do contato, tomada de perspectiva e empatia	55
2.2 Artigo Empírico 2: Preconceito racial e medidas implícitas: um estudo experimental	89
3 REFERÊNCIAS	125
ANEXOS	127
ANEXO A – Parecer Comitê de Ética e Pesquisa da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul	127
ANEXO B – Inventário de Empatia	131
ANEXO C – Formulário sobre Contato Interpessoal	133
ANEXO D – Imagem apresentada nos experimentos	134
ANEXO E – Publicação do Capítulo de Livro	135
ANEXO F – Submissão do Artigo Teórico para a Revista Trends (Temas em Psicologia)	138

APRESENTAÇÃO

Este manuscrito é uma Tese de Doutorado na Área de Concentração de Psicologia Clínica do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. O trabalho proposto está inserido no contexto do Grupo de Pesquisa Relações Interpessoais e Violência (RIVI): contextos clínicos, Sociais, educativos e virtuais, coordenado pela Prof. Dra. Carolina Saraiva de Macedo Lisboa.

Os estudos teóricos e experimentais apresentados nessa Tese de Doutorado abordam, especificamente, a empatia e a tomada de perspectiva enquanto mediadores do contato e a redução do preconceito e do racismo (Batson, et al., 1997; Brown, 1950/2010; Galinsky & Moskowitz, 2000; Todd et al., 2011). A fim de proporcionar uma compreensão mais ampla e integradora entre preconceito racial, contato, tomada perspectiva e empatia, foram realizados, como parte da presente Tese de Doutorado, os seguintes estudos:

- a) Artigo teórico: *Prejudice and racism: understanding how contact, empathy and perspective taking can act against them*;
- b) Capítulo de Livro: *Discussion on prejudice and empathy in children and adolescents in situations of social vulnerability: proposition of interventions*;
- c) Artigo Empírico 1: Experimento sobre preconceito racial: efeitos da hipótese do contato, tomada de perspectiva e empatia;
- d) Artigo Empírico 2: Preconceito racial e medidas implícitas: um estudo experimental.

O Brasil tem como uma das suas principais características a extensa variedade de etnias, costumes e culturas (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE], 2015). Esse contexto marcado pelas diferenças ocasiona, por um lado, riqueza e complexidade, mas por outro, preconceito e discriminação (Brasil, 2015; Martins, Santos, & Colosso, 2013; Sacco, Couto, & Koller, 2016).

O preconceito pode ser definido como um fenômeno psicológico, cognitivo e social caracterizado por uma atribuição, julgamento ou suposição de caráter negativo dirigido a um indivíduo em razão de seu pertencimento a um grupo social específico (Allport, 1954/1979; Brown, 1950/2010). Este processo sofre constantes modificações em diferentes contextos em razão da influência de fatores sociais, culturais e políticos. O racismo, enquanto uma forma

de preconceito, apresenta mudanças constantes decorrentes das influências sociais e legais que visam diminuir as suas consequências negativas para o convívio e desenvolvimento da sociedade. Nos dias atuais, o preconceito racial tende a assumir progressivamente um caráter indireto e subjetivo, ainda que os prejuízos que ocasiona se mantenham significativos (Devine et al., 2003; Payne et al., 2010; Pearson, Dovidio, & Gaertner, 2009; Pires, 2010; Plant, & Devine, 1998; Verzoni & Lisboa, 2017).

Uma das principais formas de combater o preconceito e o racismo encontra seus fundamentos na hipótese do contato de Allport (1954/1979). A hipótese do contato sustenta que estabelecer contato, sob condições específicas, pode diminuir a tensão e o desconforto decorrentes das diferenças individuais e das características específicas dos grupos sociais. Nesse sentido, o contato pode criar aproximação e familiaridade, circunstâncias favorecem a diminuição do preconceito (Allport, 1954/1979; Brown, 1950/2010). Na dinâmica da hipótese do contato, emergem como fatores determinantes os aspectos afetivos e cognitivos (Visintin et al., 2017) e alguns dos seus principais mediadores, a saber, a empatia e a tomada de perspectiva. A empatia pode ser definida como a condição emocional em que o indivíduo acessa as sentimentos e condições afetivas de outra pessoa. A tomada de perspectiva, por sua vez, é a capacidade de imaginar a perspectiva e percepção de outra pessoa (Epley & Caruso, 2008).

RESUMO

Introdução: O preconceito é um fenômeno psicológico, cognitivo e social em que ocorre uma atribuição ou julgamento negativo que é imposto a um indivíduo em razão do seu pertencimento a um grupo social. Mudanças sociais, culturais e legais que tem como objetivo a diminuição do racismo, uma forma específica de preconceito, fazem com que suas manifestações se tornem cada vez mais complexas e subjetivas, ainda que suas consequências negativas e prejuízos permaneçam. No contexto da Psicologia, a hipótese do contato de Allport emerge e permanece como uma das principais fontes que embasam meios de combater ou reduzir o preconceito. A hipótese do contato sustenta que o estabelecimento do contato pode causar a aproximação e a diminuição do preconceito entre grupos ou indivíduos diferentes. Para que o contato ocasione efeitos benéficos deve haver igualdade de *status* entre os grupos na situação específica do contato, objetivos em comum, cooperação entre grupos e supervisão e apoio de autoridades, leis ou costumes. A hipótese do contato e a redução do preconceito apresentam como seus principais mediadores aspectos afetivos e cognitivos e seus representantes mais importantes, a saber, empatia e tomada de perspectiva. **Objetivo:** Compreender as relações entre preconceito, contato, empatia e tomada de perspectiva e a redução do preconceito racial. **Método:** Baseado em um experimento realizado no contexto norte americano, com delineamento quase experimental, explicativo e transversal, objetivou-se investigar os efeitos do contato, empatia e tomada de perspectiva sobre a redução do preconceito racial. Foram realizados dois experimentos. O primeiro é uma replicação do experimento original. Nesse, os participantes escreveram um ensaio narrativo sobre um dia na vida de um homem negro e jovem retratado em uma fotografia. A amostra foi composta por 40 estudantes universitários entre 19 e 24 anos. Metade da amostra recebeu instruções baseadas na tomada de perspectiva-outro e a outra metade recebeu instruções para se manter objetivo e neutro. Posteriormente, todos os participantes responderam o Teste de Associação Implícita (TAI) sobre preconceito racial em sua versão para o computador. Os ensaios elaborados pelos participantes foram analisados qualitativamente com o programa de computador R. No segundo experimento, foi realizada uma variação do experimento original. Nesse, os participantes preencheram o Inventário de Empatia e depois foram orientados a escrever um ensaio narrativo sobre um dia na vida de um homem negro e jovem retratado em uma fotografia. Metade dos participantes recebeu instruções baseadas na tomada de perspectiva-outro e a outra metade foi instruída a se manter objetiva e neutra. Após, todos

os participantes responderam o Teste de Associação Implícita (TAI) sobre preconceito racial em sua versão para o computador e preencheram o Formulário sobre Contato Interpessoal.

Resultados: No primeiro experimento, os resultados do TAI apontaram neutralidade em relação ao preconceito racial na amostra pesquisada, ou seja, não foi encontrado um viés de preferência por pessoas brancas ou negras. A análise dos ensaios revelou a ausência de estereótipos negativos, a presença de conteúdos que fazem parte da vida dos próprios participantes e uma elaboração maior dos ensaios no grupo experimental. No segundo experimento, os resultados do TAI também apontaram neutralidade, ou seja, ausência de viés de preferência, em relação ao preconceito racial nas condições experimental e controle. Além disso, foram encontradas correlações positivas e negativas entre o Inventário de Empatia e suas subescalas e o Formulário sobre Contato Interpessoal. **Discussão:** No primeiro experimento, a neutralidade no resultado do TAI sugere que os jovens universitários brancos compõem um grupo etário e social que apresenta níveis neutros ou baixos de preconceito racial. Essa circunstância pode ser parcialmente explicada pela discussão crescente sobre a esse tema no contexto brasileiro e o investimento do governo brasileiro em políticas de promoção da igualdade, acesso à educação superior e fortalecimento da identidade de grupos sociais. Além disso, são discutidas ponderações sobre as condições experimentais e de que formas o exercício de tomada de perspectiva e empatia pode ter influenciado nos resultados do TAI. Sobre a análise dos ensaios, discute-se o conteúdo dos mesmos, considerando que esses apresentam ausência ou escassez de estereótipos significativamente negativos sobre pessoas negras. No lugar de estereótipos negativos, foram encontrados aspectos da vida de um jovem universitário com dificuldades decorrentes de uma rotina. São discutidas as diferenças nos conteúdos dos ensaios do grupo experimental e controle. Nesse sentido, é importante destacar a maior riqueza de detalhes e a presença de aspectos subjetivos, sobretudo em relação aos conteúdos negativos, apresentada pelo grupo experimental quando comparado ao grupo controle. No segundo experimento, a hipótese de que ocorreria uma correlação entre o resultado final do Inventário de Empatia e os níveis de preconceito racial implícito (quanto maior o resultado da empatia, menor seria o racismo implícito medido pelo TAI) não se confirmou. É possível que o tamanho da amostra tenha impossibilitado a confirmação dessa hipótese, circunstância que sugere a realização de outras pesquisas sobre essas variáveis. Além disso, a neutralidade e a pequena variação do resultado do TAI nas condições experimental e controle pode ter inviabilizado a correlação com o Inventário de Empatia. As correlações entre o Inventário de Empatia e suas subescalas e o Formulário

sobre Contato Interpessoal são discutidas no sentido de compreender as relações entre contato e preconceito. A partir da mediação realizada pela empatia e tomada de perspectiva, são discutidas as influências conjuntas e dinâmicas de fatores cognitivos, afetivos e comportamentais sobre o preconceito e o racismo.

Palavras chave: Preconceito racial, Racismo, Empatia, Tomada de perspectiva.

Área conforme classificação CNPq: 7.07.00.00-1 – Psicologia

Sub-área conforme classificação CNPq: 7.07.02.00-4 Psicologia Experimental;
7.07.02.04-7 Estados Subjetivos e Emoção.

ABSTRACT

Introduction: Prejudice is a psychological, cognitive and social phenomenon in which occurs a negative attribution or judgment that is imposed to an individual because of his or her belonging to a social group. Social, cultural and legal changes that aim to reduce racism, a specific form of prejudice, make its manifestations increasingly complex and subjective, even though its negative consequences and damages remain. In the context of Psychology, Allport's contact hypothesis emerges and remains as one of the main sources that support means of combating or reducing prejudice. The contact hypothesis sustains that the establishment of contact can cause approximation and diminution of prejudice between different groups or individuals. In order to have beneficial effects, the contact must occur with: equality of status between the groups in the specific situation of the contact, common goals, cooperation between groups and supervision and support of authorities, laws or customs. The contact hypothesis and the reduction of prejudice present as its main mediators the affective and cognitive aspects and their most important representatives, namely, empathy and perspective-taking. **Objective:** To understand the relations between prejudice, contact, empathy, perspective-taking and the reduction of racial prejudice. **Method:** Based on an experiment conducted in the North American context, with a quasi-experimental, explanatory and transversal design, it was aimed to investigate the effects of contact, empathy and perspective taking on the reduction of racial prejudice. Two experiments were carried out. The first is a replication of the original experiment. In that, participants wrote a narrative essay about a day in the life of a black and young man portrayed in a photograph. The sample consisted of 40 undergraduate students aged between 19 and 24 years. Half of the sample received instructions based on perspective-taking other and the other half received instructions to stay objective and neutral. Subsequently, all participants responded the Implicit Association Test (IAT) about racial prejudice in its version for the computer. The essays elaborated by the participants were analyzed qualitatively with the computer program R. In the second experiment, a variation of the original experiment was performed. In that, participants filled the Empathy Inventory and then were instructed to write a narrative essay about a day in the life of a black and young man portrayed in a photograph. Half of the participants received instructions based on perspective-taking other and the other half was instructed to remain objective and neutral. Afterwards, all participants responded the Implicit Association Test (IAT) about racial prejudice in its computer version and completed the

Interpersonal Contact Form. **Results:** In the first experiment, the IAT results showed neutrality in relation to the racial prejudice in the studied sample, that is, it was not found a bias of preference for white or black people. The analysis of the essays revealed the absence of negative stereotypes, the presence of contents that are part of the lives of the participants and a larger elaboration of the essays in the experimental group. In the second experiment, the IAT results also indicated neutrality, or lack of preference bias, in relation to the racial prejudice in the experimental and control conditions. In addition, positive and negative correlations were found between the Empathy Inventory and its subscales and the Interpersonal Contact Form. **Discussion:** In the first experiment, the neutrality in the IAT result suggests that white undergraduate students compose an age and social group that has low or neutral levels of racial prejudice. This circumstance can be partly explained by the growing discussion about this issue in the Brazilian context and the Brazilian government's investment in policies that promote equality, access to higher education and strengthening of the identity of social groups. In addition, ponderations about the experimental conditions and in which ways the exercise of perspective-taking and empathy may have influenced the results of the IAT are discussed. Regarding the analysis of the essays, the content of the essays is discussed considering that they present absence or scarcity of significantly negative stereotypes about black people. Instead of negative stereotypes, aspects of the life of a young undergraduate student with difficulties arising from a routine were found. The differences in the contents of the experimental and control groups are discussed. In this sense, it is important to highlight the greater richness of details and the presence of subjective aspects, even in relation to negative aspects, presented by the experimental group when compared to the control group. In the second experiment, the hypothesis that there would be a correlation between the final result of the Empathy Inventory and the levels of implicit racial prejudice (the higher the empathy score, lower would be the implicit racism measured by the IAT) was not confirmed. It is possible that the size of the sample has made it impossible to confirm this hypothesis, a circumstance that suggests other researches about these variables. Furthermore, the neutrality and small variation of the IAT result under the experimental and control conditions may have impaired the correlation with the Empathy Inventory. Correlations between the Empathy Inventory and its subscales and the Interpersonal Contact Form are discussed in order to understand the relationships between contact and prejudice. From the mediation carried out by empathy and perspective taking, the joint and dynamic influences of cognitive, affective and behavioral factors on prejudice and racism are discussed.

Keywords: Racial prejudice, Racism, Empathy, Perspective-taking.

Area according to CNPq classification: 7.07.00.00-1 - Psychology

Sub-area according to CNPq classification: 7.07.02.00-4 Experimental Psychology;
7.07.02.04-7 Subjective States and Emotion.

RELAÇÃO DE FIGURAS

Seção Empírica: Artigo empírico 1 - Experimento sobre preconceito racial: efeitos da hipótese do contato, tomada de perspectiva e empatia.....	55
Figura 1. Nuvem de palavras de todos os participantes.....	76
Figura 2. Nuvem de palavras do grupo experimental.....	77
Figura 3. Nuvem de palavras do grupo controle.....	77
Figura 4. Rede de palavras do grupo experimental.....	78
Figura 5. Rede de palavras do grupo controle.....	79
Figura 6. Rede de palavras de todos os participantes.....	79

RELAÇÃO DE TABELAS

Seção Empírica: Artigo empírico 2 - Preconceito racial e medidas implícitas: um estudo experimental.....89

Tabela 1. Correlação de Spearman entre as três perguntas presentes no Formulário Sobre Contato Interpessoal e o escore do algoritmo D e o Inventário de Empatia (resultado final e subescalas) de todos os participantes.....109

Tabela 2. Grupo experimental. Correlação de Spearman entre as três perguntas presentes no Formulário Sobre Contato Interpessoal e o escore do algoritmo D e o Inventário de Empatia (resultado final e subescalas).....110

Tabela 3. Grupo controle. Correlação de Spearman entre as três perguntas presentes no Formulário Sobre Contato Interpessoal e o escore do algoritmo D e o Inventário de Empatia (resultado final e subescalas)..... 111

1 SEÇÃO TEÓRICA

Essa seção inicia com um Artigo Teórico intitulado “Prejudice and racism: understanding how contact, empathy and perspective taking can act against them”. Este artigo foi submetido para a revista *Temas em Psicologia (Trends)*. A versão apresentada segue as normas de submissão da revista.

A segunda parte da seção teórica inclui um Capítulo de Livro intitulado “Discussion on prejudice and empathy in children and adolescents in situations of social vulnerability: proposition of interventions”. Esse capítulo foi publicado no livro “Vulnerable Children and Youth in Brazil: innovative approaches from the Psychology of Social Development” nas páginas 20 a 43 em sua edição de 2017.

1.1 Artigo Teórico

Prejudice and racism: understanding how contact, empathy and perspective taking can act against them

Preconceito e racismo: compreendendo como contato, empatia e tomada de perspectiva podem agir contra ambos

Prejuicio y racismo: comprendiendo como contacto, empatía y toma de perspectiva pueden actuar contra ambos

André Verzoni

Carolina Saraiva de Macedo Lisboa

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Abstract

Different forms of prejudice against individuals or groups are phenomena that are part of social interaction. Prejudice can be defined as a negative judgment or attribution directed to an individual, whose main motivation is their belonging to a specific social group. Social, cultural and legal changes that seek to reduce prejudice and racism have made these phenomena more complex and difficult to be identified and studied, compared to other historical periods. From a theoretical review on prejudice and racism, in our article we discuss empathy and perspective taking as agents that are capable of reducing their manifestations and consequences. These processes involving empathy and perspective taking, which emerge from the contact hypothesis that is present in Allport's theory, must be investigated through empirical research and further theoretical development, in order to generate new elements for combating prejudice and racism and their specificities in different contexts.

Keywords: Prejudice, Racism, Empathy, Perspective Taking

Resumo

Diferentes formas de preconceito contra indivíduos ou grupos são fenômenos que fazem parte do convívio social. Preconceito pode ser definido como uma atribuição ou

juízo negativo direcionado a um indivíduo cuja motivação principal é o seu pertencimento a um grupo social específico. Mudanças sociais, culturais e legais que buscam diminuir o preconceito e o racismo tornaram estes fenômenos mais complexos e difíceis de serem identificados e estudados em comparação a outros períodos históricos. A partir de uma revisão teórica sobre preconceito e racismo, em nosso artigo discutimos a empatia e a tomada de perspectiva enquanto agentes capazes de reduzir as suas manifestações e consequências. Estes processos que envolvem a empatia e a tomada de perspectiva, que emergem a partir da hipótese do contato presente na teoria de Allport, devem ser investigados através de pesquisas empíricas e aprofundamento teórico, de modo a gerar novos elementos para o combate ao preconceito e o racismo e suas especificidades em diferentes contextos.

Palavras chave: Preconceito, Racismo, Empatia, Tomada de Perspectiva

Resumen

Diferentes formas de prejuízo contra individuos o grupos son fenómenos que forman parte de la convivencia social. El prejuízo puede ser definido como una atribución o juicio negativo dirigido a un individuo cuya motivación principal es su pertenencia a un grupo social específico. Los cambios sociales, culturales y legales que buscan disminuir el prejuízo y el racismo han hecho que estos fenómenos sean más complejos y difíciles de identificar y estudiar en comparación con otros períodos históricos. A partir de una revisión teórica sobre prejuízo y racismo, en nuestro artículo discutimos la empatía y la toma de perspectiva como agentes capaces de reducir sus manifestaciones y consecuencias. Estos procesos que involucran la empatía y la toma de perspectiva, que emergen a partir de la hipótesis del contacto presente en la teoría de Allport, deben ser investigados a través de investigaciones empíricas y profundización teórica, para generar nuevos elementos para el combate al prejuízo y el racismo y sus especificidades en diferentes contextos.

Palabras clave: Prejuicio, Racismo, Empatía, Toma de Perspectiva

Introduction

The Race Question (UNESCO, 1950), a statement issued after World War II and the serious consequences of Nazism associated with racism, sought to combat racial prejudice based on scientific data. Elaborated by anthropologists and sociologists, the declaration defines racism as a cruel and vile expression that is based on the division of the world and human beings into castes and classifications. To this end, racism supports the existence of a

superior group over another. The definitions and delimitations of these groups are arbitrary, and instead of being based on scientific elements they may even contradict these elements. Racism as an ideology is aggressive, it attacks and harms moral values that are necessary to humanity, it promotes domination and instigate hatred and contempt among people. Racism opposes the fundamental principle that all people should be considered equal before the law, regardless of their physical and intellectual characteristics. The statement by UNESCO (1950) argues that the concept of race can be defined as a group of human beings, homo sapiens as all others (since this is the only human species that exists), characterized by genetic concentrations and common physical characteristics that may arise, spread or disappear due to geographical and cultural factors. The term race, however, is often mistakenly used to define a group of people who share common attributes. Among the most common divisions that are confused with racial questions are nationalities, religions and geographical, linguistic and cultural characteristics. Nevertheless, these classifications do not share any relation to what can be understood as race. Because of these false constructions, it would be prudent and beneficial to abandon the term race and replace it with ethnic groups (UNESCO, 1950).

The atrocities committed by the Nazis during World War II led to a major change in the concept of prejudice. Previously, prejudice was considered universal and even normal among people. After the war and its serious consequences, which were largely based on racism, prejudice has come to be seen as dangerous and unacceptable (Devine, Plant, & Blair, 2003; Schucman, 2010; UNESCO, 1950)

The Race Question (UNESCO, 1950) statement cites and specifically addresses Brazil, and proposes that studies that address racial relations in this country should be conducted. According to the statement, Brazil was built from different ethnicities and supposedly presented fewer losses and difficulties caused by prejudice, during the period in which the statement was made. In this sense, the circumstances found in this country were considered to be more positive, with regard to racism, in relation to the contexts found in other countries with similar ethnic mixtures. This way, the statement suggests studies that investigate how social, psychological and economic factors contributed to bring more harmony in the coexistence among the inhabitants of Brazil. However, it is clear that the Brazilian reality is not so favorable in relation to prejudice and racism. A survey about prejudice against black people conducted in 1995 by Folha de São Paulo newspaper and Datafolha Research Institute presents less optimistic conclusions (Turra, & Venturi, 1995).

This investigation found that, although 89% of the participants had stated that there is prejudice against black people in Brazil, only 10% of the participants admitted to having little or a lot of prejudice. Yet indirectly, 87% showed prejudice in saying or agreeing with racist statements. In this sense, Brazilians who participated in the survey revealed that they are aware of the existence of racism in their country, deny that they act or think in a racist way but are still prejudiced against black people, either directly or indirectly. The conclusions of this survey resulted in the concept of cordial racism, which is characterized by prejudiced attitudes and thoughts that pass through the filter of courtesy and friendliness before they are manifested (Turra, & Venturi, 1995), and perpetuate racism between white and non-white people through comments and jokes that are part of everyday life and relationships (Turra, & Venturi, 1995, Lima, & Vala, 2004).

In addition to cordial racism, racial prejudice presents other specificities related to the Brazilian context. One of them refers to the great miscegenation and cultural variety that characterizes the history of the Brazilian population (Brazilian Institute of Geography and Statistics [IBGE], 2015). A survey conducted in 1976 by IBGE (Brazilian Institute of Geography and Statistics) showed that Brazilians classified themselves as having 135 different skin colors. The National Household Sample Survey (PNAD) identified this variety of answers when it asked people what skin color they believed to have. Due to this great variety of self-classification the *brown* denomination was consolidated, whose objective would be to include all people who consider themselves neither black nor white, nor indigenous nor yellow (Turra, & Venturi, 1995). In previous censuses, people were asked to fit into categories. In 1872, in the first demographic census carried out in Brazil, the possibilities of categorization available were: black, white, brown (*pardo*) and *caboclo*, the latter referring to the indigenous. In 1890 the brown category was replaced by *mixed race* (*mestiço*). Subsequently the brown category returned to the censuses and the *mixed race* classification was removed. In 1940 the yellow category was included. The indigenous category was included only in 1991. In 2010, the definitions of skin color included: white, black, brown, yellow and indigenous, the latter with the specificity of ethnicity and language spoken (IBGE 2008). Racism, in spite of its specificity, relevance and the serious consequences it had throughout history (Devine, Plant, & Blair, 2003; Schucman, 2010; UNESCO, 1950), composes only a specific aspect of the broader context of prejudice (Allport, 1954/1979, Brown, 1950/2010).

The characteristics of prejudice

Prejudice is a phenomenon in which a negative judgment or attribution is imposed on an individual and whose main cause is the fact that this individual belongs to a specific social group (Allport, 1954/1979; Brown, 1950/2010; Voci & Pagotto, 2014). For Brown (1950/2010), there are many specific types of prejudice and this process may be related mainly to ethnic and religious minorities, women, homosexuals and people with special needs. In addition, prejudice can be either negative or positive, that is, capable of producing generalizations based on favorable qualities. However, negative prejudice is more likely to cause social and individual harm. This type of prejudice can lead individuals to interactions characterized by caution, suspicion, hostility and even physical violence. Because of these consequences, negative prejudice attracts more scientific interest by psychologists and researchers who work in other areas of knowledge. Prejudice and the harm it causes, however, should not be attributed to false or irrational thoughts, misleading generalizations or an unjustifiable trend composed by negative behaviors directed to a specific group. In order for these characteristics to be valid, it would be necessary to see the possibility to correct thoughts, generalizations and behaviors, and that these became adequate to an objective reality (Brown, 1950/2010). Prejudice is a social phenomenon that is present in everyday life, it is extremely comprehensive and penetrates different contexts with great intensity. This dissemination is mainly due to the cognitive limitations of human beings and the inevitable classifications and categorizations that they create to organize their perception about reality and other people. Moreover, prejudice is influenced by factors that are part of the emotions, cognitions and behaviors resulting from the inclusion of an individual in a particular group and in relation to what separates or differentiates them from the members of another group (Allport, 1954/1979; Brown, 1950/2010; Dovidio, Glick, & Rudman, 2005).

Categorization is an operation in which the individual seeks a simplification of the reality that surrounds them. Elaborating categories is both a necessity and a skill. This part of cognition is necessary because it is a form of organizing and reducing the differences and specificities, circumstances that facilitate interaction with the world and its complexity, since it exerts control over its stimuli and information. Regarding prejudice, categorization acts as an indicator that affects the perceptions of individuals towards specific groups. Cognitive bias, as a process that emphasizes or omits individual or contextual characteristics at the level of perception, cognition and memory, serves as support for the formation and consolidation of categories, which in turn may act in a conscious or non-conscious way. The use of

stereotypes, in turn, is the attribution of characteristics that affect a specific individual and are based on the characteristics that are imputed to the group to which they belong. In this sense, stereotype constitutes a perception or supposition that a specific characteristic can be attributed to different individuals who belong to the same group or categories. That is, the stereotype presupposes an inference that imposes on the individual their inclusion in a group. The use of stereotypes emerges as a result of categorization (Brown, 1950/2010).

Prejudice can manifest itself in various ways and take the form of racism, sexism or age-related discrimination. In this regard, prejudice does not have a biological or social vector that is more determinant. That is, prejudice concerning the religion of an individual, for example, can be considered a psychological phenomenon similar to the prejudice present in racism. In this sense, although they present peculiarities, both are under the domain of the concept of prejudice as a broader phenomenon. The manifestations of prejudice are not restricted to the cognitive attitudes, these are also characterized by responses involving emotions, which in turn originate behaviors. Attitudes and behaviors influenced by discriminatory biases and emotions marked by hostility are part of prejudice and act together (Brown, 1950/2010).

Prejudice, stereotype and discriminatory attitude or behavior can be exemplified in a very simple and concrete way. Prejudice happens when a person presents or manifests a negative judgment, insatisfaction, hostility or discomfort in relation to a particular social group. The application of a stereotype, in turn, involves a more specific quality. In this case, the person attributes characteristics such as aggressiveness or inferior intelligence to the individuals composing another group, that is, singular attributes that are generalized. Finally, the discriminatory attitude or behavior occurs when the person acts in a discriminatory manner in relation to a particular individual or group to which they belong, based on prejudice and stereotypes. In this case the person may, for example, choose not to rent a property to another person because of the prejudice they have in relation to this other individual (Voci & Pagotto, 2014).

Prejudice, as negative feelings or emotions regarding a specific group of people or a member of this group, is expressed based on categories, unlike antipathy, for example, which is more linked to interpersonal relationships and idiosyncrasies. Prejudice assumes the adoption of categories that can be imposed over any individual who belongs to another group, a circumstance that ignores and disrespects the singularity and specificity of the other person. In this regard, prejudice has the characteristic of preceding the attitude or discriminatory

behavior, since the categories are prior to the action and arouse cognitions that infer attributes to the individual that will suffer prejudice (Brown, 1950/2010; Voci & Pagotto, 2014).

Psychology has a relevant place in the field of study of prejudice. However, several other areas of knowledge act with similar importance when investigating social, economic, legal, political and historical factors that characterize the complexity of the phenomena related to prejudice. All these elements act to provide support for individuals to build social categories and their stereotypes, basic condition for discrimination (Brown, 1950/2010).

Modern forms of racism

Racism and prejudice present changes in their forms of expression over time. In the modern context, there is an increase in ambivalence and conflicts on the part of individuals that have racist thoughts and behaviors. This is because there is a growing legal and social tendency to inhibit prejudiced manifestations, circumstance that led to a decrease in racism in its most direct forms. Nevertheless, these changes do not indicate the absence of racism, but rather the increase of prejudiced manifestations, which become more and more complex, indirect and hard to be identified, even though they are equally capable of causing harm to those who suffer them (Devine et al., 2003; Payne et al., 2010; Pearson, Dovidio, & Gaertner, 2009; Pires, 2010; Plant, & Devine, 1998; Verzoni & Lisboa, 2017).

Modern racism is one of the most common forms of expression of prejudice against black people. To a certain extent, it can be said that it replaces more direct and aggressive manifestations of racial discrimination that were prevalent in earlier times (Henry, 2010; McConahay, Hardee, & Batts, 1981). These were characterized by thoughts and attitudes justifying beliefs that black people were biologically inferior and that segregation policies were correct. After some social and legal changes, hostile manifestations have become less tolerated over the years, and have been replaced by beliefs and thoughts that characterize modern racism. The elements that compose modern racism are built as individuals develop. It is assimilated during socialization and from the interaction with parents, peers and the media. Moreover, modern racism is not a consequence of specific experiences of white people with black people or of a response to possible threats to the interest of white people by black people. Modern racism is configured as a form of prejudice that has its origin in constructs that are learned socially. In this sense, it is characterized by beliefs and ideas about black people and the place they occupy in modern society. Modern racism has its origin in the

fundamental belief that racism was extinct from social interactions and that black people should strive harder to achieve success or merit (Henry, 2010).

In addition to modern racism (McConahay, 1986; McConahay et al., 1981), another important concept that characterizes and offer new ways of understanding racism and its changes is aversive racism (Pearson et al., 2009). Aversive racists consciously classify themselves as individuals who value equality and who seek not to present any form of prejudice. However, these beliefs are consistent only in specific situations. The absence of thoughts, behaviors and emotions with discriminatory connotation is confirmed only in circumstances in which the social norms are presented in a clear way and the prejudice would be evident to the people themselves and to others. At times when social norms are not presented in a way that is easy to be recognized and followed, aversive racists demonstrate discriminatory reactions characterized by non-conscious thoughts and perceptions. In these conditions, aversive racists may present thoughts, perceptions and behaviors that may insult or attack black people. These reactions occur in a way that who practices them maintains a good self-image, that is, of a person who does not have prejudice and who does not consider the skin color of an individual as a factor that interferes in their relationship with this individual. Although the manifestations of aversive racism are indirect, varied and to some extent involuntary, its consequences are quite concrete and harmful. These consequences lie mainly in the nature of the relations that involve white people and black people, as well as in the possible disagreements, contrasts and conflicts in the contact between different groups (Devine et al., 2003; Pearson et al., 2009).

In the context of the concepts of modern racism and aversive racism, the same individuals who present racist thoughts and behaviors can, paradoxically, believe that prejudice must be totally extinguished from the social context. Thus, a racist individual may be prejudiced and attribute racist stereotypes to other people without having to take responsibility for it, since they do so involuntarily or subtly, for themselves and for others (Dovidio & Gaertner, 2004).

Modern racism (McConahay, 1986) and aversive racism (Pearson et al., 2009) differ from more direct and explicit racism. Both can be indirect and subjective, and involve the creation and promotion of categories and stereotypes. These characteristics are enhanced by specific aspects that are present in the interaction between groups. In this sense, there is a tendency on the part of individuals to attribute positive characteristics to people who are part of their own group more easily, to the detriment of members of other groups. With specific

regard to racism, this process is enhanced by the social and cultural context that tends to attribute, in general, positive qualities to white people and negative qualities to black people. However, due to the development of humanitarian, social, cultural and legal values that dictate that all people should be treated in the same way regardless of ethnicity, conflicts and ambivalences emerge in everyday relationships among groups considered to be different (Dovidio et al, 2010).

In relation to the Brazilian scientific context, concerning the study of racism in Psychology, the systematic review carried out by Sacco, Couto & Koller (2016) offers a relevant general overview. When searching for the terms racism and prejudice, the theoretical articles found and analyzed in this review address mainly the origins of racial prejudice and its different manifestations, the consequences for people suffering from racism and the role of racial theories within Psychology. With regard to empirical studies, the most frequently discussed topic refers to the system of racial quotas for black people in the Brazilian higher education. Most of the empirical studies, whether qualitative, quantitative or mixed, presented significant methodological gaps in the specification of participants, instruments and procedures. This circumstance compromises the replication of these quantitative studies and the improvement of scientific knowledge. In relation to empirical studies, it is worth noting the scarcity (only one) of Brazilian studies about racial prejudice and its implicit manifestations that characterize modern racism (McConahay, 1986; McConahay et al., 1981) and aversive racism (Pearson et al., 2009). One of the main instruments capable of measuring implicit and indirect elements is the IAT (implicit association test) developed by Greenwald, McGhee e Schwartz (1998), but the almost absolute majority of the empirical researches used explicit measures (self-report measures such as questionnaires and scales) (Sacco et al., 2016).

Reducing and combating prejudice and racism

Prejudice has shown changes in its forms of expression and effects on people over time. In most of society, prejudice is presented as a phenomenon that must be fought, and for this reason it has become more subtle or indirect (Brown, 1950/2010; Devine et al., 2003; Voci & Pagotto, 2014). In this sense, new theories that are capable of identifying, understanding and combating the manifestations of contemporary prejudice must emerge. Contemporary theories seek to understand in what ways individuals adapt and react to cultural, social and legal changes in relation to prejudice. Thus, they are more focused on

identifying and exploring the racial attitudes of individuals, that are often contradictory, and their complexity, rather than investigating the origins of prejudice (Devine et al., 2003).

Prejudice is an element that is present in contemporary society and is characterized by its dynamicity and by permeating different forms of interaction. One of the reasons why prejudice phenomena are so extensive lies in the limits of the cognitive abilities of individuals and their tendency to categorize people and groups, circumstance that tends to limit the perception and recognition of emotions, cognitions and behaviors in social interactions. One of the ways to combat these aspects that promote prejudice is the possibility of contact experiences lived by individuals with different characteristics and who belong to distinct groups. Nonetheless, for this contact between groups to be able to reduce prejudice, significant relationships must occur. In other words, there must be equality of social conditions in relation to the groups, that is, a balance in terms of hierarchy and status (Allport, 1954/1979; Brown, 1950/2010). In this regard, empathy is an important mediator that is capable of minimizing prejudice (Batson, et al., 1997; Brown, 1950/2010; Galinsky, & Moskowitz, 2000; Todd, Bodenhausen, Richeson, & Galinsky, 2011).

The contact hypothesis (Allport, 1954/1979) argues that coexistence between people from different social groups is capable of reducing prejudice and hostile behavior. However, the contact must respect some premises to be efficient in this regard. The first one refers to the need for social and institutional support for this contact. That is, the people who occupy a position of authority in the context where the interaction occurs must demonstrate, in an objective and clear way, that integration is a value that must be respected and stimulated. The second premise, in turn, lies in the need for the contact to occur with an intensity and duration that could enable significant interactions. The third premise for the contact to be effective in reducing prejudice is the equality of status between the people involved. This element is fundamental since prejudice is based on stereotypes that determine that one group of people is inferior to another in certain aspects. In this sense, there cannot be a subordinate group. The fourth premise is related to the cooperation between members of different groups. To do that, it is necessary for the people involved to perceive one another as an essential part in achieving a common goal (Allport, 1954/1979; Brown, 1950/2010).

For the contact between groups to be able to act and combat prejudice and racism, there must be interracial experiences that are positive and perceived as authentic by the individual. In order to produce these effects, the relationship between groups does not necessarily need to be face to face, virtual contact can also produce positive effects on racial

attitudes and stereotypes. In these experiences, empathy, connection and respect must take the place of fear and anxiety (Dovidio et al., 2010).

Empathy, perspective taking and reduction of prejudice

In a broad sense, empathy can be defined as the reactions of an individual to what is observed or experienced by another person (Davis, 1983, 1980). Additionally to being a psychic operation, empathy is characterized by an action in which an individual refers to the needs of another person. The positive attitudes caused by empathy, such as affection of sympathy and compassion, may have the effect of diminishing the suffering of the person with whom the empathic individual is interacting. In this sense, it is worth noting that the processes that are present in empathy can contribute decisively to the nature of the social relations of human beings. It is also important to highlight that professionals whose principle is to help other people, such as psychologists and doctors, find an important element of their practice in the ability to correctly perceive the needs of another person. In order for a demand to be met, firstly it is necessary to be able to feel it and recognize it (Batson, 2009a).

According to Batson (2009a), the eight definitions about the concept of empathy are:

1. The ability to access the inner psychic conditions of another individual and recognize their thoughts, emotions and feelings.
2. The adoption and adaptation or paring of neural responses of another individual.
3. Feeling what the other person is feeling.
4. Intuiting and putting yourself in the situation where another individual is.
5. Imagining how another individual is thinking and feeling.
6. The individual's ability to imagine how they would feel and think if they were in someone else's shoes.
7. Feeling distressed or anxious to see a person suffering.
8. The arousal of emotions and feelings towards another person who is suffering.

Even though the differences among the classifications are quite subtle, they mark the specificity of each understanding. Although they may seem trivial definitions, since they are part of the daily life of most people, we should not forget the importance of empathy to the

viability of social coexistence. In this regard, we can consider empathy as an essential ability for relationships among human beings (Batson, 2009a).

Although it is difficult for most people to, for example, remain neutral or not care about witnessing a situation in which an individual suffers discrimination for belonging to a specific group, empathy is often not a clearly distinguishable emotion for those who feel it. The cognitive element associated with empathy is related to perspective taking, that is, putting yourself in someone else's shoes and deeply experiencing their thoughts and how they feel internally (Voci & Pagotto, 2014).

The ability of an individual to recognize and assume, more or less correctly, the feelings, perceptions, thoughts and conditions of other individuals constitutes a fundamental human skill. Being able to take the perspective of another person presupposes the ability to distinguish your own self from others. In addition, perspective taking implies the supposition that other individuals may present mental states and psychological characteristics that are different from those that the individual themselves presents. From the acquisition of these abilities it becomes possible for the individual, in an increasingly complex way, to build mental conceptions that explain the psychic conditions of others. As with other psychic abilities such as altruism, self-control and memory, perspective taking also presents differences between what an individual has mental conditions to present and what they are effectively able to perform (Epley, & Caruso, 2008).

Although there are specific situations that automatically trigger perspective taking, most of the times a voluntary psychic operation is necessary. For this operation, three basic conditions are required. The first of them refers to the condition that the cognitive process of perspective taking is triggered, that is, that the individual is in a situation in which they think they must or may, according to their discernment, access the psychic state of the other person. Secondly, the individual must be able to abandon, at least momentarily, their perceptions, thoughts and emotions to suppose and construct possibilities about these elements in another person. Nevertheless, making these constructions about another person is more complex, more difficult and time-consuming than accessing one's own perspective, which is a more immediate, automatic and simple process. The third necessary condition for perspective taking presupposes the use of information that helps in building a different perspective. This information can be idiosyncrasies and stereotypes that may refer to another person. In everyday relationships, the information an individual receives can help them in building a perspective, as well as it can confuse them and hinder this task. Thus, perspective

taking presupposes the ability to select and understand accurate information about the psychic state of the other person and discard what is wrong or do not belong to the situation (Epley, & Caruso, 2008). Perspective taking can be done in two different ways: imagine-other perspective taking (the individual imagines or supposes the perspective of the other person, how the other is feeling and perceiving the situations); and the imagine-self perspective (the individual imagines how they would perceive and feel if they were in the position of the other person in question) (Batson, 2009b).

Empathy is an affective response that can be triggered by perspective taking or simply when an individual witnesses evident suffering, pain or malaise in another person (Hodges, 2008; Voci & Pagotto, 2014). In this regard, empathy can be understood as a consequence of perspective taking. Perspective taking has the purpose to make the individual capable of assuming the conditions in which other people are and how these people perceive themselves in relation to the context where they are. Empathy, in turn, emerges as a secondary process to this operation and involves affective aspects (Batson, 2009a). The capacity for empathy can act decisively on the affective elements that are part of prejudice. Thinking and caring about the conditions in which an individual lives, circumstances that are present in empathy, can reduce or soothe defensive thoughts and behaviors that are present in the discriminations between groups and individuals, fostering attitudes that favor the well-being of others or the reduction of their suffering (Batson et al., 1997; Galinsky, & Moskowitz, 2000; Hodges, 2008; Todd et al., 2011; Voci & Pagotto, 2014; Pagotto, 2010; Verzoni & Lisboa, 2017).

Empathy is, together with perspective taking, an important element for the construction of interventions aimed at healthier and more peaceful relationships between groups (Dovidio et al. (2010). Perspective taking is different from what is commonly understood as taking the other's point of view. The point of view of an individual is imbued by their psychic characteristics, such as emotions, experiences and knowledge. Perspective taking presupposes the individual's ability to abandon or, at least, reduce their specific psychological qualities to open the space that is needed to access another individual's point of view. However, there may be a very large gap between the perspectives of each individual, which makes this task even more difficult. In this sense, transposing egocentrism is necessary for perspective taking. Therefore, the individual must have the capacity to perceive the psychic and mental state in which he finds himself and, in addition, be able to perceive and understand the conditions that are present in the other, even though these are absolutely different from their own. Considering these factors, it can be assumed that it is a much

simpler operation to take the perspective of another person with whom the individual has several psychic characteristics in common. In this specific case, the need to abandon egocentrism becomes less important or necessary (Epley, & Caruso, 2008).

Studies show evidences that perspective taking and empathy may have influences on moral and altruistic attitudes (Batson et al., 2003; Batson et al., 1997; Galinsky, & Moskowitz, 2000; Hodges, 2008; Todd et al., 2011). In a research with three experiments, Batson et al. (1997) demonstrated that arousing empathy for an individual who belongs to a stigmatized group can improve attitudes towards the group that this individual is part of. To do so, they built the following three-phase model. Phase 1: taking the perspective of an individual in distress or unfavorable situation and who is part of a socially stigmatized group causes feelings of empathy towards that individual. Phase 2: the feeling of empathy (aroused by perspective taking) causes a perception in which there is a more favorable evaluation towards the well-being of the individual. Phase 3: considering that the individual's belonging to a specific group can be related to the difficulties they face, the value of their well-being can be generalized to their group, and also the beliefs and feelings towards this group become more positive. This model, however, can present some inconsistencies, especially regarding generalization. The empathy directed to a specific individual can lead to the creation of an exception that, in turn, may not reflect on the group as a whole and even cause a more negative perception of the stigmatized group (Batson et al., 1997). In this regard, this exceptions would constitute a form of sub categorization derived from the main category to which the group belongs, having no or little influence over the latter (Wilder, 1984).

Inducing a person to empathy and perspective taking can be relatively simple. A story, image or movie depicting a situation of injustice or discrimination may suffice (Voci & Pagotto, 2014). In addition to perspective taking, empathy can arouse altruistic motivations, that is, conditions that enable the individual to reduce self-centrality (Hoffman, 2001). In this sense, empathy is associated with being more open and willing to relate to or to be in contact with other people, which may favor the generalization of the thoughts and emotions aroused by the situation of a specific individual to the group to which they belong (Voci & Pagotto, 2014).

Perspective taking has positive effects on empathy and social behaviors, as well as being able to promote healthier interactions between different people or groups. Among the factors that may favor perspective taking are: abandonment of self-centeredness, willingness or readiness to help others, search for the well-being that can replace negative emotions

aroused by witnessing one's suffering and the unification of one's own perspective in relation to the perspective of another person. In this sense, perspective taking towards people who are facing some difficulty or unfavorable situation can increase compassion, empathy and the possibility of offering support. On the other hand, perspective taking abilities can also be used to pursue more individualistic purposes such as anticipating behaviors of opponents or rivals. Some contemporary research about perspective taking seek to relate it to processes involved in the development of human beings, seeking to establish connections between this concept and social behaviors (Hodges, 2008).

Conclusion and perspectives

Currently, we face situations of racism and prejudice that cause us discomfort and other intense feelings and emotions. While there are laws, advertising campaigns and social movements fostering respect for diversity, situations of racism and prejudice are common in different social contexts. Although racism and prejudice may originate in normative processes of human cognition that impose categorization and classifications that create specific groups, they should not become trivial or natural within our society. Both represent a form of violence that is veiled in some cases, and evident in others.

Considering the importance, complexity and changes that characterize today's manifestations of prejudice, we need new theoretical constructions and empirical research that aim to deepen reflections on discrimination, stereotypes and racism. Interaction and coexistence between groups with different characteristics (Allport, 1954/1979; Brown, 1950/2010; Dovidio, Glick, & Rudman, 2005), as well as promoting empathy and perspective taking, can reduce prejudice and its negative consequences to individuals and society. Although previous research (Batson et al., 2003; Batson et al., 1997; Galinsky, & Moskowitz, 2000; Hodges, 2008; Todd et al., 2011) have demonstrated that contact, empathy and perspective taking can be elements that act in the direction of mitigating prejudice, more updated and specific investigations are needed, in different contexts (Sacco et al., 2016; Verzoni & Lisboa, 2017). In this sense, empirical studies that are capable of evaluating the associations between empathy and perspective taking become essential, in order to identify how these aspects work together to reduce prejudice and racism. Additionally, it becomes relevant to investigate if empathy and perspective taking have different effects on the different manifestations of racism, whether they are more direct and aggressive or more implicit and subjective. Research and debate on these elements represent the possibility of

building interventions that aim to combat prejudice and its consequences. Strategies in this sense have the potential to improve coexistence and relationships between people, an essential circumstance for individual and collective psychic health.

References

- Allport, G. W. (1954/1979). *The nature of prejudice*. Reading: Addison-Wesley.
- Batson, C. D., & Ahmad, N. (2009a). Using empathy to improve intergroup attitudes and relations. *Social Issues and Policy Review*, 3(1), 141-177. <https://doi.org/10.1111/j.1751-2409.2009.01013.x>
- Batson, C. D. (2009b). Two forms of perspective: imagining how another feels and imagining how you would feel. In K. Markman, W. Klein, & J. Suhr (Eds.), *Handbook of imagination and mental simulation* (pp. 267-279). New York, NY: Psychology Press. <https://doi.org/10.4324/9780203809846.ch18>
- Batson, C. D., Lishner, D., Carpenter, A., Dulin, L., Harjusola-Webb, S., Stocks, E. et al. (2003). "... As you would have them do unto you": does imagining yourself in the other's place stimulate moral action? *Personality and Social Psychology Bulletin*, 29(9), 1190-1201. <https://doi.org/10.1177/0146167203254600>
- Batson, C. D., Polycarpou, M., Harmon-Jones, E., Imhoff, H., Mitchener, E., Bednar, L. et al. (1997). Empathy and attitudes: can feeling for a member of a stigmatized group improve feelings toward the group? *Journal of personality and social psychology*, 72(1), 105-118. <https://doi.org/10.1037/0022-3514.72.1.105>
- Brown, R. (1950/2010). *Prejudice: its social psychology*. Chichester: Wiley-Blackwell.
- Davis, M. (1983). Measuring individual differences in empathy: Evidence for a multidimensional approach. *Journal of personality and social psychology*, 44(1), 113. <https://doi.org/10.1037//0022-3514.44.1.113>
- Davis, M. (1980). A multidimensional approach to individual differences in empathy. *JSAS Catalog of Selected Documents in Psychology*, 10, 85
- Devine, P., Plant, A., & Blair, I. (2003). Classic and Contemporary Analyses of Racial Prejudice. In R. Brown & S. Gaertner (Eds.), *Blackwell handbook of social psychology: intergroup processes* (pp. 198-217). Oxford: Blackwell. <https://doi.org/10.1002/9780470693421.ch10>
- Dovidio, J., Johnson, J., Gaertner, S., Pearson, A., Saguy, T., & Ashburn-Nardo, L. (2010). Empathy and intergroup relations. In Mario Mikulincer, & Phillip Shaver (Eds.),

- Prosocial motives, emotions, and behavior: the better angels of our nature* (pp. 393-408). Washington: American Psychological Association. <https://doi.org/10.1037/12061-020>
- Dovidio, J., Glick, P. & Rudman, L. (2005). Introduction: reflecting on The Nature of Prejudice: fifty years after Allport. In J. Dovidio, P. Glick, & L. Rudman (Eds.), *On the nature of prejudice: fifty years after Allport* (pp. 1-15). Blackwell Publishing. <https://doi.org/10.1002/9780470773963.ch1>
- Epley, N., & Caruso, E.. (2008). Perspective Taking: misstepping into others' shoes. In K. Markman, W. Klein, & J. Suhr (Eds.), *Handbook of imagination and mental simulation* (pp. 295-311). Nova Iorque: Psychology Press. <https://doi.org/10.4324/9780203809846.ch20>
- Galinsky, A., & Moskowitz, G. (2000). Perspective-taking: decreasing stereotype expression, stereotype accessibility, and in-group favoritism. *Journal of personality and social psychology*, 78(4), 708-724. <https://doi.org/10.1037//0022-3514.78.4.708>
- Greenwald, A., McGhee, D., & Schwartz, J. (1998). Measuring individual differences in implicit cognition: the implicit association test. *Journal of Personality and Social Psychology* 74(6), 1464-1480. <https://doi.org/10.1037//0022-3514.74.6.1464>
- Hodges, S. (2008). Perspective-taking. In W. Darity (Ed.), *International encyclopedia of the social sciences* (pp. 226-227). Farmington Hills: Macmillan Reference.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2015). *Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2013*. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. Retrieve from: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv95011.pdf>
- Hoffman, M. (2001). *Empathy and moral development: implications for caring and justice*. Cambridge University Press. <https://doi.org/10.1017/CBO9780511805851>
- Henry, P. J. (2010). Modern racism. In J. Levine & M. Hogg (Eds.), *The encyclopedia of group processes and intergroup relations* (pp. 575-577). Thousand Oak: Sage Publications. <https://doi.org/10.4135/9781412972017.n174>
- Lima, M. & Vala, J. (2004). As novas formas de expressão do preconceito e do racismo. *Estudos de Psicologia*, 9(3), 401-411. <https://doi.org/10.1590/s1413-294x2004000300002>
- McConahay, J. (1986). Modern racism, ambivalence, and the modern racism scale. In J.F. Dovidio, & S. L. Gaertner (Eds.), *Prejudice, Discrimination and racism* (pp. 91-125). San Diego: Academic.

- McConahay, J.; Hardee, B. & Batts, V. (1981). Has racism declined in America? It depends on who is asking and what is asked. *Journal of Conflict Resolution*, 25(4), 563-579. <https://doi.org/10.1177/002200278102500401>
- Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) (1950). *The Race Question*. Retrieved from: <http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001282/128291eo.pdf>
- Pagotto, L. (2010). *The interplay of empathy, oneness and perceived similarity in mediating the effects of perspective taking on prosocial responses* (unpublished doctoral thesis). Università degli studi di Padova, Itália.
- Payne, K., Krosnick, J., Pasek, J., Leikes, Y., Akhtar, O., & Tompson, T. (2010). Implicit and explicit prejudice in the 2008 American presidential election. *Journal of Experimental Social Psychology*, 46(2), 367-374. <https://doi.org/10.1016/j.jesp.2009.11.001>
- Pearson, A., Dovidio, J., & Gaertner, S. (2009). The nature of contemporary prejudice: insights from aversive racism. *Social and Personality Psychology Compass*, 3(3), 314-338. <https://doi.org/10.1111/j.1751-9004.2009.00183.x>
- Pires, A. M. (2010). El prejuicio racial en Brasil: medidas comparativas. *Psicologia & Sociedade*, 22(1). <https://doi.org/10.1590/s0102-71822010000100005>
- Plant, A. & Devine, P. (1998). Internal and external motivation to respond without prejudice. *Journal of personality and social psychology*, 75(3), 811. <https://doi.org/10.1037//0022-3514.75.3.811>
- Schucman, L. (2010). Racismo e antirracismo: a categoria raça em questão. *Revista Psicologia Política*, 10(19), 41-55.
- Sacco, A., Couto, M. C., & Koller, S. (2016). Revisão sistemática de estudos da psicologia brasileira sobre preconceito racial. *Temas em Psicologia*, 24(1), 233-250. <https://doi.org/10.9788/tp2016.1-16>
- Todd, A.; Bodenhausen, G., Richeson, J., & Galinsky, A. (2011). Perspective taking combats automatic expressions of racial bias. *Journal of personality and social psychology*, 100(6), 1027. <https://doi.org/10.1037/a0022308>
- Turra, C. & Venturi, G. (1995). *Racismo cordial: a mais completa análise sobre preconceito de cor no Brasil*. São Paulo: Ática.
- Verzoni, A., & Lisboa, C. (2017). Discussion on prejudice and empathy in children and adolescents in situations of social vulnerability: proposition of interventions. In D.

- Dell'Aglia & S. Koller (Eds.). *Vulnerable Children and Youth in Brazil: innovative approaches from the Psychology of Social Development* (pp. 20-43). Cham: Springer.
- Voci, A. & Pagotto, L. (2014). *Il pregiudizio: che cosa è, come si riduce*. Bari: Laterza.
- Wilder, D. (1984). Intergroup contact: the typical member and the exception to the rule. *Journal of Experimental Social Psychology*, 20(2), 177-194.
[https://doi.org/10.1016/0022-1031\(84\)90019-2](https://doi.org/10.1016/0022-1031(84)90019-2)

1.1 Capítulo de Livro

Discussion on prejudice and empathy in children and adolescents in situations of social vulnerability: proposition of interventions

André Verzoni

Carolina Saraiva de Macedo Lisboa

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Brazil is a country with a wide geographical spread, as well as great heterogeneity of ethnicities, customs and cultures (Brazilian Institute of Geography and Statistics [IBGE], 2015). However, situations of intolerance, discrimination and violence characterized by racial prejudice are part of Brazilian daily life (Brazil, 2015, Martins, Santos, & Colosso, 2013). Although there are laws and regulations, as well as rules aiming at fighting prejudice and disregard for human diversity (Voci & Pagotto, 2014), we can see acts of prejudice and racism (Brazil, 2015) and discrimination against homosexuality, gender and socioeconomic status (Costa et al., 2017). Likewise, children and adolescents in situations of social vulnerability are victims of prejudice. Young people, in turn, who live in adverse situations, experience poverty and lack of resources, and may be exposed to different types of violence and suffer aggression in different contexts. (Calza, Dell'Aglio, & Sarriera, 2016, Sacco, De Souza, & Koller, 2015). Therefore, professionals from the health area and also from other areas are concerned to understand more deeply the process of prejudice and its associated factors, in order to support interventions that are effective in changing this scenario that promotes social exclusion. Just as methodological strategies must be rethought, innovative conceptions and theoretical models are demanded.

Prejudice has as one of its main characteristics the capacity to present constant changes and transformations in its forms of manifestation. This dynamism is above all due to the social, cultural and political changes that serve as a context for interpersonal relationships. Despite the questioning that emerges from the transformations in the contexts in which prejudice is expressed, this process can be described in a simple and fundamental way. Prejudice is understood as a psychological, cognitive and social phenomenon characterized by an attribution, judgment or negative assumption towards an individual because of his belonging to a specific social group - or due to specific characteristics

(Allport, 1954/1979; Brown, 1950/2010; Devine, Plant, & Blair, 2003). The social, cultural and political factors, which are capable of generating changes in the manifestations of prejudice, require constant updating and innovation in terms of studies and methods by psychologists and researchers from other areas (Devine et al., 2003). Despite the dynamic aspect of prejudice as a social construct, related mainly to the modifications carried out by space and time, the definition of the concept is accurate. In this sense, the traditional definitions proposed by Allport (1954/1979) and Brown (1950/2010) still make sense today, serving as a matrix for relevant and innovative studies on the different forms of prejudice observed in the contemporary context and that encompass specificities. Thus, the concept of prejudice can be used to define this process in relation to different distinct phenomena such as discrimination based on nationality, sexuality, gender and skin color or any other specificity of an individual that can be recognized by others more or less immediately. One of the main updates or innovations related to studies that address prejudice lies precisely in this aspect, that is, in the deepening of its more specific expressions, such as prejudice towards young people in situations of social vulnerability, for example.

Prejudice and its manifestations characterized by a rigid, unfavorable and incoherent predisposition of a person towards other individuals - and that may even be considered pathological and signal a personality disorder - give space for another bias, even if they are still important objects of investigation. In this context, studies that address the developmental aspect of prejudice as an inherent feature in the cognitive functioning of individuals become more relevant (Brown, 1950/2010; Devine et al., 2003; Dovidio et al., 2010; Voci & Pagotto, 2014). Prejudice, as a manifestation resulting from cognitive operations that are part of the normative functioning of individuals, must be prevented and treated in a specific and differentiated way. In other words, this type of prejudice, which may be at the service of an adaptation process of the developing individuals (social cognitions, social orientation), must be subtly and gradually deconstructed and reframed, that is, differently from the actions to be taken in the face of prejudice manifestations of a strictly pathological nature. School institutions can be important contexts for reframing social cognitions that, although being normative, may be building prejudices towards children and teenagers in situations of social vulnerability.

Regarding the prejudice and discrimination that can be considered pathological, it is important to emphasize that these will probably not be the only hostile manifestations carried out by their perpetrators. In this sense, it is reasonable to assume that the intolerance and

aggression that are present in these individuals probably do not find in prejudice their only form of expression and are also manifested as other types of violence, such as bullying (Lisboa & Habigzang, 2017). The pathological and inflexible manifestations of prejudice, which tend to be associated with aggression, must be combated and inhibited by appropriate laws and punishments. In addition, should be disapproved by parents, teachers, educators and other individuals who are around young people in vulnerability. Educators should demonstrate their dissatisfaction and contrariety when these practices based in prejudice are made present in social interactions.

Even though within a developmental perspective it is possible to affirm that prejudice presents, in historical and general terms, a tendency of reduction over time (Devine et al., 2003; Dovidio et al., 2010; Plant, & Devine, 1998), especially regarding its more direct, explicit and hostile manifestations, some forms of expression of prejudice with a more implicit character may present a greater resistance to change. One of the main difficulties and sources of resistance lies in the categories and cognitive categorizations that give the individual a form of organization of the reality that encircle them (Dovidio et al., 2010). Categorization consists of a psychic operation that aims to simplify reality and a selection of stimuli. This social categorization against the external context presents as characteristics: control, stability and organization. It is worth emphasizing that for the individual it is even more challenging to deal with a diverse social reality, full of nuances, specificities and events that contradict previous cognitive constructions and require the need for developing new beliefs. However, these circumstances do not legitimize prejudiced and exclusionary practices (Brown, 1950/2010).

Classifying and creating categories in our mind is a necessity and ability that facilitates interaction with reality, but on the other hand it limits, oversimplifies and even distorts the perception. With regard to prejudice, the adoption and application of classifications and categories produce and influence perceptions by individuals in relation to other people because of their belonging to a specific social group (Brown, 1950/2010). This process is part of the cognitive development of individuals and becomes more intense in adolescence. It is normative for teenagers to be prone to peer group pressure for a “standardization” of behaviors and ideologies and to exclude the “different ones” (Desouza, Rodríguez, & Antoni, 2014).

Prejudice, stereotype and discriminatory behavior are related concepts, but they must be differentiated and adequately defined for professionals who are effectively engaged in

producing actions that can minimize aggressive acts and social exclusions based in prejudice. For Voci and Pagotto (2014), prejudice can be defined as the manifestation of a negative or pejorative supposition or attribution, hostility or discomfort towards a particular social group or some of its members. The use of stereotypes, in turn, is characterized by a more specific attribution. In other words, stereotypes consist of singular attributes that are directed to an individual and are subsequently generalized to the group to which they belong. The assumption of certain levels of aggressivity, violent behavior and intelligence in other individuals with “x” or “y” characteristics, for example, are examples of stereotypes.

Discriminatory behavior, in turn, is a phenomenon in which the individual, as a result of prejudice and the use of stereotypes, presents a discriminatory attitude or conduct towards another person or social group, generating hostility and/or social exclusion. Discriminatory behavior resulting from stereotypes can be considered a more easily identifiable and concrete result of prejudice. This behavior can be manifested in an explicit and direct form, just as it can occur in a more subtle and veiled way, but which is still impregnated with preferences and biases.

Prejudice is a versatile phenomenon and can take different forms. This means that prejudice can be expressed as racism, sexism, misogyny, homophobia, discrimination related to vulnerable social condition, age, nationality and religion. This malleability indicates the persistence and extent that phenomena related to prejudice may take in certain contexts, since there is no single vector that characterizes them. In this sense, biological, cultural, social and economic aspects can also serve as a source for discriminatory manifestations, use of stereotypes and biases. That is, the psychological and cognitive principles that work in racism may be similar to those that act on prejudice towards young people in situations of social vulnerability, for example. Moreover, in manifestations of prejudice, along with cognition and behaviors, emotions coexist, which must be considered. These three elements: emotion, cognition and behavior interact dynamically, resulting in and reinforcing the phenomenon of prejudice (Brown, 1950/2010).

A little about the scenario of prejudice with regard to children and adolescents in situations of social vulnerability in Brazil

The Youth Vulnerability Index regarding Violence and Racial Inequality 2014 (Brazil, 2015) is a document prepared by the Brazilian government that seeks to clarify the living conditions of young people, considering school attendance, schooling, labor market

insertion, mortality rate by internal causes, mortality rate by violent causes, average monthly household income and others. In addition to these aspects, this index specifically addresses the risk of being a victim of homicide to which white and black young people between 12 and 29 years of age are exposed, in order to highlight the relationship between violence and racial inequality. The IVJ - Violence and Racial Inequality, presents considerably different results among the different states that comprise Brazil. Alagoas, Paraíba, Pernambuco and Ceará, in this order are the states that present the highest levels of violence and racial inequality. On the other hand, the states with the lowest levels are: São Paulo, Rio Grande do Sul, Santa Catarina and Minas Gerais. In this regard, it should be noted that the vulnerability and violence to which young black people are exposed is more pronounced in the northeastern region of Brazil. In the state of Paraíba, for example, the chance of a young black person being a homicide victim is 13 times greater than the chances that a white young person is exposed to. On the other hand, in São Paulo this chance decreases to 1.5. It is interesting to note that, in the state of Paraná, the chance of a white young person being a homicide victim is greater than the risk to which a black young person is exposed (0.7 times). Considering all states that comprise Brazil, black young people are, in average, 2.5 times more likely to be victims of homicide than white young people (Brasil, 2015).

It is important to emphasize that the issue of racial social exclusion towards Brazilian young people should be analyzed more deeply in its complexity. Anyway, the figures presented should serve as an alert for signs of a culture that values one ethnic group to the detriment of the other, or that shows very clear social inequalities. The indexes show a reality that needs to be changed and that will only be transformed if all citizens, and not only the scientific community, become conscious about social exclusion based in prejudice and about the negative consequences of this type of process (which generates violence) regarding young people and individuals from all over the country.

In the systematic review carried out by Sacco, Couto e Koller (2016), which investigated the studies produced by Brazilian Psychology on racial prejudice, we can see the relatively low number of published researches and how this is a research area that needs to be developed and that still presents several gaps. And yet, the political impact of the results from these studies is extremely important and urgent. Among the main inconsistencies found in the studies lies the lack of clarity or information in their methodological description. This problem presents negative consequences, making it difficult to replicate these studies, as well as to contextualize their results and conclusions. Another important finding regarding the

methods used by Brazilian researches on racial prejudice refers to the predominant use of explicit measures, to the detriment of implicit measures (Sacco et al., 2016). Explicit measures may be less appropriate when the objective is to address controversial issues and in which the phenomenon of social desirability tends to present itself more intensively (Brown, 1950/2010; De Houwer, 2003). This systematic review identified only one research that used implicit measures (see Lima, Machado, Ávila, Lima, & Vala, 2006). Also regarding the methods used by the Brazilian studies raised by Sacco et al. (2016), there is a shortage of experimental or quasi-experimental studies, a significant scientific gap due to the explanatory nature proposed by these research modalities. In this sense, it was found that Experimental Social Psychology and Developmental Psychology have developed few studies addressing racial prejudice and prejudice against children and adolescents in situations of social vulnerability. Although this systematic review mentioned above has not identified an increasing trend in the publication of scientific articles on the subject in the field of Brazilian Psychology, it is assumed that the theme of racial prejudice should increasingly attract the attention of researchers, especially because of the large number of events and situations in which racism can be identified in the daily life of Brazilian society.

It is worth mentioning, about the Brazilian society, the Federal Law no. 12,711 (2012), which reserves 50% of higher education seats in federal universities for students that may be included in specific racial and social criteria. The theme of this so-called quota system for Brazilian federal higher education is subject of discussion by different professionals and segments of the Brazilian society. In this scenario, it is worth noting a dissemination of divergent opinions and the extent to which this issue raises constructive or destructive debates about the social and racial inequality that characterizes Brazil (Franklin & Mattos, 2007). In this sense, despite the perspective of developing social concern in order to minimize inequality in the Brazilian context, it is important to stress that Brazilian scientific research on racial and social prejudice do not currently play a relevant role in the discussion of the subject in the international context, even if this could be changed soon (Sacco et al., 2016).

Another study, carried out by Máximo, Larrain, Nunes e Lins (2012), investigated the consequences of racial exclusion on the construction of identity in black children in the Brazilian context. There were 161 children aged 9 to 12 years old participating in the study, they all attended a municipal public school in João Pessoa, the state capital of Paraíba. Pictures of children with black, white and brown skin were used as stimulus material, to be

rated by the children (Máximo et al., 2012). It is worth mentioning that this aspect about skin color categorization has specific nuances with regard to the Brazilian society. On this subject, because of the ethnic miscegenation that characterizes the country, classification by color is not presented in a clearly defined way, so that the black, brown and light skin categories are mixed and may vary (Turco & Venturi 1995; Sacco et al., 2016). Considering the existence of three categories: black, white and brown skin, there was a *whitening* tendency in the research participants self-classification.

This means that, the white children identified themselves with pictures of white children (71%), the brown-skinned children classified themselves as brown-skinned (55%) and the black ones identified themselves with pictures of brown-skinned children (71%) or white children (23%). In addition, the pictures of white children were the most related to desirable social characteristics, such as beauty and communication skills. However, aspects such as dishonesty and inadequate behaviors were predominantly related to pictures depicting black or brown-skinned children (Máximo et al., 2012). These data highlight the stereotypes and distorted beliefs related to black people and to conditions of vulnerability, clearly showing an association of negative conceptions to these two conditions. As already pointed out, Brazil is a heterogeneous country in terms of races, ethnic groups and with strong social inequalities, and this reality of prejudice and social exclusion in Brazil must be combated immediately, a circumstance that could reduce the increasing rates of urban violence, as well as the rates of school dropouts and school violence.

Prejudice and racism against children and adolescents in contemporary times

Today, the prejudice against children and adolescents that is present in social life can present itself in two fundamental ways. The first one is direct, explicit, easily perceived and somewhat purposeful, while the second one is characterized by implicit and subjective aspects. In the last described form, prejudice imposes more difficulties regarding its identification, measurement and may even present itself in a supposedly egalitarian and benevolent way in relation to individuals or groups that suffer discrimination. This implicit and ambivalent features that characterizes contemporary prejudice, which at first may seem positive, is capable of distorting the feelings, perceptions and cognitions of an individual, promoting even stronger attitudes based in prejudice (Voci & Pagotto, 2014).

The subjective character of prejudice imposes new theoretical and methodological challenges that hinder the professional's efforts in understanding, evaluating and proposing

new interventions. In addition to the difficulty in identifying this type of prejudice, implicit discriminatory manifestations impose other risks such as their capacity to reinforce stereotypes and diminish young people in situations of social vulnerability in a veiled way, and therefore hindering or reducing confrontation and intervention possibilities (Voci & Pagotto, 2014).

Nowadays, prejudice is seen more and more in an ambivalent and complex way, mainly due to social norms and legal aspects that aim to combat it. On this matter, racism towards young people, as one of the ways prejudice is manifested, shows some specificities and presents as a characteristic a conflict played by two conflicting forces that act on individuals. One of them seeks social and interpersonal relationships that are free of racial discrimination and characterized by justice and equality, a circumstance stimulated by legal and political changes, or by the individual's own psychic characteristics. The other force, however, acts to maintain prejudice and racism and their effects on social contract, an element reinforced primarily by the normative cognitive processes of categorization and suppression of specificities.

The first modern theoretical perspectives on racism arose in the 1970s context, in the United States. In this period, researchers came to realize that racism between white and black people was becoming increasingly difficult to be perceived, identified, and therefore studied and comprehended. This change, of course, should not be understood as a resurgence of racism, and much less as its end. From the theoretical advances, this change came to be interpreted only as a shift in the racial prejudice forms of expression. However, the transformation in the forms of expression of racism does not signal the extinction of direct, intentional and hostile racist manifestations within the society. Although they may have diminished or lost intensity, these aggressive expressions based on prejudice are still supported and stimulated by some individuals, governments and institutions. Yet there are social norms and cultural aspects that do not agree with racism and that consider it should be eliminated from social interaction (Voci & Pagotto, 2014).

Among the theoretical advances that have emerged in the field of prejudice is the concept of modern racism (McConahay, 1986; McConahay et al., 1981). Modern racism can be defined as a form of prejudice that originates from some beliefs that are present in some individuals. These beliefs hold that racial discrimination is no longer part of society and that black people, including young people, should be more committed to upward social mobility rather than waiting for assistance or supposed benefits. The concept of modern racism

originated as an element present in the study of group processes and interpersonal relationships (Henry, 2010). The concept of symbolic racism (Kinder, & Sears, 1981; Sears & Henry, 2005; Sears & Henry, 2003), in turn, provided the theoretical elements that underpinned the construction of the concept of modern racism (Henry, 2010). This specific type of racism originated in the United States after legal and political advances that began to work towards more egalitarian racial relations. And it can be assumed that the same, or a very similar process is also identified in Brazilian culture. Symbolic racism opposes or harasses black people using, above all, values considered traditional, which they would not possess. These values are, for example, obedience, work and discipline (Kinder, & Sears, 1981; Lima, & Vala, 2004).

Modern racism (McConahay, 1986; McConahay et al., 1981) is related to the concept of aversive racism (Pearson, Dovidio, & Gaertner, 2009). Both concepts have in common the idea that manifestations of racism have changed over the years. However, the forms of expression of modern and aversive racism still retain racist, prejudiced and discriminatory characteristics (Dovidio, & Gaertner, 2004). The concept of aversive racism analyses the thoughts, emotions and behaviors presented by individuals who consider themselves open to the topic of interaction between different ethnicities and who may even spontaneously declare themselves as non-racist. Even if they present themselves and consider themselves as having no or very little prejudice towards cultural or ethnic groups different from their own, the actions and perceptions of these individuals can demonstrate, albeit in a subtle and veiled way, just the opposite (Pearson et al., 2009).

The manifestations and expressions of modern racism (McConahay, 1986) and aversive racism (Pearson et al., 2009) are usually not direct and hostile. For Dovidio et al. (2010) both processes are related to the phenomena that interfere in the formation, relationship and perception of groups and individuals, since they have in common their relationship with the construction and use of categories and stereotypes. In these types of racism, it is possible to perceive a tendency or bias on the part of the individuals to perceive the members of their group in a more positive way than the people who are part of other social groups, such as young people in situation of social vulnerability. Racial element and condition of social vulnerability can influence in order to define preferences, biases and to determine social inclusions and exclusions. It is important to emphasize that in Brazil, as in other countries, in general political power and social prestige are usually related to white people. On the other hand, black people are commonly associated with negative

characteristics such as poverty and crime. This tendency to apply stereotypes and discrimination, however, creates a conflict, since it acts in the opposite direction of the universal social value that all people have the same rights and must be treated equally (Dovidio et al., 2010).

It can be said that in the context of contemporary prejudice, the aggressive and direct racist manifestations are in decline. Yet there are still relevant social, political and economic differences between black and white young people, and differences in their social conditions. The new configurations of prejudice and racism make evident the need for new forms of investigation and a reformulation of concepts that can reveal this veiled and perverse process of discriminatory violence. Theoretical and empirical innovations must be reinforced in order to be effective and able to perceive and understand the subjective elements that underlie contemporary prejudice (Pearson et al., 2009).

Both the concepts of modern racism (McConahay, 1986; McConahay et al., 1981) and aversive racism (Pearson et al., 2009) reinforce the idea that reducing prejudice can be very hard and, possibly, will not occur in a simple and natural way. One of the main reasons for this expectation lies in the fact that both modern racists and aversive racists do not consider themselves prejudiced. Thus, it is important to highlight that, for the possibility of change to occur, individuals must first be aware of their racial biases. Changes related to prejudice must be consolidated in different contexts and situations, and must be able to decrease or extinguish the contradictory reactions that characterize modern and aversive racists (Devine et al., 2003; Dovidio, Kawakami, & Beach, 2008; Pearson et al., 2009). In this sense, innovative interventions or Public Policies are necessary and urgent, to raise awareness about these new forms of prejudice and also about those previously defined and studied. At the same time, investigations on implicit racism need to be conducted with ethics and scientific rigor in order to show the community that even a discourse against prejudice can present underlying prejudiced characteristics or serve as a protection for an individual who is, in fact, prejudiced. For Dovidio et al. (2010), one of the main strategies that can help producing a truly multiracial society that allows for a healthier relationship with the differences, lies in the stimulation and opportunity of coexistence, since childhood, with distinct groups, either in cultural or racial terms. When acquaintanceship is not present or is not enough, there are other ways to reduce prejudice, like psychoeducation in school contexts and roleplay activities to stimulate empathy among members of different groups.

Empathy, perspective taking and prejudice

Despite the difficulties and resistances that are imposed by prejudice and its manifestations, there is a possibility that young people, by experiencing new and varied information and experiences, present fewer thoughts, emotions, perceptions and behaviors characterized by discrimination and use of stereotypes. However, transformations caused by experiences and information about other groups, individuals, societies and cultures can be gradual and slow, as well as innocuous regarding the prejudice of some people. Attitudinal changes require time, since they act on structures related to cognitions, behaviors and emotions that underlie interpersonal relationships, elements that give consistency and are part of the way the individual recognizes himself (Dovidio et al., 2010). Transformations resulting from the interaction with human and cultural diversity gradually allow the individuals to experience information that is increasingly complex, rich and contradictory to each other or regarding their own beliefs and perceptions.

Considering these aspects, it becomes clear that changes to diminish prejudice are unlikely to be fast and comprehensive. Among the main ways to fight and minimize prejudice are the experiences with groups that are different from those that the individual belongs to, situations in which empathy and perspective taking may prove fundamental (Dovidio et al., 2010).

For Psychology, the concept of empathy is related to two fundamental questions: can the individual in question access and understand what the other person is thinking or feeling? And what are the factors that make an individual pay attention and care about the suffering of another person (Batson, 2009a). Broadly speaking, the definition of empathy is related to the reactions that an individual presents when observing or perceiving something experienced by other people (Davis, 1983). More specifically, empathy is a psychic and cognitive ability that is able to make an individual consistently connect to the needs of another person. Among the main benefits that empathy can have socially is its positive effect in promoting healthy interpersonal and social relationships, with less exclusion and prejudice (Batson, 2009a).

Empathy is directly related to perspective taking (Batson 2009a; Epley, & Caruso, 2008). Empathy, however, is secondary to perspective taking. In this sense, it is important to stress that the individual must, in the first place, seek to understand and perceive the specific situation from the point of view of the other person, which characterizes perspective taking. After this operation, he may perceive the suffering of others and sympathize with their conditions and needs, a circumstance related to empathy (Batson, 2009a). As a fairly broad

concept, perspective taking finds variations in its definitions and descriptions. In this great range of meanings this process presupposes, on the part of the individual, the need to surpass their own perspective and see and perceive the world from another point of view. Perspective taking presupposes the ability to simulate the thoughts and emotions of another individual (Epley, & Caruso, 2008).

For Batson (2009b), there are two types of perspective taking. In the first type, called imagine-other perspective, the individual imagines how another person perceives a situation and how they feel. In the second type, called imagine-self perspective, the individual imagines how they would perceive the situation and feel if they were in the other person's place. Even though they are similar conditions, it can be assumed that these two types of perspective taking are different processes and present distinct consequences for both empathic ability and for strengthening or eradicating prejudice.

Empathy is fundamental for the establishment of relationships among individuals and among groups. In this sense, interventions based on experiences involving empathy can be used with the aim to reduce racial biases among groups and to develop more positive attitudes (Dovidio et al., 2010). These initiatives can be carried out in schools, universities or even socio-educational support centers and other institutions. Providing the conditions for an individual to put themselves in another person's place may help to evoke thoughts and emotions related to empathy, connecting this individual to the conditions, situation and needs that another person presents (Batson et al., 1997; Dovidio et al., 2010).

Provoking or causing empathy can be relatively simple. Thus, watching a movie or reading a text that addresses the situation of a specific person who suffers racism can be enough to provoke empathy, making the individual think about how prejudice and stereotypes are present in their own attitudes. This form of prejudice reduction has an additional advantage, since it can be carried out in a neutral and distant way. These elements reduce anxiety and angst that could be aroused by having contact with direct experiences (Voci & Pagotto, 2014).

A study by Todd, Bodenhausen, Richeson e Galinsky (2011) sought to investigate, among other objectives, the influences and relationships between perspective taking and racial biases. One of the experiments induced participants to perspective taking and after applied a race Implicit Association Test (IAT). The IAT, developed by Greenwald, McGhee e Schwartz (1998), is an instrument used to measure the aspects of racism that are implicit and that an individual is not fully conscious about. It was created with the aim to adapt to the

changes modern prejudice presents. In an experiment by Todd et al. (2011), participants were instructed to write an essay, for about five minutes, regarding a day in the life of a man portrayed in a photograph. To avoid social desirability and not overly reveal some important details about the research, participants had to choose one among eight identified boxes (subject 1, subject 2, and so on). However, all the boxes presented the same possibility: a photograph of a black man. Some participants received instructions concerning the imagine-other perspective, to imagine the thoughts, emotions and experiences (or perceptions) of the individual who is in the picture (imagine the perspective of the other person). Other participants were instructed to take the imagine-self perspective, in which they should seek to imagine how they themselves would feel and think if they were the other person (imagine how their own reaction would be if they were in the other person's place) (Batson, 2009b; Todd et al., 2011). The other participants were instructed to be objective and neutral (objective focus), that is, to focus only on achieving the objective proposed by the researchers (write an essay about a day in the life of the man portrayed in the photograph). After this task, participants took the race IAT. In this experiment, the researchers sought to confirm the hypothesis that perspective taking has the capacity to reduce the association between black people and negative aspects, an element that is present in modern manifestations of prejudice and racism. The study confirmed this hypothesis, as the participants who were instructed to use perspective taking (in its two forms) had fewer negative racial biases regarding black people than those who were instructed to remain neutral and objective (Todd et al., 2011).

Final considerations

Interventions based in perspective taking can be effective in reducing prejudice and racism in different contexts. This type of strategy can be applied and serve as a tool for the demands of prejudice, racism and exclusion reduction, as previously discussed. However, in Brazil, there are no studies on the development of this type of intervention, or experimental studies about the association of these constructs: racism, empathy and perspective taking. Research in this area is fundamental and constitutes an innovative research field in Brazil. There are several gaps and questions that should foster other experimental research. For instance, it is necessary to empirically establish the relationship and influences between perspective taking and empathy, especially as to the former's capacity to reduce racial biases. This theoretical and methodological improvement proves to be fundamental, since empathy as a social skill can be stimulated in different ways and presents a less specific character than

perspective taking. In addition, the benefits of empathy should not be restricted to prejudice alone, nor should it be limited to prejudice against young people in situations of social vulnerability, since this ability may have positive influences on various aspects of social interactions. Another empirical advance to be made in the Brazilian context refers to the deepening of the understanding on the influences of perspective taking regarding different forms of racism and prejudice. In this sense, it becomes essential to perform studies that are capable of discerning and providing evidence regarding perspective taking and its capacity to reduce implicit and subjective racism, as well as explicit and direct forms of racism.

Finally, even if racism is explicitly reprehensible in contemporary society, in Brazil and elsewhere, the subtle and implicit forms of racism seem to gain strength and support acts characterized by aggression and that are harmful and worrisome. Thus, it may be innovative to study the empathy, its relationship with imagine-other perspective and the associations with racism in the contemporary world. The results can be elucidating, and can also deepen and reveal ways to foster healthy social relationships. These types of research can also provide assistance for Public Policies that stimulate awareness of implicit forms of prejudice towards children and teenagers. Experimental studies in this area and on these themes are also innovative methodologies about which researchers should devote their efforts. Scientific research committed to social change cannot fail to look at these modern and dangerous forms of racism, and it must also improve effective measurement instruments that do not strengthen biases, but instead aim at problematizing and deconstructing old and new stereotypes, ensuring respect for diversity.

References

- Allport, G. W. (1954/1979). *The nature of prejudice*. Reading: Addison-Wesley.
- Batson, C. D. (2009a). These things called empathy: eight related but distinct phenomena. In J. Decety & W. Ickes (Eds). *The Social Neuroscience of Empathy* (pp. 3-15). Cambridge: MIT Press. DOI:10.7551/mitpress/9780262012973.003.0002
- Batson, C. D. (2009b). Two forms of perspective : imagining how another feels and imagining how you would feel. In K. D. Markman, W. M. Klein, & J. A. Suhr (Eds), *Handbook of Imagination and Mental Simulation* (pp. 267-279). New York, NY: Psychology Press.
- Batson, C. D., Polycarpou, M. P., Harmon-Jones, E., Imhoff, H. J., Mitchener, E. C., Bednar, L. L., Tricia, K., & Highberger, L. (1997). Empathy and attitudes: can feeling for a

- member of a stigmatized group improve feelings toward the group? *Journal of Personality and Social Psychology*, 72(1), 105-118.
- Brasil, 2015. Secretaria Geral da Presidência da República, Secretaria Nacional de Juventude, Ministério da Justiça e Fórum Brasileiro de Segurança Pública. *Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência e Desigualdade Racial 2014*. Brasília. Recuperado em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0023/002329/232972POR.pdf>
- Brown, R. (1950/2010). *Prejudice: its social psychology*. Chichester: Wiley-Blackwell.
- Calza, T. Z., Dell'Aglio, D. D., & Sarriera, J. C. (2016). Direitos da criança e do adolescente e maus-tratos: epidemiologia e notificação. *Revista da SPAGESP*, 17(1), 14-27
- Costa, A. B., Pasley, A., de Lara Machado, W., Alvarado, E., Dutra-Thomé, L., & Koller, S. H. (2017). The experience of sexual stigma and the increased risk of attempted suicide in young Brazilian people from low socioeconomic group. *Frontiers in Psychology*, 8, 1-12.
- Davis, M. H. (1983). Measuring individual differences in empathy: evidence for a multidimensional approach. *Journal of Personality and Social Psychology*, 44(1), 113-126.
- De Houwer, J. (2003). A structural analysis of indirect measures of attitudes. In J. Musch & K. C. Klauer (Eds.), *The Psychology of Evaluation: affective processes in cognition and emotion* (pp. 219-244). Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum.
- Desouza, D., Rodríguez, S., & Antoni, C. (2014). Relacionamentos de amizade, grupos de pares e tribos urbanas na adolescência. In L. F. Habigzang, E. Diniz, & S. Koller (Orgs.), *Trabalhando com Adolescentes: teoria e intervenção psicológica* (pp. 118-131). Porto Alegre: Artmed.
- Devine, P. G., Plant, E. A., & Blair, I. V. (2003). Classic and contemporary analyses of racial prejudice. In R. Brown & S. Gaertner (Eds.), *Blackwell handbook of social psychology: intergroup processes* (pp. 198-217). Oxford: Blackwell.
- Dovidio, J. F., Johnson, J. D., Gaertner, S. L., Pearson, A. R., Saguy, T., & Ashburn-Nardo, L. (2010). Empathy and intergroup relations. In M. Mikulincer, & P.H. Shaver (Eds.), *Prosocial Motives, Emotions, and Behavior: the better angels of our nature* (pp. 393-408). Washington: American Psychological Association.
- Dovidio, J. F., Kawakami, K., & Beach, K. R. (2008). Implicit and Explicit Attitudes: examination of the relationship between measures of intergroup bias. In R. Brown & S.

- Gaertner (Eds.), *Blackwell Handbook of Social Psychology: intergroup processes*, (pp. 175-197). Oxford: Blackwell.
- Devine, P. G., Plant, E. A., & Blair, I. V. (2003). Classic and contemporary analyses of racial prejudice. In R. Brown & S. Gaertner (Eds). *Blackwell Handbook of Social Psychology: intergroup processes* (pp. 198-217). Oxford: Blackwell.
- Epley, N., & Caruso, E. M. (2008). Perspective taking: misstepping into others' shoes. In K. D. Markman, W. M. P. Klein, & J. Suhr (Eds.), *Handbook of Imagination and Mental simulation* (pp. 295-311). Nova Iorque: Psychology Press.
- Greenwald, A.G., McGhee, D.E., Schwartz, J.L.K. (1998). Measuring individual differences in implicit cognition: the implicit association test. *Journal of Personality and Social Psychology* 74(6), 1464-1480.
- Henry, P. J. (2010). Modern racism. In J. Levine & M. Hogg (Eds.), *The Encyclopedia of Group Processes and Intergroup Relations* (pp. 575-577). Thousand Oaks: Sage Publications.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2015). *Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2013*. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. Recuperado em <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv95011.pdf>
- Kinder, D. R., & Sears, D. O. (1981). Prejudice and politics: symbolic racism versus racial threats to the good life. *Journal of Personality and Social Psychology*, 40(3), 414-431.
- Lei Federal n. 12.711. (2012, 30 ago.). Diário Oficial da União, Seção 1, p. 1. Recuperado em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm
- Lima, M. E. O., Machado, C., Ávila, J., Lima, C., & Vala, J. (2006). Normas sociais e preconceito: o impacto da igualdade e da competição no preconceito automático contra os negros. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 19(2), 309-319.
- Lima, M. E. O., & Vala, J. (2004). As novas formas de expressão do preconceito e do racismo. *Estudos de Psicologia*, 9(3), 401-411.
- Lisboa, C. & Habigzang, L. (2017). Violência contra adolescentes. In C. B. Neufeld (Org.), *Terapia Cognitivo-Comportamental para Adolescentes: uma perspectiva transdiagnóstica e desenvolvimental* (pp. 339-358). Porto Alegre: Artmed.
- Martins, E., Santos, A. D. O. D., & Colosso, M. (2013). Relações étnico-raciais e psicologia: publicações em periódicos da SciELO e Lilacs. *Psicologia: teoria e prática*, 15(3), 118-133.

- Máximo, T. A. C. D. O., Larrain, L. F. C. R., Nunes, A. V. D. L., & Lins, S. L. B. (2012). Processos de identidade social e exclusão racial na infância da solidão. *Psicologia em Revista*, 18(3), 507-526.
- McConahay, J.B. (1986). Modern racism, ambivalence, and the modern racism scale. In Dovidio, J.F. & Gaertner (Eds.), *Prejudice, Discrimination and Racism* (pp. 91-125). San Diego: Academic.
- McConahay, J. B., Hardee, B. B., & Batts, V. (1981). Has racism declined in America? It depends on who is asking and what is asked. *Journal of Conflict Resolution*, 25(4), 563-579.
- Plant, E. A., & Devine, P. G. (1998). Internal and external motivation to respond without prejudice. *Journal of Personality and Social Psychology*, 75(3), 811.
- Pearson, A. R., Dovidio, J. F., & Gaertner, S. L. (2009). The nature of contemporary prejudice: Insights from aversive racism. *Social and Personality Psychology Compass*, 3(3), 314-338.
- Sacco, A. M., Couto, M. C. P., & Koller, S. H. (2016). Revisão sistemática de estudos da psicologia brasileira sobre preconceito racial. *Temas em Psicologia*, 24(1), 233-250.
- Sacco, A. M., de Souza, A. P. L., & Koller, S. H. (2015). Child and adolescent rights in Brazil. *The International Journal of Children's Rights*, 23(4), 818-843.
- Sears, D. O., & Henry, P. J. (2005). Over thirty years later: A contemporary look at symbolic racism. *Advances in Experimental Social Psychology*, 37, 95-150.
- _____ (2003). The origins of symbolic racism. *Journal of Personality and Social Psychology*, 85(2), 259-275.
- Todd, A. R., Bodenhausen, G. V., Richeson, J. A., & Galinsky, A. D. (2011). Perspective taking combats automatic expressions of racial bias. *Journal of Personality and Social Psychology*, 100(6), 1027-1042.
- Turra, C., & Venturi, G. (1995). *Racismo cordial: a mais completa análise sobre preconceito de cor no Brasil*. São Paulo: Ática.
- Voci, A., & Pagotto, L. (2014). *Il pregiudizio: che cosa è, come si riduce*. Bari: Laterza.

2 SEÇÃO EMPÍRICA

Essa seção é composta por dois artigos empíricos: o primeiro artigo, intitulado “Experimento sobre preconceito racial: efeitos da hipótese do contato, tomada de perspectiva e empatia”, e o segundo artigo, intitulado “Preconceito racial e medidas implícitas: um estudo experimental”. O projeto para realização dos estudos foi aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, vide parecer 2.306.843, CAAE 72939917.3.0000.5336 (Anexo A).

2.1 Artigo empírico 1

Experimento sobre preconceito racial: efeitos da hipótese do contato, tomada de perspectiva e empatia

André Verzoni

Carolina Saraiva de Macedo Lisboa

Wagner de Lara Machado

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Resumo

O preconceito é um fenômeno psicológico, cognitivo e social no qual ocorre uma atribuição ou julgamento negativo direcionado a um outro indivíduo cuja motivação é o seu pertencimento a um grupo social específico. O preconceito racial, por envolver fatores sociais, políticos e culturais, apresenta mudanças constantes e pode se manifestar de forma implícita e indireta. A partir da replicação de um experimento realizado no contexto norte-americano, objetivou-se investigar as relações entre racismo implícito, tomada de perspectiva, empatia e contato. A amostra foi composta por 40 estudantes universitários entre 19 e 24 anos. No experimento, os participantes escreveram um ensaio narrativo sobre um dia na vida de um homem negro e jovem retratado em uma fotografia. Metade da amostra recebeu instruções baseadas na tomada de perspectiva-outro e a outra metade recebeu instruções para se manter objetivo e neutro. Todos os participantes responderam o Teste de Associação Implícita (TAI) sobre racismo em sua versão para o computador. Os resultados do TAI apontaram neutralidade em relação ao racismo implícito na amostra pesquisada, ou seja, não foi encontrado um viés de preferência por pessoas brancas ou negras. A análise dos ensaios revelou a ausência de estereótipos negativos, a presença de conteúdos que fazem parte da vida dos próprios participantes e uma elaboração maior dos ensaios no grupo experimental. Futuras pesquisas podem esclarecer se a neutralidade em relação ao preconceito racial é uma característica específica da amostra que participou do experimento e em que medida o exercício de tomada de perspectiva e empatia ocasionou a ausência de racismo implícito.

Palavras chave: Preconceito racial, Racismo, Hipótese do contato, Tomada de Perspectiva, Empatia, Medidas implícitas.

Abstract

Prejudice is a psychological, cognitive and social phenomenon in which a negative attribution or judgment is directed towards another individual because of his or her belonging to a specific social group. Since racial prejudice involves social, political and cultural factors, it presents constant changes and can manifest itself in implicit and indirect ways. From the replication of an experiment carried out in the North American context, it was aimed to investigate the relations between implicit racism, perspective taking, empathy and contact. The sample consisted of 40 undergraduate students aged between 19 and 24 years. In the experiment, participants wrote a narrative essay about a day in the life of a black and young man portrayed in a photograph. Half of the sample received instructions based on perspective-taking other and the other half received instructions to stay objective and neutral. All participants responded to the Implicit Association Test (IAT) about racism in its version for the computer. The results of the IAT showed neutrality in relation to the implicit racism in the studied sample, that is, it was not found a bias of preference for white or black people. The analysis of the essays revealed the absence of negative stereotypes, the presence of contents that are part of the lives of the participants and a larger elaboration of the essays in the experimental group. Future research may clarify whether neutrality in relation to racial prejudice is a specific characteristic of the sample that participated of the experiment, and to what extent the exercise of perspective taking and empathy has led to the absence of implicit racism.

Keywords: Racial prejudice, Racism, Contact hypothesis, Perspective taking, Empathy, Implicit measures.

Introdução

O preconceito pode ser definido, de uma forma bastante ampla, e em concordância com as definições de Allport (1954/1979) e Brown (1950/2010), como um fenômeno no qual ocorre uma atribuição ou julgamento negativo direcionado a um outro indivíduo cuja motivação é o seu pertencimento a um grupo social específico (Voci & Pagotto, 2014). Entretanto, por envolver fatores sociais, políticos e culturais, o preconceito apresenta constantemente variações que produzem novas dificuldades teóricas e de mensuração aos seus pesquisadores (Brown, 1950/2010; Devine, Plant, & Blair, 2003).

A definição de Allport (1954/1979) sobre preconceito permanece relevante e adequada ao contexto contemporâneo. Entretanto, a descrição do preconceito enquanto antipatia ou uma predisposição desfavorável, falsa e inflexível deve ser melhor explorada no contexto da atualidade. Ou seja, o conceito de preconceito pode ser revisado quando se retira ou se confere menor importância ao seu caráter patológico e, em seu lugar, é realçada a sua condição de processo cognitivo que faz parte do funcionamento normativo da mente humana. Entretanto, essa condição específica revela dificuldades adicionais às tentativas de diminuir ou eliminar o preconceito presente nas relações sociais, uma vez que não se constitui em uma característica que possa ser removida ou combatida diretamente (Brown, 1950/2010; Devine et al., 2003; Dovidio, Glick, & Rudman, 2005; Voci & Pagotto, 2014).

O preconceito, enquanto conjunto de sentimentos ou emoções negativas relativas a um grupo específico de pessoas ou a algum membro do grupo, expressa-se a partir de categorias, ao contrário, por exemplo, da antipatia, que está ligada às relações interpessoais e às idiossincrasias. O preconceito pressupõe a adoção de categorias mentais que podem se sobrepor a qualquer indivíduo que pertença a um grupo, circunstância que ignora e descarta a singularidade e especificidade da pessoa. Nesse sentido, o preconceito tem a característica de anteceder a atitude ou comportamento discriminatório, uma vez que as categorias estabelecidas são anteriores à ação e suscitam cognições que inferem atributos ao indivíduo que sofrerá o preconceito e a discriminação. Convém salientar novamente que estas categorias mentais fazem parte das cognições sociais e possuem uma natureza, em parte, normativa (Brown, 1950/2010).

A categorização é uma operação mental e normativa na qual o indivíduo busca uma simplificação da realidade que o cerca. Elaborar categorias é simultaneamente uma necessidade e uma habilidade. Esta parte da cognição faz-se necessária por constituir uma forma de organização e redução das diferenças e especificidades, circunstâncias que facilitam a interação com o mundo e sua complexidade, uma vez que a categorização exerce um controle sobre os estímulos e informações (Brown, 1950/2010; Dovidio et al., 2010). A categorização mental é um processo que se faz presente no desenvolvimento humano e se intensifica durante a adolescência. Especificamente nessa fase do desenvolvimento, a influência dos pares aumenta e, como resultado, há uma pressão no sentido da diminuição das diferenças individuais, ou seja, torna-se imperativo que os jovens sejam similares. Assim, ocorre a exclusão dos indivíduos que se distanciam do que seria considerado o padrão determinado pelo grupo de pares (Desouza, Rodríguez, & Antoni, 2014).

Em relação ao preconceito, a categorização age como um balizador que afeta as percepções dos indivíduos em relação a pessoas que pertencem a grupos específicos. O viés cognitivo, enquanto processo que salienta ou omite características individuais ou contextuais no nível da percepção, cognição e memória, serve de apoio para a formação e consolidação das categorias que, por sua vez, podem agir de forma consciente ou não consciente. A utilização de estereótipos constitui-se na atribuição de características que incidem sobre um indivíduo específico e que se fundamentam nas características que são conferidas ao grupo ao qual esse pertence. Nesse sentido, o estereótipo constitui-se em uma percepção ou suposição de que uma característica específica pode ser atribuída a diferentes indivíduos que pertencem aos mesmos grupos ou categorias. Ou seja, o estereótipo pressupõe uma inferência que impõe ao indivíduo a sua inclusão em um grupo. A utilização de estereótipos emerge como um resultado da categorização (Brown, 1950/2010). Considerando esse cenário, os estudos que abordam as relações entre categorização enquanto elemento normativo do desenvolvimento e do preconceito tornam-se cientificamente relevantes (Brown, 1950/2010; Devine et al., 2003; Dovidio et al., 2010; Voci & Pagotto, 2014), uma vez que ajudam a compreender aspectos involuntários ou não conscientes de diversas manifestações preconceituosas atuais, como racismo moderno (McConahay, 1986; McConahay, Hardee, & Batts, 1981) e racismo aversivo (Pearson, Dovidio, & Gaertner, 2009; Camino et al., 2001).

Visão geral sobre o estudo

No estudo apresentado buscou-se, a partir da replicação de um experimento realizado por Todd et al. (2011), investigar o racismo implícito, uma manifestação específica do preconceito, e relações com a empatia, tomada de perspectiva, contato e estereótipos. De acordo com a revisão sistemática de Sacco, Couto e Koller (2016) sobre preconceito racial no contexto da Psicologia brasileira, há uma escassez de estudos sobre o tema e que utilizem medidas implícitas. Do ponto de vista social e político, essa lacuna científica é especialmente significativa se considerarmos as consequências do preconceito racial para a população brasileira, sobretudo para os jovens que se encontram em condição de vulnerabilidade social (Brasil, 2015; Verzoni & Lisboa, 2017). É válido ressaltar que estudos anteriores realizados no contexto norte-americano (Batson et al., 2003; Batson et al., 1997; Galinsky & Moskowitz, 2000; Hodges, 2008; Todd et al., 2011) demonstraram que a tomada de perspectiva pode atuar no sentido de reduzir o preconceito racial.

Racismo aversivo e racismo moderno

O preconceito, em suas manifestações modernas, gera ambivalência, pensamentos e emoções mistas, ao contrário da negatividade clara e fixa que o caracterizou em outros períodos históricos. Nesse sentido, no contexto moderno do racismo, as pessoas brancas vivenciam um conflito entre duas forças internas quando interagem com pessoas negras. Um dos vetores favorece relações livres do preconceito, enquanto que o outro tende a produzir respostas caracterizadas pelo preconceito. Uma vez que existem normas sociais que buscam o enfraquecimento ou até mesmo o fim do preconceito, as suas manifestações se tornam cada vez mais complexas e sutis (Devine et al., 2003; Plant & Devine, 1998).

No Estados Unidos, a partir da década de 1970, pesquisadores perceberam que havia se tornado cada vez mais difícil identificar de forma clara o preconceito racial de brancos em relação aos negros. É evidente que esta peculiaridade não assinalou a extinção do racismo ou a sua diminuição. Essa nova condição foi interpretada como uma modificação das manifestações de preconceito racial, que passou a assumir formas mais sutis e indiretas. Ainda que, atualmente, em alguns lugares ou contextos, façam-se presentes demonstrações racistas claras, propositais, explícitas e que muitas vezes são apoiadas por instituições ou até mesmo governos ou autoridades, é razoável supor que a maior parte das pessoas não concorde com a externalização de ideias preconceituosas e as considere desprezíveis (Voci & Pagotto, 2014). Foi nesse contexto da realidade americana que emergiu o conceito de racismo moderno (McConahay, 1986; McConahay et al., 1981). O racismo moderno, enquanto manifestação do preconceito, emerge como um conjunto de crenças sobre pessoas negras e sua inserção social. Essas crenças sustentam-se em ideias que postulam que o racismo deixou de existir na sociedade, que as pessoas negras deveriam se esforçar mais para melhorarem a sua condição e que estariam recebendo assistência ou atenção excessivas. O conceito de racismo moderno foi proposto como parte integrante dos processos de grupo e relações interpessoais (Henry, 2010). O conceito de racismo simbólico (Sears & Henry, 2005, 2003; Kinder & Sears, 1981) serviu como base teórica para a elaboração do racismo moderno (Henry, 2010).

O racismo moderno (McConahay, 1986; McConahay et al., 1981) está relacionado ao conceito de racismo aversivo (Pearson et al., 2009). Ambos os conceitos têm em comum, principalmente, a ideia de que as manifestações de racismo mudaram com o passar dos anos. Entretanto, ainda que tenham ocorrido transformações, as formas de expressão mais atuais conservam características preconceituosas e discriminatórias (Dovidio & Gaertner, 2004). O

conceito de racismo aversivo se refere aos pensamentos, emoções e comportamentos apresentados por indivíduos que se consideram abertos ao tema da interação entre diferentes etnias e que podem até mesmo declararem-se de forma espontânea como não racistas. Ainda que estas pessoas se apresentem e se considerem pessoas com nenhum ou pouquíssimo preconceito em relação a grupos culturais ou étnicos diferentes dos seus, suas ações e percepções podem demonstrar, ainda que de forma sutil, justamente o contrário (Pearson et al., 2009).

As atitudes implícitas e explícitas, ainda que possuam a característica comum de constituírem manifestações do racismo aversivo, apresentam qualidades distintas entre si. Apesar das diferenças, para investigar e criar intervenções que visem reduzir o racismo faz-se necessário abordar as atitudes implícitas e explícitas de maneira simultânea. Ambas compõem as bases das manifestações e atitudes características do racismo aversivo. As formas como as pessoas pensam, sentem, percebem e se comportam em relação aos integrantes de grupos diferentes aos quais pertencem são definidas por aspectos conscientes (explícitos) e não conscientes (implícitos). O racismo aversivo, enquanto forma indireta de preconceito, tem uma função importante nas relações entre indivíduos e entre grupos, uma vez que preenche com vieses inconscientes essas interações (Pearson et al., 2009). Em termos sociais, é válido ressaltar que as relações entre grupos não constituem uma divisão de espaço e poder na qual um deve perder para que o outro possa ganhar. Sendo assim, é possível que todos se beneficiem de uma maior interação racial, uma vez que essa condição poderia produzir uma sociedade mais desenvolvida e saudável. Uma maior integração geraria um contexto que permitiria que todos os indivíduos tivessem a possibilidade de alcançar o seu potencial e ampliar o repertório de pensamentos e comportamentos a partir de experiências com pessoas diferentes (Dovidio et al, 2010). Uma das principais formas de promover a diversidade e o convívio saudável com as diferenças reside na hipótese do contato (Allport, 1954/1979; Brown, 1950/2010).

Hipótese do contato

O preconceito é um fenômeno social presente no cotidiano, é extremamente abrangente e se infiltra em diferentes contextos. Essa disseminação do preconceito se deve sobretudo às limitações cognitivas dos seres humanos e fatores que fazem parte das emoções, cognições e comportamentos resultantes da inclusão de um indivíduo em determinado grupo. Apesar da força, difusão e da influência do preconceito em aspectos fundamentais dos

indivíduos, existem formas de se combater e de se reduzir este processo e seus malefícios a partir de intervenções sociais. Entre estas ações, a hipótese do contato (Allport, 1954/1979) ocupa um lugar central. A hipótese do contato é uma das mais relevantes e prolíficas contribuições da Psicologia Social e parte do princípio de que estabelecer contato é a forma mais eficaz de reduzir as tensões e conflitos entre grupos diferentes. Para que o contato tenha um efeito benéfico, é necessário que algumas premissas estejam presentes: igualdade de *status* entre os grupos na situação específica do contato, objetivos em comum, cooperação entre grupos e supervisão e apoio de autoridades, leis ou costumes (Allport, 1954/1979; Brown, 1950/2010).

Entretanto, não é qualquer tipo de contato que pode atuar no sentido de reduzir o preconceito entre grupos. Nesse sentido, a proximidade geográfica pode, por exemplo, justamente aumentar a intensidade do preconceito. Para que seja efetivo na redução do preconceito, o contato deve ocorrer com a frequência, duração e proximidade suficientes para que ocorram relações significativas entre as pessoas. (Allport, 1954/1979; Brown, 1950/2010).

Interações e contato entre grupos de indivíduos com características distintas entre si enquanto fator que pode diminuir o preconceito (Allport, 1954/1979) também pode ocorrer de forma indireta. Nesse sentido, se um indivíduo de um determinado grupo possuir um vínculo próximo com uma pessoa de um outro grupo, esta interação pode ter influências benéficas para os integrantes do primeiro grupo (Wright, Aron, McLaughlin-Volpe, & Ropp, 1997). Os efeitos positivos do contato indireto em relação ao preconceito também podem ocorrer de outras maneiras. Para Crisp e Turner (2009), o contato indireto pode se apresentar enquanto *contato imaginado*. Nesse sentido, apenas imaginar interações com indivíduos que pertencem a outros grupos pode favorecer percepções mais positivas sobre o grupo ao qual esses pertencem. Dessa forma, imaginar o contato pode ocasionar atitudes mais favoráveis em relação a outros grupos, uma vez que possibilitaria o enfraquecimento dos estereótipos, aumento da atribuição de características positivas e a redução da ansiedade decorrente das interações entre grupos. Entretanto, de acordo com Brown (1950/2010), os benefícios do contato indireto em sua modalidade que usa a imaginação podem ser frutos da desejabilidade social e, portanto, seus efeitos positivos não seriam tão consistentes. Além disso, o contato imaginado tende a se revelar inoperante em situações em que existem conflitos evidentes e consolidados entre grupos diferentes, uma vez que essa condição deve impossibilitar o exercício de imaginação mental de uma interação positiva. De qualquer forma, Crisp e Turner

(2009) sustentam que as intervenções da Psicologia que visam a redução do preconceito são escassas e que o contato imaginado seria uma alternativa simples para suprir essa lacuna, sobretudo se for associada a outras intervenções mais elaboradas e aprofundadas.

A revisão sistemática de Pettigrew e Tropp (2006) sobre contato e redução do preconceito, que analisou 515 estudos (com 713 amostras independentes) publicados entre 1940 e 2000, aponta que existe uma associação significativa entre os processos. Entretanto, os autores sustentam que não é estritamente necessário que todas as condições de contato propostas por Allport (1954/1979) estejam presentes para que haja a redução do preconceito (igualdade de *status* entre os grupos na situação específica do contato, objetivos em comum, cooperação entre grupos e supervisão e apoio de autoridades, leis ou costumes). É importante ressaltar que, quando as condições propostas por Allport (1954/1979) estão presentes, o efeito do contato apresenta-se de forma mais significativa. De acordo com o estudo, as condições ideais de contato devem ser analisadas e utilizadas como elementos que se relacionam entre si, e não como fatores independentes. Outra importante questão que se impõe refere-se ao viés dos participantes das pesquisas sobre contato e preconceito. Revela-se vital considerar a possibilidade de que as pessoas que possuem e apresentam menos preconceito sejam, justamente, mais propensas e abertas ao contato, enquanto que aquelas mais preconceituosas tendem a evitar o contato com as pessoas que percebem como diferentes. Apesar dessas ponderações, é razoável supor que promover a capacidade de estabelecer contato, enquanto uma capacidade psicológica ou disposição do indivíduo de maneira geral, está relacionada à diminuição do preconceito. Nesse sentido, pode-se revelar útil combater o preconceito promovendo nas pessoas a capacidade e disponibilidade de estabelecer contato com o que consideram diferente (Pettigrew & Tropp, 2006).

Desde a criação da hipótese do contato por Allport (1954/1979), as pesquisas posteriormente realizadas buscam explicar e entender como o contato funciona considerando, principalmente, os aspectos cognitivos e afetivos envolvidos nesse processo (Visintin et al., 2017). Os principais mediadores do contato são a ansiedade entre grupos, empatia, tomada de perspectiva e ameaças percebidas. A ansiedade acontece quando há uma antecipação ou quando efetivamente ocorre o contato com uma pessoa de outro grupo (Hewstone et al., 2014; Stephan, 2014). A empatia, por sua vez, constitui-se em uma condição emocional vicária na qual o indivíduo pode acessar e compreender as emoções e sentimentos de outra pessoa, circunstância que pode promover o contato e reduzir o preconceito. A tomada de perspectiva pode ser definida como a capacidade de um indivíduo de superar a sua própria

perspectiva e supor e imaginar a perspectiva e percepção de outra pessoa (Epley & Caruso, 2008). Já as ameaças percebidas entre grupos ocorrem de forma coletiva, ou seja, existe a percepção que o outro grupo significa uma ameaça para o grupo ao qual o indivíduo pertence (Hewstone et al., 2014).

Empatia

Para Hoffman (2001), considerando dois indivíduos (indivíduo A e indivíduo B), empatia pode ser definida como a resposta afetiva mais adequada por parte de A em relação à situação de B, sendo que a resposta afetiva coloca em primeiro a situação de B, e não as condições de A que foram suscitadas por B. A empatia se consiste em um elemento que age no sentido de ativar a preocupação e consideração de um indivíduo por outro. A empatia participa no processo de criação e estabelecimento de um vínculo entre as pessoas e torna viável a vida em sociedade, tendo assim seu papel na evolução da espécie humana. A empatia está relacionada a comportamentos sociais de ajuda, amparo e busca de justiça. Por outro lado, sentir e pensar empaticamente também pode suscitar emoções difíceis ou desagradáveis. Por exemplo, um indivíduo que observa ou percebe o sofrimento de outra pessoa pode ter reações emocionais como raiva, culpa ou sentimento de injustiça. As condições da empatia podem variar de acordo com as condições do indivíduo. Quando um indivíduo está em dificuldade ou sofrimento, mas essa condição não é responsabilidade do mesmo (acidente, doença e perda, dependendo das circunstâncias), a aflição ou mal estar decorrente da empatia é, pelo menos parcialmente, transformado em uma aflição compreensiva (*sympathetic distress*). No entanto, quando há a percepção de que o indivíduo tem responsabilidade em relação ao seu sofrimento ou situação, a aflição decorrente da empatia pode se transformar em raiva empática (*empathic anger*) e a culpabilização do indivíduo pela sua situação ou tristeza empática (*empathic sadness*) (Hoffman, 2001).

A empatia pode ser descrita como uma habilidade psicológica que permite que um indivíduo reconheça e entenda a necessidade de outro indivíduo. Entre as principais funções sociais da empatia, encontram-se a manutenção de relações interpessoais positivas e a diminuição de conflitos (Batson, 2009a). Do ponto de vista cognitivo, a empatia pode ser suscitada pela tomada de perspectiva, operação na qual o indivíduo imagina como a outra pessoa se sente ou como ele próprio se sentiria se fosse a outra pessoa. A tomada de perspectiva pode estar sujeita ao controle voluntário mas, apenas o fato de o indivíduo estar atento às condições desfavoráveis ou sofrimento de outra pessoa, pode ocasionar seu

envolvimento emocional e cognitivo. Para que a empatia ocorra, não é necessária uma interação direta e presencial. Nesse sentido, a capacidade humana de imaginar eventos e situações e se colocar no lugar de outras pessoas e supor seus pensamentos, emoções e comportamentos pode ser suficiente para criar um envolvimento afetivo e cognitivo (Hoffman, 2001).

A empatia em geral apresenta efeito benéfico sobre as relações sociais. Entretanto, essa qualidade positiva da empatia depende da intensidade das evidências do sofrimento da pessoa com a qual se estabelece a empatia. Ainda que situações de maior sofrimento apresentem a tendência de suscitar mais empatia, situações excessivas podem gerar aversão e emoções desagradáveis, ao invés da empatia. Neste caso, a pessoa pode se preocupar mais com ela mesma, e não com o sofrimento ou as necessidades do outro. Ainda que a empatia possa ser suscitada por pessoas desconhecidas, a resposta empática ao sofrimento tende a ser mais intensa com familiares, membros do grupo primário, amigos próximos, pessoas que podem ser consideradas similares e que fazem parte do contexto mais imediato. Os limites da empatia em relação a intensidade, diferentes pessoas e situações que a suscitam tem um caráter regulador e de auto-preservação (Hoffman, 2001). Nesse sentido, a empatia se revela um fator importante que atua na hipótese do contato e na redução do preconceito, uma vez que os aspectos afetivos possuem um papel mais determinante do que aspectos cognitivos nesse processo (Brown & Hewstone, 2005; Pettigrew & Tropp, 2008; Visintin et al., 2017).

Ainda que seja difícil para a maioria das pessoas, por exemplo, permanecer neutras ao presenciar uma situação em que um indivíduo sofre discriminação por pertencer a um grupo específico, a empatia, muitas vezes, não é uma emoção claramente distinguível para quem a sente. O elemento cognitivo referente à empatia está relacionado à tomada de perspectiva, ou seja, se colocar no lugar do outro e experimentar de maneira profunda os seus pensamentos e como se sente internamente (Voci & Pagotto, 2014). A tomada de perspectiva ou simplesmente quando o indivíduo testemunha o sofrimento, dor ou mal estar evidentes em outra pessoa pode acionar uma resposta afetiva dentro da capacidade empática (Hodges, 2008; Voci & Pagotto, 2014). Assim, pensar e se importar em relação às condições as quais um indivíduo se encontra, circunstâncias presentes na empatia, podem reduzir ou amenizar pensamentos e comportamentos defensivos que se fazem presentes nas discriminações entre grupos e indivíduos e favorecer atitudes que privilegiam o bem-estar do outro ou a redução do seu sofrimento (Batson et al., 2003; Batson et al., 1997; Galinsky & Moskowitz, 2000; Hodges, 2008; Todd et al., 2011; Voci & Pagotto, 2014; Pagotto, 2010).

Tomada de perspectiva

Enquanto um conceito bastante amplo, a tomada de perspectiva encontra variações em suas definições e descrições. Nessa grande amplitude de significados, o ponto principal e, possivelmente, o mais integrador em relação a todas as variações, reside na explicação que pressupõe, no indivíduo, uma necessidade de ultrapassar a própria perspectiva e ver e perceber o mundo a partir de outro ponto de vista. Nesse sentido, a tomada de perspectiva se consiste na capacidade de simular os pensamentos e emoções de outro indivíduo (Epley & Caruso, 2008).

Na teoria de Piaget, a capacidade de imaginar como o próprio indivíduo se sentiria ou pensaria se estivesse ocupando a posição de outra pessoa é chamada de tomada de perspectiva ou descentramento. Essa habilidade assinala a diminuição do egocentrismo e coloca o indivíduo em condições de se relacionar com o outro. A possibilidade de apreender os pensamentos e o que outra pessoa vive ou sente internamente é essencial para a aquisição e manutenção de relações sociais saudáveis e duradouras. Saber o que se passa internamente em outras pessoas, ou seja, compreender os seus pensamentos e emoções, é fundamental para construir e ajustar a forma de reagir em relação a elas. A empatia, dessa forma, emerge como um processo secundário à tomada de perspectiva. É necessário primeiramente buscar ver e entender situações específicas a partir do lugar do outro. Através dessa operação, é possível, por exemplo, solidarizar-se com o sofrimento de outras pessoas e perceber as suas necessidades. Existem duas formas de tomada de perspectiva. Na tomada de perspectiva-outro (*imagine-other perspective*) o indivíduo imagina a perspectiva de outro indivíduo, como o outro está sentindo e como percebe a sua própria condição. Na tomada de perspectiva-si mesmo (*imagine self-perspective*) o indivíduo imagina como ele próprio se sentiria e perceberia sua condição se estivesse na condição do outro (Batson, 2009b).

Método

Participantes

Participaram do experimento deste estudo 40 jovens universitários brancos da faixa etária que inclui pessoas dos 19 aos 24 anos ($M = 20,9$ anos). Os participantes são provenientes de diversos cursos de graduação de uma universidade privada e uma universidade pública do sul do Brasil. Dos 40 participantes, 23 (57,5%) eram mulheres. As características dos participantes são similares às apresentadas no Experimento 2 do estudo de

Todd et al. (2011). Uma vez que o objetivo desse estudo é investigar o preconceito racial de pessoas brancas em relação a pessoas negras, os experimentadores buscaram selecionar participantes brancos. Entretanto, uma vez que a etnia possui um caráter subjetivo, especialmente no contexto brasileiro e sua extensa miscigenação (Camino et al., 2001; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE], 2015; Sacco et al., 2016), os pesquisadores decidiram adotar a autoatribuição como critério de inclusão final nos resultados da pesquisa. Por essa razão, dois participantes foram posteriormente excluídos das análises. Além disso, um participante foi excluído pois os seus dados não foram integralmente salvos no computador.

Experimento

O Experimento deste estudo é uma replicação do Experimento 2 presente na pesquisa de Todd et al. (2011). A dupla de experimentadores, formada pelo pesquisador principal (37 anos) e uma aluna de graduação em Psicologia (22 anos) e bolsista de iniciação científica, foi integralmente responsável pela aplicação do experimento em todas as oportunidades. Estudos que apontam que características específicas dos experimentadores podem influenciar os resultados, sobretudo em estudos sobre preconceito racial, nos quais a etnia dos pesquisadores pode se tornar uma variável que participa do estudo (Brown, 1950/2010; McConahay et al., 1981). Nesse sentido, considerando as condições étnicas do contexto brasileiro, caracterizadas pela miscigenação e extensa variação (Camino et al., 2001; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE], 2015; Sacco et al., 2016), é conveniente destacar que ambos os experimentadores se consideram pessoas brancas.

Os participantes foram convidados a participar de uma pesquisa realizada por psicólogos sobre relações interpessoais e percepção. O motivo da escolha desse tópico no convite foi o de não tornar evidente em um primeiro momento os objetivos específicos da pesquisa. Todo o experimento foi realizado com um computador *notebook* Samsung com monitor de 14 polegadas. Inicialmente, após uma breve descrição sobre as tarefas que deveriam ser realizadas, os participantes receberam a instrução de escolher uma entre oito caixas numeradas, cada uma delas representando uma pessoa em potencial. Essa etapa tinha como objetivo reforçar o caráter aleatório da pessoa selecionada. Entretanto, havia somente uma imagem disponível para todos os participantes. A única imagem disponível retratava, em preto e branco, um homem negro e jovem. O jovem do retrato usava um boné e apresentava uma expressão facial de leve tristeza e talvez cansaço e desilusão, assim como traços de

ascendência africana bastante evidentes. Além disso, pode-se dizer que o preto e branco da fotografia traz uma certa neutralidade para a imagem. Ao visualizarem o jovem, os participantes receberam a instrução de escrever um breve ensaio (cerca de cinco minutos) sobre um dia na vida dessa pessoa. Metade dos participantes (20) receberam a instrução baseada no conceito de tomada de perspectiva-outro constituindo, assim, o grupo experimental. A orientação que os participantes receberam nessa condição foi: “Nesse momento, gostaríamos que você escrevesse sobre um dia na vida do indivíduo da fotografia. Ao escrever, gostaríamos que você adotasse a perspectiva da pessoa. Em sua mente, imagine e visualize claramente e vividamente o que ele ou ela pode estar pensando, sentindo e vivenciando enquanto transcorre o seu dia. Por favor, utilize cerca de cinco minutos para escrever o ensaio”. A outra metade dos participantes (20), constituíram a condição de controle e receberam uma instrução mais neutra: “Nesse momento, gostaríamos que você escrevesse sobre um dia na vida do indivíduo da fotografia. Ao escrever, pedimos que você adote uma perspectiva imparcial. Em outras palavras, não se preocupe com o que a pessoa possa estar pensando e sentindo, apenas escreva como se você fosse um observador casual. Por favor, utilize cerca de cinco minutos para escrever o ensaio”. Os participantes foram incluídos em uma das condições de maneira aleatória, ou seja, alternada. Depois da elaboração do ensaio, todos os participantes responderam o TAI (Greenwald et al., 1998; Olson & Fazio, 2004) em sua versão para o computador. Após responderem o TAI, os participantes responderam questões simples sobre: curso de graduação, idade, gênero, etnia e comentários sobre a sua participação no experimento. Por último, os participantes tiveram a oportunidade de ler um pequeno texto explicativo sobre os objetivos e aspectos teóricos e científicos envolvidos no estudo (Todd et al., 2011). Ao se despedir dos participantes, os experimentadores perguntaram se os mesmos gostariam de saber os resultados finais da pesquisa. Uma vez que sempre houve concordância, os pesquisadores anotaram os endereços de email de todos os participantes para posterior envio dos artigos publicados.

Procedimentos para coleta de dados

Os participantes escreveram o ensaio e responderam o TAI personalizado (Olson & Fazio, 2004) presencialmente em um computador *notebook*. Os programas utilizados no experimento foram o MediaLab e o DirectRT. O MediaLab é um programa de computador que permite uma grande variedade de experimentos psicológicos que podem ser criados pelos pesquisadores. O DirectRT é um programa de computador que pode atuar em conjunto com o

MediaLab. A principal função do DirectRT é contabilizar em milissegundos as respostas (latências) provenientes do TAI. Esses programas de computador foram os mesmos utilizados no estudo de Todd et al. (2011).

Instrumento

Teste de Associação Implícita (TAI)

As possibilidades de mensuração do preconceito se dividem, em linhas gerais, em duas modalidades diferentes: medidas explícitas (papel e caneta, autorelato) e medidas implícitas (baseadas em diferentes tempos de resposta relativas à tomada de decisão e preferência, como o TAI). Em razão das transformações e mudanças que caracterizam o preconceito em termos históricos, novas abordagens que visam a sua investigação foram criadas uma vez que, por razões culturais, legais e sociais tornou-se menos comum e aceitável a manifestação clara e direta do preconceito (Brown, 1950/2010; Devine et al., 2003; Voci & Pagotto, 2014). No sentido de adaptar-se a essas circunstâncias e utilizar medidas que sejam sensíveis às mudanças na expressão do preconceito caracterizadas pela sutileza, motivações involuntárias ou não conscientes e preferências menos perceptíveis, foram desenvolvidas formas implícitas de abordar o preconceito. No entanto, existem questionamentos a respeito da influência da desejabilidade social em instrumentos explícitos ou implícitos. Nesse sentido, as medidas implícitas têm como objetivo justamente minimizar a desejabilidade social, uma vez que abordariam aspectos menos conscientes ou absolutamente não conscientes. Por atuar fora do domínio da consciência, supõe-se que a influência do que é *politicamente e socialmente correto* e o controle ativo do participante em relação às suas respostas possam se superados pelas medidas implícitas. Por essa razão, essas podem ser consideradas medidas mais genuínas do preconceito (Brown, 1950/2010). O Teste de Associação Implícita (Greenwald, McGhee, & Schwartz, 1998)), conhecido como TAI ou IAT (*Implicit Association Test*) é um importante instrumento que utiliza medidas implícitas para medir o preconceito. Entretanto, o TAI não deve ser considerado um teste definitivo em seu objetivo de quantificar o preconceito e o racismo. Entre as suas inconsistências podem ser incluídas a influência do contexto em que o teste é aplicado, tais como elementos sociais e as peculiaridades das imagens que apresenta (Arkes & Tetlock, 2004; Brown, 1950/2010).

O TAI é forma de medida que não utiliza autorrelato e introspecção. O constructo implícito pode ser definido como um traço ou resultado não identificado (ou identificado incorretamente) de experiências passadas e que medeia R, sendo que R se refere a categoria

de respostas que são entendidas como influenciadas pelo constructo denominado implícito (Greenwald & Banaji, 1995; Greenwald, Nosek, & Banaji, 2003). A cognição implícita pode ser capaz de revelar experiências anteriores que, habitualmente, seriam rejeitadas e mantidas à parte por quem as possui. A razão do isolamento e rejeição dessas experiências reside no conflito que existe entre essas e os valores e crenças que a pessoa possui, ou então em decorrência de possíveis conseqüências sociais desagradáveis ou negativas que a revelação dessas experiências pode ocasionar. Nesse sentido, o TAI é capaz de revelar conteúdos que não estão disponíveis pelo processo de introspecção e pelo autorrelato, ainda que a própria pessoa tenha interesse ou vontade de atuar no sentido de acessar e revelar essas informações. Dessa forma, é possível comparar os conteúdos que o TAI tem o objetivo de revelar com algumas de nossas memórias que, mesmo sem apresentar qualquer tipo de amnésia, não somos capazes de acessar de acordo com a nossa intenção e vontade. Portanto, o termo implícito caracteriza as medidas que são obtidas sem a introspecção, com a diminuição do controle mental para elaborar e emitir a resposta e redução da intenção consciente e da reflexão interna (Greenwald et al., 2003).

O TAI é uma medida baseada no tempo de reação em tarefas de categorização. O princípio presente no TAI é de que deve ser mais fácil e, conseqüentemente, mais rápido, associar dois elementos que já possuam relação previamente construída na percepção do respondente. O TAI requer a classificação de estímulos (imagens) em relação a quatro conceitos diferentes, mas com apenas duas possibilidades de resposta, sendo que cada uma delas é composta por um par diferente de conceitos. O princípio do TAI é de que a classificação (medida pelo tempo da resposta ou latência) será mais fácil e mais rápida quando os dois conceitos que formam o par estão mais fortemente associados do que quando apresentam menos força na sua associação (Greenwald et al., 2003).

No experimento apresentado nesse estudo foi utilizado o TAI de avaliação racial na versão personalizada desenvolvida por Olson e Fazio (2004) que contém sete blocos de respostas. No primeiro bloco (B1, 24 respostas), os participantes atribuíram a quatro imagens de faces de pessoas brancas (dois homens, duas mulheres) a classificação *Branco* (tecla da mão esquerda) e a quatro imagens de faces de pessoas negras (dois homens, duas mulheres) a classificação *Negro* (tecla da mão direita). No segundo bloco (B2, 24 respostas), os participantes atribuíram a 10 palavras (por exemplo: *café*, *futebol*, *tequila*) às classificações: *Eu gosto* (teclado da mão esquerda) e *Eu não gosto* (teclado da mão direita). De acordo com Olson e Fazio (2004), essas palavras não possuem uma avaliação normativa, ou seja,

apresentam uma grande variabilidade na avaliação individual de cada pessoa. O terceiro bloco (B3, 24 respostas) e o quarto bloco (B4, 48 respostas) continham uma combinação dos dois primeiros blocos. Especificamente, os participantes pressionavam a tecla da mão esquerda quando surgia a imagem de uma pessoa branca ou uma palavra que eles *gostassem*, e a tecla da mão direita quando aparecia a imagem de uma pessoa negra ou uma palavra que eles não *gostavam*. No quinto bloco (B5, 48 respostas), a categorização de palavras e imagens presente no primeiro bloco foi repetida, mas com posições de categorização invertidas. Ou seja, os participantes atribuíram a quatro imagens de faces de pessoas negras (dois homens, duas mulheres) a classificação *Negro* (tecla da mão esquerda) e quatro imagens de faces de pessoas brancas (dois homens, duas mulheres) a classificação *Branco* (tecla da mão direita). O sexto bloco (B6, 24 respostas) e o sétimo bloco (B7, 48 respostas) continham versões invertidas do terceiro e do quarto bloco (ou seja, tecla da mão esquerda para imagens de pessoas negras (*Negro*) e as palavras *Eu gosto* e a tecla da mão direita para imagens de pessoas brancas (*Branco*) e as palavras *Eu não gosto*. Antes de cada bloco, os participantes recebiam uma breve instrução e eram solicitados a responderem da maneira mais rápida possível. Não havia correção de respostas, ou seja, independente do participante errar ou acertar, o teste seguiu o seu fluxo (Olson & Fazio, 2004; Todd et al., 2011). No sentido de reduzir a possibilidade de confusão na classificação das palavras e imagens, as palavras utilizadas no teste, que não apresentam uma característica normativa ao serem classificadas, foram apresentadas em uma fonte com a cor verde (*Eu gosto*, *Eu não gosto*) (Nosek, Greenwald, & Banaji, 2007).

Em relação ao efeito de ordem dos blocos do TAI, faz-se necessário um controle específico. Nesse sentido, é importante ressaltar que o efeito do Teste de Associação Implícita tende a apresentar maior força nas associações nos primeiros dois blocos em que há combinação de tarefas (B3 e B4) (Greenwald & Nosek, 2001). Uma forma de reduzir a influência do efeito de ordem é aumentar o número de respostas de B5 de 20 para 40 (Greenwald et al, 2003; Nosek et al., 2007). Contrabalançar a ordem dos blocos é um procedimento comum quando o TAI é utilizado. Entretanto, essa providência também pode trazer prejuízos à análise estatística (Gawronski, Deutsch, & Banse, 2011; Todd et al., 2011)

Umas das principais diferenças entre o TAI personalizado (Olson & Fazio, 2004) e o TAI tradicional (Greenwald et al., 1998) é que no TAI personalizado não existem respostas ou latências corretas ou erradas. No TAI personalizado, as respostas *Eu gosto* e *Eu não gosto* devem ser utilizadas para classificar palavras sobre as quais é realizada uma escolha subjetiva

e que apresentam um desvio padrão elevado (por exemplo, *café, futebol, tequila*). No TAI tradicional, por sua vez, a classificação deve respeitar as categorias *palavras agradáveis* e *palavras desagradáveis* (*pleasant* e *unpleasant words*) e existe uma resposta normativa, ou seja, o participante é avisado se sua resposta está equivocada e é obrigado a corrigir. No TAI personalizado, não há correção da resposta (Olson & Fazio, 2004).

Análise dos dados

TAI e o algoritmo *D*

Os escores do Teste de Associação Implícita foram computados usando o algoritmo *D* desenvolvido por Greenwald et al. (2003). Considerando a ordem dos blocos que foi utilizada no TAI no presente estudo, escores do algoritmo *D* mais elevados refletem uma preferência de pessoas brancas em relação a pessoas negras (viés favorável a pessoas brancas). A amostra mínima indicada pelos autores para a utilização do algoritmo *D* é de 39 participantes (Greenwald et al., 2003; Todd et al., 2011).

O algoritmo *D* é calculado da seguinte forma: a latência média dos blocos (média do Bloco 6 - média do Bloco 3; média Bloco 7 - média Bloco 4) é dividida pelos desvios padrões de todas as latências que compõem as duas médias. Ou seja, o resultado da diferença entre as médias dos blocos 6 e 3 deve ser dividida pelo desvio padrão agrupado dos blocos 6 e 3. Do mesmo modo, resultado da diferença entre as médias dos blocos 7 e 4 deve ser dividida pelo desvio padrão agrupado dos blocos 7 e 4. No algoritmo *D*, 0 significa a ausência de interpretação. Ou seja, não há diferença na força das associações nos pares medidos. O algoritmo *D* pode variar de -2 a 2 (Greenwald et al., 2003; Greenwald, Nosek, & Sriram, 2006).

Ensaio

Os ensaios elaborados pelos participantes dos dois grupos (controle e experimental) foram analisados pela técnica de mineração de texto (*text mining*) e técnicas de processamento de linguagem natural (*natural language processing*), por meio do programa de computador R. As técnicas utilizadas envolveram a inspeção gráfica do texto, geração de representações visuais da proporção entre palavras (*word cloud*), redes de associações de palavras (correlação não paramétrica), análise semântica latente e classificadores não supervisionados. O principal objetivo dessas formas de análise dos dados consiste em descobrir e descrever similaridades e diferenças de linguagem entre os participantes e grupos

que compuseram a pesquisa. Antes de serem analisados, os ensaios foram processados. Os erros de digitação simples foram corrigidos manualmente. Acentos, pontuações e palavras com menos de três letras foram desconsideradas. Nesse artigo, utilizamos um vocabulário aberto para analisar os dados e não criamos categorias ou escolhemos palavras *a priori* que guiassem a análise. Nesse sentido, foi a própria exploração dos dados que posteriormente ocasionou a criação de categorias e *clusters*. Entretanto, quando se analisa a linguagem, faz-se necessário limitar a sua interpretação ao contexto no qual essa encontra-se inserida e, conseqüentemente, não generalizar para outras circunstâncias ou condições. É importante ressaltar que, quanto menor a quantidade de dados (palavras), menor será a possibilidade de que sejam encontradas diferenças significativas entre os participantes ou grupos que as utilizaram. A elaboração de nuvens de palavras tem como objetivo demonstrar os principais resultados de maneira intuitiva e rápida. Nas nuvens de palavras, quanto maior o tamanho da palavra, maior é a sua frequência. Na rede de palavras, linhas azuis traduzem a maior presença de associação entre as palavras, enquanto que linhas vermelhas representam menor associação de palavras (Schwartz et al., 2013).

As respostas dos participantes foram transcritas e alocadas em unidades de análises (documentos) independentes. Análises descritivas de frequência indicaram que alguns termos (palavras) poderiam ser excluídos por sua alta ocorrência, sem a perda de significado. Os termos restantes foram analisados em termos de ocorrência e foram produzidas nuvens de palavras (*word clouds*) para cada um dos grupos (experimental e controle). Posteriormente, foram produzidas matrizes de termos e documentos, nas quais as linhas representavam os participantes e as colunas referiam-se às palavras que ocorreram nas respostas. Desta forma foi possível calcular a correlação (não paramétrica, Rho de Spearman) entre os termos com a finalidade de identificar núcleos de sentido. As co-ocorrências foram representadas em grafos de rede, na qual o vértice representa os termos e as arestas a direção e força da associação. Em seguida, foi invertida a matriz de termos e documentos, com a finalidade de classificar os respondentes. Por meio de uma análise semântica latente, as associações entre termos e entre documentos foram representadas em um espaço vetorial. A partir dessa informação, foi calculada uma matriz de distâncias euclidianas entre os participantes, e esta matriz foi submetida a uma análise de agrupamentos (*clusters*) não supervisionada. A partir deste método foram identificados agrupamentos semânticos de acordo com o padrão de respostas (Bletzer, 2015; Cidell, 2010; Steyvers & Griffiths, 2007; Wolfe & Goldman, 2003).

Resultados e Discussão

Ao realizar o experimento, verificamos que a hipótese de que os participantes na condição experimental (tomada de perspectiva) apresentariam um viés de preferência por brancos significativamente menor do que aquele apresentado pelos participantes na condição controle não se confirmou. Uma vez que escores do algoritmo *D* mais elevados refletem um viés ou preferência por pessoas brancas em relação a pessoas negras (considerando a ordem dos blocos do TAI que utilizamos no experimento) observamos que em termos descritivos a média dos participantes na condição experimental ($M = 0,11$, $DP = 0,41$) foi maior do que a média apresentada pelos participantes na condição controle ($M = -0,09$, $DP = 0,44$). Entretanto, a diferença entre os grupos não é significativa: $t(38) = -1,57$, $p = 0,12$, $d = -0,21$. O escore médio do algoritmo *D* para todos os participantes, em ambas as condições (experimental e controle), demonstram um efeito do TAI bastante próximo de zero ($M = 0,01$, $DP = 0,44$) ou seja, refletem uma ausência de viés de preferência por brancos ou negros.

A análise qualitativa dos ensaios utilizando o programa R originou cinco figuras principais. A Figura 1 mostra a nuvem de palavras considerando todos os participantes. A Figura 2 retrata a nuvem de palavras do grupo experimental, enquanto que a Figura 3 refere-se ao grupo controle. A Figura 4 reflete a rede de palavras do grupo experimental. A Figura 5 mostra a rede de palavras do grupo controle enquanto que a Figura 6 retrata a rede de palavras de todos os participantes. Para facilitar a visualização e compreensão, as figuras estão colocadas na Discussão.

Experimento e TAI

Considerando os resultados do experimento referentes ao TAI, é importante destacar que não foi encontrado um resultado similar ao descritos no experimento original de Todd et al. (2011), no qual grupo experimental (tomada de perspectiva-outro) ($M = 0,01$, $SD = 0,52$) apresentou um viés de preferência por brancos em relação a negros menor do que o apresentado pelo grupo controle ($M = 0,49$, $SD = 0,70$), $t(36) = 2,39$, $p = ,02$, $d = 0,78$). Ou seja, no experimento apresentado nesse artigo, a hipótese inicial de que o grupo experimental (tomada de perspectiva-outro) apresentaria um viés de preferência por brancos menor do que aquele apresentado pelo grupo controle não se confirmou. Além disso, ao analisar os resultados do experimento, destaca-se a proximidade de zero que foi apresentada pelo escore final do TAI ($M = 0,01$, $DP = 0,44$), ou seja, a ausência de um efeito (ausência de viés de preferência por uma das categorias).

Algumas observações podem ser feitas sobre a ausência de um efeito do TAI (ausência de viés de preferência por uma das categorias). Esse resultado pode refletir níveis baixos de racismo implícito, ou até mesmo a sua inexistência, e pode ser explicado, pelo menos parcialmente, pelas características dos participantes da pesquisa. Por se tratar de uma amostra jovem ($M = 20,9$ anos) e universitária, é razoável supor que essas condições sociodemográficas possam ter apresentado uma influência significativa. Nesse sentido, esse resultado sugere que os jovens universitários brancos compõem um grupo etário e social que apresenta níveis baixos de preconceito e racismo, o que pode ser parcialmente explicado pela preocupação e discussão crescente em relação a esse tema no contexto brasileiro (Sacco et al., 2016) e o investimento do governo brasileiro em políticas de promoção da igualdade, acesso à educação superior e fortalecimento da identidade de grupos sociais que inclui afrodescendentes, indígenas e pessoas com necessidades especiais (Costa et al., 2017). Nesse sentido, é importante ressaltar que diversos fatores psicológicos, sociais e políticos têm influência sobre os fenômenos relacionados ao preconceito e ao racismo (Brown 1950/2010; Camino et al., 2001; Devine et al., 2003). E, ainda, destacar que é positivo concluir que universitários manifestem pouco ou nenhum preconceito racial, circunstância que sugere que refletem sobre esse tema.

Sobre a ausência de diferença significativa entre os participantes na condição experimental (tomada de perspectiva) e controle, é importante fazer uma ponderação. Destaca-se a proximidade de zero quando são considerados todos os participantes ($M = 0,01$), e os resultados do grupo experimental ($M = 0,11$) e do grupo controle ($M = -0,09$). Esses resultados caracterizam a homogeneidade nos resultados dos grupos. A ausência de efeito do TAI (ausência de preferência por brancos ou negros) pode ter sido influenciada por dois fatores, ainda que de maneira desigual e que o presente experimento não encontrou os meios de delimitar. Um deles seria a própria ausência ou níveis baixos de racismo implícito por parte dos participantes, circunstância que não permitiria a diferença entre os grupos, uma vez que os participantes, em termos médios, estariam *a priori* próximos da ausência de viés ou preferência. O outro fator seria a própria configuração do experimento. É possível que a distinção das duas instruções quanto à elaboração do ensaio sobre um dia na vida do jovem retratado na fotografia não tenha apresentado a força necessária para promover uma efetiva diferença de condições entre os participantes. Ou seja, todos teriam partido de um ponto bastante similar. Entretanto, como será abordado a seguir, a análise dos ensaios realizados pelos participantes evidencia que o grupo experimental apresentou textos mais detalhados e

aprofundados que o grupo controle, circunstância que demonstra uma efetiva diferença de condição entre os grupos.

O resultado do TAI próximo do zero permite outra forma de interpretação. A hipótese inicial do estudo, que sustentava que o grupo experimental (tomada de perspectiva-outro) apresentaria uma preferência menor por pessoas brancas em comparação ao grupo controle (Todd et al., 2011), não se confirmou. Como foi dito anteriormente, é possível que a distinção nas instruções dadas aos dois grupos não tenha sido suficiente para constituir uma diferença que causasse um efeito no TAI. No entanto, essa ponderação não exclui o fato de que, pertencendo a um grupo ou outro, todos os participantes realizaram um exercício de empatia e tomada de perspectiva (Batson et al., 2003; Batson et al., 1997; Brown, 1950/2010; Galinsky & Moskowitz, 2000; Hodges, 2008; Pettigrew & Tropp, 2006; Todd et al., 2011). Nesse sentido, é possível que, desconsiderando a separação entre os grupos experimental e controle, o exercício de empatia e tomada de perspectiva, seja intenso ou objetivo, tenha causado um efeito benéfico sobre o racismo implícito, no sentido de diminuir o mesmo (Pettigrew & Tropp, 2006; Voci & Pagotto, 2014; Todd et al., 2011).

Considerando a revisão sistemática de Sacco et al. (2016), existe apenas um estudo sobre preconceito racial e que utilizou medidas implícitas no contexto da Psicologia brasileira. A pesquisa de Lima et al. (2006), realizada com universitários, teve como objetivo principal investigar o preconceito racial em três contextos distintos: meritocrático, igualitário e neutro. Entre outras conclusões, este estudo afirma que os participantes, independentemente do contexto, apresentaram preconceito racial implícito. Como foi exposto anteriormente, a análise dos resultados do experimento presente no estudo apresentado nesse artigo aponta um resultado diferente, a saber, a ausência de preconceito racial implícito. Entretanto, é importante ressaltar que as únicas semelhanças entre os estudos são o uso de medidas implícitas e o fato de que os participantes são universitários. De resto, as condições experimentais são totalmente distintas.

Ensaaios

Observando os ensaios provenientes do experimento pode-se perceber a ausência ou escassez de estereótipos (Brown, 1950/2010; Voci & Pagotto, 2014) significativamente negativos. A escrita do ensaio, que passa pela consciência e controle, produziu textos que permitem inferir que os participantes não apresentam racismo implícito ou, ao menos, não quiseram ser reconhecidos desta forma, uma vez que não revelaram conteúdos racistas

sentido, é possível afirmar que no grupo controle os relatos são mais homogêneos. Esse resultado está de acordo com o exercício de tomada de perspectiva proposto pelo experimento, uma vez que o grupo que foi instruído a empatizar de forma mais intensa (experimental) produziu relatos mais específicos, subjetivos e detalhados, enquanto que o grupo que recebeu a instrução mais objetiva (controle) apresentou ensaios mais simples, objetivos, gerais e, portanto, similares.

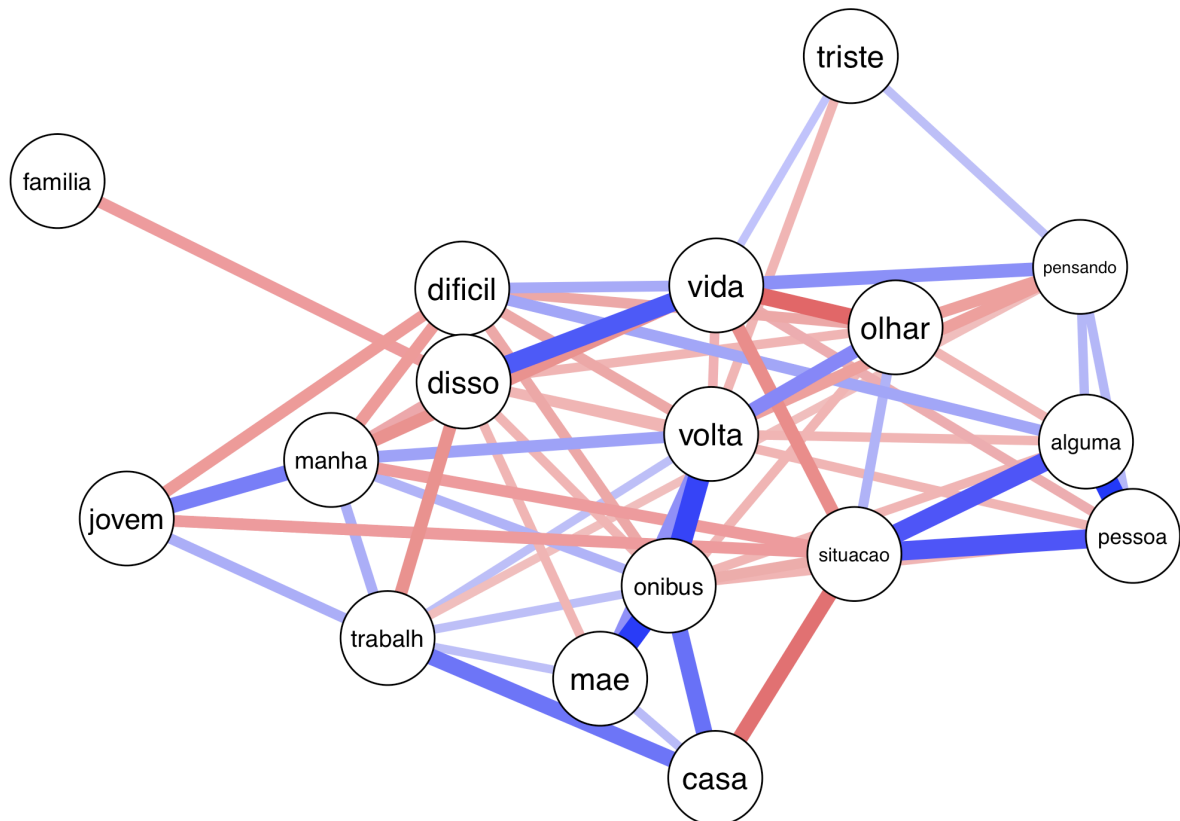


Figura 4. Rede de palavras do grupo experimental

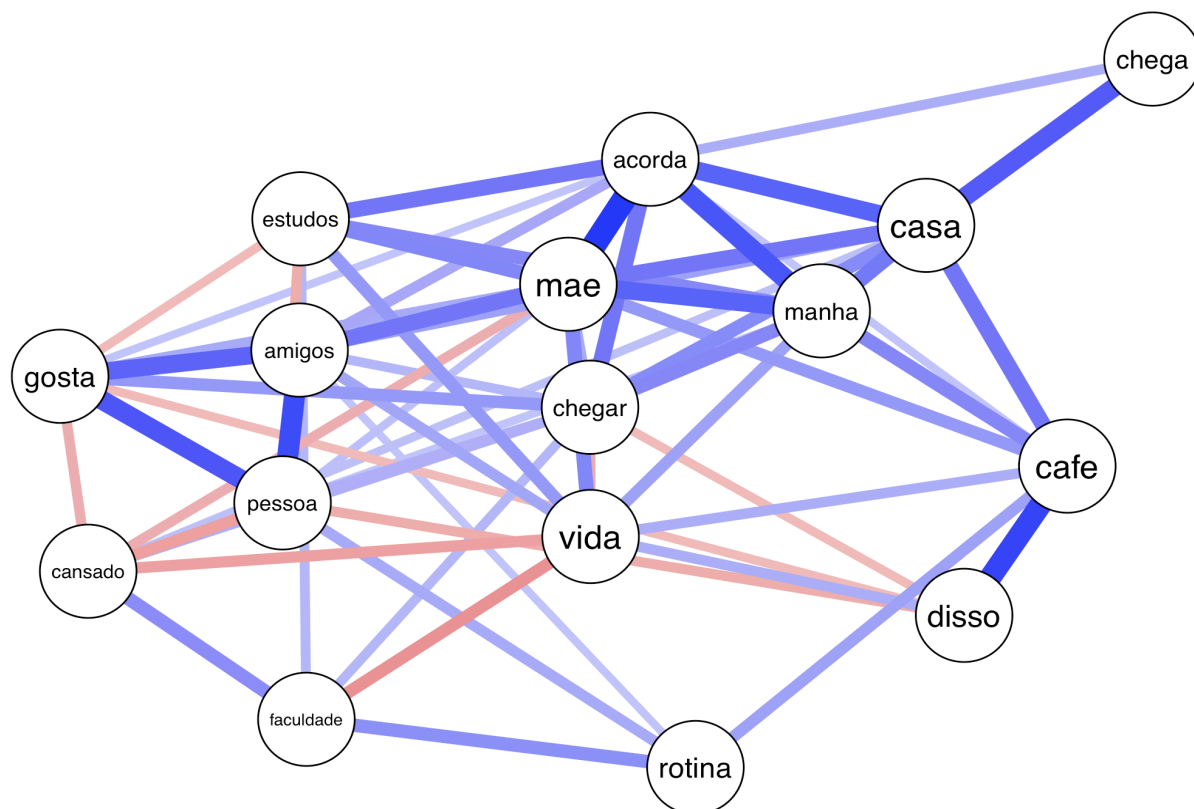


Figura 5. Rede de palavras do grupo controle

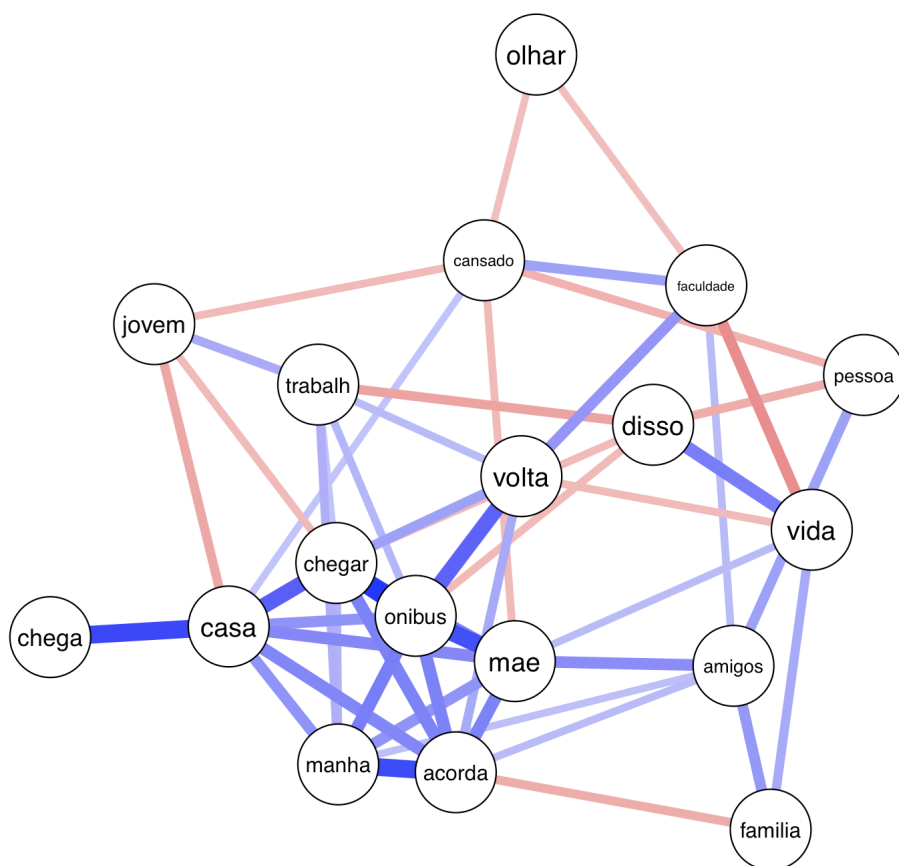


Figura 6. Rede de palavras de todos os participantes

Além da diferença em relação à complexidade dos ensaios, existe outra diferença fundamental entre as nuvens e as redes de palavras dos dois grupos que compuseram o experimento. A maior riqueza apresentada pelo exercício de tomada de perspectiva do grupo experimental é caracterizada, em comparação ao grupo controle, por uma presença mais significativa de elementos negativos ou dificuldades. O grupo controle, por sua vez apresentou ensaios que retratam uma rotina mais concreta e com menos aspectos subjetivos. Para ilustrar essa diferença, é interessante analisar um relato que pode ser considerado típico de cada grupo, considerando essa especificidade. No ensaio a ser apresentado a seguir, de um participante do grupo experimental, é possível observar alguns dos elementos mais presentes nesse grupo: *“Essa pessoa, ao meu ver, apresenta um semblante pensativo e de preocupação, como se estivesse em dúvidas ou até sem saber como agir em determinada situação. O que me veio a mente é que possivelmente ele estivesse com algum problema familiar como alguma doença na família e estivesse se sentindo sem ação ou sem nenhum poder sobre essa situação.”* No próximo ensaio, pode-se reconhecer alguns dos conteúdos mais presentes no grupo controle: *“Caminhando rápido, atrasado para o trabalho e sem ver muito o que estava a sua volta. Nesse dia como em todos os outros seguia a mesma rotina de acordar antes do sol aparecer, tomar um café e pegar o transporte para ir ganhar seu dinheiro. Depois disso ele foi para a faculdade, de noite no seu único horário disponível, cansado ele chega em casa e dorme esperando mais um dia começar.”*

Em relação aos aspectos predominantes nos ensaios de cada grupo - experimental, mais específico e com reflexões subjetivas, e controle, mais concreto e baseado na rotina e cotidiano - há uma interessante intersecção a ser realizada levando-se em consideração os resultados do TAI. Como foi colocado anteriormente, esperava-se que o grupo experimental apresentasse níveis mais baixos de racismo implícito, hipótese que não se confirmou no estudo apresentado nesse artigo. A falta de diferença significativa pode ser explicada pelas características específicas dos participantes do experimento, jovens e universitários e uma possível inclinação igualitária e desfavorável ao preconceito racial racismo ou, ao menos, uma motivação, por parte dos participantes, de não serem reconhecidos como preconceituosos ou racistas, elemento característico do preconceito implícito (Brown, 1950/2010; Devine et al., 2003; Pearson et al., 2009; Voci & Pagotto, 2014). Entretanto, um fator inerente ao próprio experimento pode ter influenciado a relação entre o exercício de tomada de perspectiva e o resultado do TAI. Existe a possibilidade de que a instrução

fornecida ao grupo experimental tenha potencializado a ansiedade em relação ao contato, uma vez que a elaboração de um ensaio mais detalhado pressupõe a necessidade de que o participante se envolva cognitivamente e afetivamente com a tarefa de maneira mais introspectiva e reflexiva. Nesse sentido, um importante elemento a ser considerado é a relação entre contato e ansiedade (Hewstone et al., 2014; Stephan, 2014). Para Batson e Ahmad (2009), um importante fator a ser considerado sobre os limites da empatia enquanto emoção capaz de reduzir o preconceito reside nos efeitos desagradáveis que essa pode provocar no indivíduo que a vivencia. Sentir empatia por uma pessoa em dificuldade pode gerar ansiedade e mal estar e ocasionar comportamentos defensivos e de afastamento físico ou psicológico. Esse efeito negativo pode, ao contrário do esperado, tornar o preconceito e os estereótipos ainda mais atuantes. A empatia e a tomada de perspectiva pressupõem uma aproximação, não necessariamente física e sim psicológica, que inclui a disponibilidade em ouvir, observar e prestar atenção em outras pessoas e na condição em que se encontram (Batson & Ahmad, 2009). Para que o contato tenha como efeito a diminuição do preconceito de forma generalizada e não apenas singular, é necessário que o indivíduo com o qual se estabelece o contato apresente claramente as características ou traços de pertencimento que o remetam ao seu grupo social. Entretanto, se essas características forem excessivas, pode ocorrer um aumento da ansiedade e tensão, circunstância que pode aumentar o preconceito. Em situações relativamente tensas ou provocadoras de ansiedade, faz-se necessário apresentar as características do indivíduo que o remetem ao seu pertencimento ao grupo social específico, de maneira gradual (Brown & Hewstone, 2005). De acordo com Hewstone et al. (2014), existem evidências de que, quando o contato estabelecido suscita ansiedade, ocorre uma maior percepção da característica que remete o indivíduo ao seu grupo específico e que compõe a sua identidade percebida (Paolini, Harwood, & Rubin, 2010), o que pode ocasionar uma generalização negativa do contato para o grupo como um todo (Brown & Hewstone, 2005). A partir dessa ponderação teórica, é razoável supor que os eventuais efeitos benéficos do contato tenham sido atenuados pela ansiedade, sobretudo no grupo experimental, que realizou a tomada de perspectiva de forma mais intensa.

Como foi dito anteriormente, é importante ressaltar que nenhum dos ensaios presentes nessa pesquisa apresentou elementos que poderiam ser classificados como racistas. Essa observação reforça a relevância do conceito de racismo aversivo (Pearson et al., 2009) e racismo moderno (McConahay, 1986; McConahay et al., 1981) e a necessidade dos participantes em não serem pessoas racistas segundo seu próprio julgamento ou percepção

dos outros. Os participantes, em sua maioria, ao finalizarem o experimento relataram, espontaneamente, que eles haviam tentado não apresentar preconceito ao responderem o TAI e durante a elaboração do ensaio. Em relação a esse aspecto, é importante ressaltar que existe atualmente no contexto brasileiro uma discussão sobre temas relacionados ao preconceito, discriminação e intolerância. O caráter latente dessa temática tão presente no cenário social pode contribuir com a elevação da tensão e desconforto dos participantes. Esse fator torna-se ainda mais sensível considerando-se as características do preconceito racial implícito, no qual há, de maneira inerente, um conflito interno por parte do indivíduo no sentido de que suas respostas e reações sejam coerentes com a desejabilidade social e com o que o próprio indivíduo acredita ser o mais correto e adequado. Entretanto, medidas implícitas, como o TAI, buscam investigar estas percepções e estados latentes/subjacentes. Dessa forma, ao mesmo tempo em que há uma confrontação entre processos não conscientes e regras sociais, existe uma descoberta do próprio participante em relação a si mesmo, circunstâncias que caracterizam um evento psicológico que pode ser realmente significativo.

A diversidade, ou seja, a convivência entre pessoas de diferentes etnias, gêneros e culturas, entre outras diferenças individuais ou coletivas, pode proporcionar benefícios para países, comunidades e organizações (Galinsky et al., 2015; Herring, 2009). Grupos que apresentam diversidade em sua composição tendem a apresentar uma variedade maior de perspectivas sobre eventos sociais e culturais. Além disso, integrantes de grupos que contemplam a diversidade processam informações de forma mais aprofundada e detalhada (Apfelbaum et al., 2014; Galinsky et al., 2015). E, mesmo em um mundo repleto de diferenças e com grande diversidade, discursos de ódio, injustiça e discriminação baseadas no racismo e outras formas de preconceito fazem parte do cotidiano. Ao mesmo tempo em que a sociedade evolui no sentido da liberdade de expressão e da convivência com as diferenças, observa-se a presença do preconceito nas relações sociais. Porém, é possível que, na maioria dos contextos, os indivíduos pensem e digam que não possuem nenhum tipo de preconceito, uma vez que conhecem normas morais, sociais e legais. Por esta razão, estratégias para acessar preconceito implícito são inovadoras e fundamentais. Da mesma forma, experimentos são capazes de minimizar a desejabilidade social e permitem pensar em relações de causa e efeito. Pretende-se, por fim, transpor estes resultados para intervenções clínicas que possam favorecer a empatia e a tomada de perspectiva e possibilitar aos indivíduos refletirem sobre o preconceito e racismo. Pesquisas sobre preconceito e convivência com as diferenças revelam-se fundamentais e relevantes para uma sociedade desenvolvida e saudável.

Referências

- Allport, G. W. (1954/1979). *The nature of prejudice*. Reading: Addison-Wesley.
- Apfelbaum, E. P., Phillips, K. W., & Richeson, J. A. (2014). Rethinking the baseline in diversity research: Should we be explaining the effects of homogeneity? *Perspectives on Psychological Science*, 9(3), 235-244. <https://doi.org/10.1177/1745691614527466>
- Arkes, H. R., & Tetlock, P. E. (2004). Attributions of implicit prejudice, or “would Jesse Jackson “fail” the Implicit Association Test?”. *Psychological Inquiry*, 15(4), 257-278.
- Batson, C. D. (2009a). These things called empathy: eight related but distinct phenomena. In J. Decety & W. Ickes (Eds). *The Social Neuroscience of Empathy* (pp. 3-15). Cambridge: MIT Press. DOI:10.7551/mitpress/9780262012973.003.0002
- Batson, C. D. (2009b). Two forms of perspective: imagining how another feels and imagining how you would feel. In K. D. Markman, W. M. Klein, & J. A. Suhr (Eds), *Handbook of imagination and mental simulation* (pp. 267-279). New York, NY: Psychology Press.
- Batson, C. D., & Ahmad, N. Y. (2009). Using empathy to improve intergroup attitudes and relations. *Social Issues and Policy Review*, 3(1), 141-177.
- Batson, C. D., Lishner, D. A., Carpenter, A., Dulin, L., Harjusola-Webb, S., Stocks, E. L., et al. (2003). “... As you would have them do unto you”: does imagining yourself in the other’s place stimulate moral action? *Personality and Social Psychology Bulletin*, 29(9), 1190-1201.
- Batson, C. D., Polycarpou, M. P., Harmon-Jones, E., Imhoff, H. J., Mitchener, E. C., Bednar, L. L., Tricia, K., & Highberger, L. (1997). Empathy and attitudes: Can feeling for a member of a stigmatized group improve feelings toward the group?. *Journal of Personality and Social Psychology*, 72(1), 105-118.
- Bletzer, K. V. (2015). Visualizing the qualitative: Making sense of written comments from an evaluative satisfaction survey. *Journal of Educational Evaluation for Health Professions*, 12 (12).
- Brasil, 2015. Secretaria Geral da Presidência da República, Secretaria Nacional de Juventude, Ministério da Justiça e Fórum Brasileiro de Segurança Pública. *Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência e Desigualdade Racial 2014*. Brasília. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0023/002329/232972POR.pdf>
- Brown, R. (1950/2010). *Prejudice: its social psychology*. Chichester: Wiley-Blackwell

- Brown, R., & Hewstone, M. (2005). An integrative theory of intergroup contact. *Advances in Experimental Social Psychology*, 37, 255–343.
- Camino, L., Silva, P. D., Machado, A., & Pereira, C. (2001). A face oculta do racismo no Brasil: uma análise psicossociológica. *Revista de psicologia política*, 1(1), 13-36.
- Cidell, J. (2010). Content clouds as exploratory qualitative data analysis. *Area*, 42(4), 514-523.
- Costa, A., Pasley, A., Machado, W. D. L., Alvarado, E., Dutra-Thomé, L., & Koller, S. H. (2017). The experience of sexual stigma and the increased risk of attempted suicide in young Brazilian people from low socioeconomic group. *Frontiers in Psychology*, 8, 192.
- Crisp, R. J., & Turner, R. N. (2009). Can imagined interactions produce positive perceptions?: Reducing prejudice through simulated social contact. *American Psychologist*, 64(4), 231.
- Desouza, D., Rodríguez, S., & Antoni, C. (2014). Relacionamentos de amizade, grupos de pares e tribos urbanas na adolescência. In L. F. Habigzang, E. Diniz, & S. Koller (Orgs.), *Trabalhando com Adolescentes: teoria e intervenção psicológica* (pp. 118-131). Porto Alegre: Artmed.
- Devine, P. G., Plant, E. A., & Blair, I. V. (2003). Classic and Contemporary Analyses of Racial Prejudice. In R. Brown & S. Gaertner (Eds). *Blackwell handbook of social psychology: Intergroup processes* (198-217). Oxford: Blackwell.
- Dovidio, J. F., & Gaertner, S. L. (2004). Aversive racism. In M.P. Zanna (Ed.) *Advances in experimental social psychology* (Vol. 36, pp. 1-52). San Diego: Academic Press.
- Dovidio, J. F., Glick, P., & Rudman, L. A. (2005). Introduction: Reflecting on the nature of prejudice: Fifty years after Allport. *On the nature of prejudice: Fifty years after Allport*, 1-15.
- Dovidio, J. F., Johnson, J. D., Gaertner, S. L., Pearson, A. R., Saguy, T., & Ashburn-Nardo, L. (2010). Empathy and intergroup relations. In M. Mikulincer, & P.H. Shaver (Eds), *Prosocial motives, emotions, and behavior: the better angels of our nature* (pp. 393-408). Washington: American Psychological Association.
- Epley, N., & Caruso, E. M. (2008). Perspective Taking: Misstepping Into Others' Shoes. In K. D. Markman, W. M. P. Klein, & J. Suhr (Eds), *Handbook of imagination and mental simulation* (pp. 295-311). Nova Iorque: Psychology Press.

- Galinsky, A. D., & Moskowitz, G. B. (2000). Perspective-taking: decreasing stereotype expression, stereotype accessibility, and in-group favoritism. *Journal of Personality and Social Psychology*, 78(4), 708-724.
- Galinsky, A. D., Todd, A. R., Homan, A. C., Phillips, K. W., Apfelbaum, E. P., Sasaki et al. (2015). Maximizing the gains and minimizing the pains of diversity: a policy perspective. *Perspectives on Psychological Science*, 10(6), 742-748. <https://doi.org/10.1177/1745691615598513>
- Gawronski, B., Deutsch, R., & Banse, R. (2011). Response interference tasks as indirect measures of automatic associations. *Cognitive methods in social psychology*, 78-123.
- Greenwald, A. G., & Banaji, M. R. (1995). Implicit social cognition: attitudes, self-esteem, and stereotypes. *Psychological review*, 102(1), 4.
- Greenwald, A.G., McGhee, D.E., Schwartz, J.L.K. (1998). Measuring individual differences in implicit cognition: the implicit association test. *Journal of Personality and Social Psychology* 74(6), 1464-1480.
- Greenwald, A. G., & Nosek, B. A. (2001). Health of the Implicit Association Test at age 3. *Zeitschrift für experimentelle psychologie*, 48(2), 85-93.
- Greenwald, A. G., Nosek, B. A., & Banaji, M. R. (2003). Understanding and using the implicit association test: an improved scoring algorithm. *Journal of Personality and Social Psychology*, 85(2), 197.
- Greenwald, A.G., Nosek, B.A. & Sriram, N. (2006). Consequential validity of the Implicit Association Test: comment on Blanton and Jaccard (2006). *American Psychologist*, 61(1), 56-61.
- Herring, C. (2009). Does diversity pay?: Race, gender, and the business case for diversity. *American Sociological Review*, 74(2), 208-224.
- Hewstone, M., Lolliot, S., Swart, H., Myers, E., Voci, A., Al Ramiah, A., & Cairns, E. (2014). Intergroup contact and intergroup conflict. *Peace and Conflict: Journal of Peace Psychology*, 20(1), 39-53.
- Henry, P. J. (2010). Modern racism. In J. Levine & M. Hogg (Eds.), *The encyclopedia of group processes and intergroup relations*. Thousand Oaks, CA: Sage Publications. Disponível em: <https://nyuad.nyu.edu/content/dam/nyuad/departments/faculty/pj-henry/documents/publications/2010Henry-encyclopedia-modern-racism.pdf>
- Hodges, S. D. (2008). Perspective-taking. In W. A. Darity (Ed.), *International encyclopedia of the social sciences* (pp. 226-227). Farmington Hills: Macmillan Reference.

- Hoffman, M. L. (2001). *Empathy and moral development: Implications for caring and justice*. Cambridge University Press.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (2015). *Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2013*. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. Recuperado em <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv95011.pdf>
- Kinder, D. R., & Sears, D. O. (1981). Prejudice and politics: symbolic racism versus racial threats to the good life. *Journal of Personality and Social Psychology*, 40(3), 414.
- Lee, C. S., Theriault, D. J., & Linderholm, T. (2012). On the cognitive benefits of cultural experience: exploring the relationship between studying abroad and creative thinking. *Applied Cognitive Psychology*, 26(5), 768-778. <https://doi.org/10.1002/acp.2857>
- Lima, M. E. O., Machado, C., Ávila, J., Lima, C., & Vala, J. (2006). Normas sociais e preconceito: o impacto da igualdade e da competição no preconceito automático contra os negros. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 19(2), 309-319.
- Lima, M. E. O., & Vala, J. (2004). As novas formas de expressão do preconceito e do racismo. *Estudos de psicologia* 9(3), 401-411.
- McConahay, J.B. (1986). Modern racism, ambivalence, and the modern racism scale. In Dovidio, J.F. & Gaertner (Eds.), *Prejudice, discrimination and racism* (pp. 91-125). San Diego: Academic.
- McConahay, J. B., Hardee, B. B., & Batts, V. (1981). Has racism declined in America? It depends on who is asking and what is asked. *Journal of Conflict Resolution*, 25(4), 563-579.
- Nosek, B. A., Greenwald, A. G., & Banaji, M. R. (2007). The Implicit Association Test at age 7: A methodological and conceptual review (pp. 265–292). In J. A. Bargh (Ed.), *Automatic processes in social thinking and behavior* (pp. 265–292). New York Psychology Press.
- Nosek, B. A., Greenwald, A. G., & Banaji, M. R. (2005). Understanding and using the Implicit Association Test: II. *Method variables and construct validity*. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 31(2), 166-180.
- Olson, M. A., & Fazio, R. H. (2004). Reducing the influence of extrapersonal associations on the Implicit Association Test: personalizing the IAT. *Journal of personality and social psychology*, 86(5), 653. doi <https://doi.org/10.1037/0022-3514.86.5.653>

- Pagotto, L. (2010). *The interplay of empathy, oneness and perceived similarity in mediating the effects of perspective taking on prosocial responses*. (Tese de doutoramento não publicada). Università degli studi di Padova, Itália.
- Paolini, S., Harwood, J., & Rubin, M. (2010). Negative intergroup contact makes group memberships salient: Explaining why intergroup conflict endures. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 36(12), 1723-1738.
- Pearson, A. R., Dovidio, J. F., & Gaertner, S. L. (2009). The nature of contemporary prejudice: Insights from aversive racism. *Social and Personality Psychology Compass*, 3(3), 314-338.
- Pettigrew, T. F., & Tropp, L. R. (2006). A meta-analytic test of intergroup contact theory. *Journal of personality and social psychology*, 90(5), 751-783.
- Pettigrew, T. F., & Tropp, L. R. (2008). How does intergroup contact reduce prejudice? Meta-analytic tests of three mediators. *European Journal of Social Psychology*, 38(6), 922-934.
- Plant, E. A., & Devine, P. G. (1998). Internal and external motivation to respond without prejudice. *Journal of Personality and Social Psychology*, 75(3), 811.
- Sacco, A., Couto, M. C., & Koller, S. (2016). Revisão sistemática de estudos da psicologia brasileira sobre preconceito racial. *Temas em psicologia*, 24(1), 233-250. <https://doi.org/10.9788/tp2016.1-16>
- Schwartz, H. A., Eichstaedt, J. C., Kern, M. L., Dziurzynski, L., Ramones, S. M., Agrawal, M., et al. (2013). Personality, gender, and age in the language of social media: The open-vocabulary approach. *PloS one*, 8(9), e73791.
- Sears, D. O., & Henry, P. J. (2005). Over thirty years later: A contemporary look at symbolic racism. *Advances in Experimental Social Psychology*, 37, 95-150.
- _____ (2003). The origins of symbolic racism. *Journal of Personality and Social Psychology*, 85(2), 259.
- Stephan, W. G. (2014). Intergroup anxiety: Theory, research, and practice. *Personality and Social Psychology Review*, 18(3), 239-255.
- Steyvers M, Griffiths T (2007). Probabilistic topic models. *Handbook of latent semantic analysis*, 427(7), 424-440.

- Todd, A. R., Bodenhausen, G. V., Richeson, J. A., & Galinsky, A. D. (2011). Perspective taking combats automatic expressions of racial bias. *Journal of Personality and Social Psychology*, 100(6), 1027. doi <https://doi.org/10.1037/a0022308>
- Verzoni, A., & Lisboa, C. (2017). Discussion on prejudice and empathy in children and adolescents in situations of social vulnerability: proposition of interventions. In D. Dell'Aglia & S. Koller (Orgs.). *Vulnerable Children and Youth in Brazil: innovative approaches from the Psychology of Social Development* (pp. 20-43). Cham: Springer.
- Visintin, E. P., Voci, A., Pagotto, L., & Hewstone, M. (2017). Direct, extended, and mass-mediated contact with immigrants in Italy: their associations with emotions, prejudice, and humanity perceptions. *Journal of Applied Social Psychology*, 47(4), 175-194.
- Voci, A., & Pagotto, L. (2014). *Il pregiudizio: che cosa è, come si riduce*. Bari: Laterza.
- Wolfe, M. B., & Goldman, S. R. (2003). Use of latent semantic analysis for predicting psychological phenomena: two issues and proposed solutions. *Behavior Research Methods, Instruments, & Computers*, 35(1), 22-31.
- Wright, S. C., Aron, A., McLaughlin-Volpe, T., & Ropp, S. A. (1997). The extended contact effect: Knowledge of cross-group friendships and prejudice. *Journal of Personality and Social psychology*, 73(1), 73

2.2 Artigo Empírico 2

Preconceito racial e medidas implícitas: um estudo experimental

André Verzoni

Carolina Saraiva de Macedo Lisboa

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Resumo

O preconceito é um fenômeno caracterizado pela categorização e atribuição de aspectos negativos em relação a um indivíduo em razão do seu pertencimento a um grupo social. O presente artigo visa propor uma variação de um experimento realizado no contexto norte-americano e teve como objetivo estabelecer relações entre preconceito racial, empatia, tomada de perspectiva e contato. A amostra foi composta por 40 estudantes universitários entre 19 e 24 anos. No experimento, os participantes preencheram o Inventário de Empatia e depois foram orientados a escrever um ensaio narrativo sobre um dia na vida de um homem negro e jovem retratado em uma fotografia. Metade dos participantes recebeu instruções baseadas na tomada de perspectiva-outro e a outra metade foi instruída a se manter objetiva e neutra. Posteriormente, todos os participantes responderam o Teste de Associação Implícita (TAI) sobre racismo em sua versão para o computador e preencheram o Formulário sobre Contato Interpessoal. Os resultados apontaram neutralidade, ou ausência de viés ou preferência em relação ao preconceito racial nas condições experimental e controle e relações entre empatia e níveis menores de preconceito. As relações entre contato e preconceito, mediadas pela empatia, são discutidas e apontam a influência conjunta e dinâmica de fatores cognitivos, afetivos e comportamentais.

Palavras chave: Preconceito racial, Racismo, Hipótese do contato, Tomada de Perspectiva, Empatia, Medidas implícitas.

Abstract

Prejudice is a phenomenon characterized by the categorization and attribution of negative aspects in relation to an individual because of his or her belonging to a social group. The present article aims to propose a variation of an experiment carried out in the North American context and aims to establish relations between racial prejudice, empathy, perspective taking

and contact. The sample consisted of 40 undergraduate students aged between 19 and 24 years. In the experiment, participants filled the Empathy Inventory and were then instructed to write a narrative essay about a day in the life of a black and young man portrayed in a photograph. Half of the participants received instructions based on perspective-taking other and the other half was instructed to remain objective and neutral. Subsequently, all participants responded to the Implicit Association Test (IAT) about racism in its computer version and completed the Interpersonal Contact Form. The results indicated neutrality, or absence of bias of preference in relation to racial prejudice in the experimental and control conditions and relations between empathy and lower levels of prejudice. The relations between contact and prejudice, mediated by empathy, are discussed and point to the joint and dynamic influence of cognitive, affective and behavioral factors.

Keywords: Racial prejudice, Racism, Contact hypothesis, Perspective taking, Empathy, Implicit measures.

Introdução

O preconceito é um fenômeno psicológico que se modifica de acordo com as transformações sociais, culturais e políticas. Apesar de fazer parte de um contexto amplo e variável, o preconceito pode ser definido de forma consistente. Preconceito é um fenômeno psicológico, cognitivo e social que apresenta como característica principal uma atribuição negativa direcionada a um indivíduo. Essa atribuição fundamenta-se no pertencimento a um grupo social ou na categorização proveniente de uma característica específica que o indivíduo apresenta (Allport, 1954/1979; Brown, 1950/2010; Devine, Plant, & Blair, 2003).

O preconceito, muitas vezes, apresenta-se de forma subjetiva ou ambígua, ou seja, pode ser difícil de ser percebido ou ter as suas causas, efeitos ou motivações identificadas, seja por parte de quem o pratica, seja de quem o recebe. Apesar da dificuldade quanto a sua identificação, o preconceito não deve ser considerado um fenômeno que não pode ser modificado, essa característica faz-se presente apenas em alguns casos, sobretudo em indivíduos com patologias psíquicas específicas (Brown, 1950/2010). O preconceito, os estereótipos e as atitudes discriminatórias são fenômenos diferentes mas podem atuar em conjunto. O preconceito é caracterizado por uma avaliação negativa na qual predominam aspectos depreciativos. No caso do estereótipo, há uma atribuição focada em uma característica física, cultural, social ou em uma conduta específica cuja atribuição de valor parte do singular em direção a uma generalização. Atitudes discriminatórias, por sua vez, são

comportamentos concretos que resultam da ação dos preconceitos e dos estereótipos (Voci & Pagotto, 2014).

Em razão do caráter implícito que pode caracterizar o preconceito, esse pode ser definido como qualquer atitude, comportamento, emoção ou sentimento caracterizado por alguma negatividade ou antipatia que sejam dirigidos, de maneira direta ou indireta, a um grupo ou indivíduo. As formas de preconceito diretas são mais facilmente identificadas, enquanto que as formas implícitas e indiretas oferecem mais dificuldades e podem ser imprevisíveis em algumas circunstâncias (Brown, 1950/2010).

Pode-se afirmar que o preconceito é simultaneamente individual e coletivo. No lugar da singularidade do indivíduo que sofre o preconceito, sobrepõem-se as categorias ou características dos grupos aos quais ele pertence e que são definidos a partir de marcadores como nome, sobrenome, sotaque, cor da pele e outros. O preconceito e o seu caráter de fenômeno entre grupos se manifesta também em termos sociais e de massificação, uma vez que um grande número de pessoas pode compartilhar pensamentos, vieses, comportamentos e emoções similares que se referem a outros grupos. Ainda que o preconceito esteja também relacionado a tipos específicos de personalidade ou patologias por parte de quem o exerce, essa não é a sua causa ou origem principal. O preconceito enquanto fenômeno entre grupos também se manifesta como uma forma de disputa de espaço e de lugares mais importantes no contexto social, circunstância que cria conflitos, discriminação e rivalidades entre grupos específicos (Brown, 1950/2010). O preconceito, nas circunstâncias de competição e concorrência em relação aos lugares sociais, pode se apresentar de forma direta e clara, assim como pode ter uma conotação mais sutil e de difícil percepção. Nesse caso, as manifestações do preconceito podem apresentar características pretensamente igualitárias, positivas, condescendentes ou até mesmo hipócritas em relação a integrantes de alguns grupos sociais. Entretanto, essa modalidade de preconceito, ao contrário do que pode parecer, tem a função de manter os estereótipos e a discriminação (Voci & Pagotto, 2014).

Do ponto de vista cognitivo, o preconceito se baseia em processos normativos em certa medida comuns a todos os seres humanos e que incluem operações relativas à percepção, elaboração e decodificação de informações externas que atendem a necessidade de simplificar o ambiente social. No âmbito motivacional, a necessidade da afirmação, por parte do indivíduo, de uma identidade social positiva e definida e que o preserve da incerteza e do risco da não aceitação pode agir no sentido de criar ou fomentar o preconceito. Quando o outro é visto como uma ameaça ou radicalmente diferente, o efeito dessa circunstância

sobre a identidade do indivíduo pode ter como consequência o preconceito e a discriminação. Nesse sentido, as estratégias de redução do preconceito devem agir no sentido de diminuir a distância psicológica, reduzir as diferenças e, conseqüentemente, mitigar o caráter ameaçador do contato em relação à identidade (Voci & Pagotto, 2014). Diferenças individuais e normas sociais influenciam o contato entre grupos e suas consequências sobre as interações e relações interpessoais. Pessoas que apresentam preconceito mais intenso e significativo, assim como sociedades que enfrentam conflitos entre grupos diferentes, tendem a evitar o contato e seus efeitos benéficos (Brown & Hewstone, 2005).

Para Brown (1950/2010), ainda que se suponha que o preconceito venha, ao longo do tempo, reduzindo-se em termos gerais, faz-se necessário ponderar que a sua presença nas relações entre as pessoas e grupos ainda deverá continuar por um longo período. O preconceito persiste seja em manifestações mais diretas e agressivas, seja em preferências e vieses sutis entre indivíduos de grupos diferentes. Além disso, existe a possibilidade de que o preconceito apenas se desloque, ou seja, que alguns grupos deixem de ser estigmatizados apenas para cederem o seu lugar para outros grupos.

Além dos prejuízos que o preconceito pode ocasionar quando se manifesta como racismo, homofobia ou estigmatização (Costa et al., 2017), existem outros danos indiretos. Esse processo pode agir diretamente contra a diversidade e seus efeitos positivos sobre as pessoas. A diversidade pode definida como a convivência e compartilhamento de experiências entre pessoas de diferentes origens, histórias, etnias, gêneros e culturas e pode promover benefícios para a sociedade e grupos específicos (Galinsky et al., 2015; Herring, 2009). Por exemplo, viver em outro país ou cultura e entrar contato com um contexto diverso ao de origem está relacionado ao desenvolvimento da criatividade (Lee, Therriault, & Linderholm, 2012). Cientistas imigrantes tem seus artigos mais citados do que seus colegas que permanecem em seus locais de domicílio (Franzoni, Scellato, & Stephan, 2014). Indivíduos biculturais, ou seja, que se identificam com a sua cultura de origem e de residência, tendem a possuir maior capacidade cognitiva no sentido de perceber e processar elementos culturais complexos e variados (Benet-Martínez, Lee, & Leu, 2006), assim como apresentam mais criatividade e inovação no contexto do trabalho (Tadmor, Galinsky, & Maddux, 2012).

Formas de preconceito: racismo aversivo e racismo moderno

Diferentemente das manifestações de racismo diretas e claras, o racismo aversivo se apresenta de forma mais branda, velada e descontínua. Por essas razões, torna-se mais difícil de ser identificado. O indivíduo que apresenta as características do racismo aversivo pode, em um determinado momento, discriminar outra pessoa apresentando comportamentos negativos em relação a ela. Estas reações emergem como atitudes e pensamentos involuntários que, às vezes, são imperceptíveis ou não são reconhecidas por quem as apresenta. Em outro momento, o indivíduo com as características do racismo aversivo se manifesta de acordo com as suas crenças na equidade e com a ausência de preconceitos (Pearson et al., 2009).

Ainda que haja uma diminuição nas formas mais diretas e intencionais de preconceito em sociedades democráticas, manifestações menos evidentes de racismo podem manter-se inalteradas sem que haja uma discussão a respeito delas. Muitas vezes, o racismo aversivo ocorre a partir de comportamentos nos quais o seu autor não é capaz de reconhecer ou perceber como seus, o que não permite que sejam modificados, circunstância que ressalta a importância de processos mentais não conscientes. Nesse sentido, intervenções que busquem a redução do racismo aversivo devem se diferenciar das ações que tem o objetivo de diminuir o racismo direto e proposital, uma vez que essas últimas se revelam ineficazes no sentido de atuar sobre pensamentos, emoções e comportamentos mais subjacentes. Além disso, os racistas aversivos não se reconhecem como tais e não acreditam que apresentem preconceito em relação a pessoas de outros grupos étnicos, condição que torna mais difícil de implicá-los em uma reflexão sobre a questão (Pearson et al., 2009).

Ao contrário do racismo direto e evidente, que assume a forma de insultos e comportamentos de exclusão, o racismo aversivo e o racismo moderno (McConahay, 1986; Pearson et al., 2009) estão relacionados à construção de categorias e estereótipos que interferem na formação de grupos e na percepção dos indivíduos em relação aos outros. O conceito de racismo moderno surgiu nos Estados Unidos na década de 1970 com o objetivo de compreender as novas formas de manifestação do preconceito racial, caracterizadas pela influência de leis e valores sociais que passaram a inibir as manifestações mais diretas e agressivas (Brown, 1950/2010; Henry, 2010; McConahay, 1986; Voci & Pagotto, 2014).

Os conceitos de racismo aversivo e racismo moderno emergem no contexto das relações entre grupos. Nesse sentido, é importante destacar a tendência do indivíduo em perceber os integrantes do seu grupo de maneira mais positiva do que pessoas de outros

grupos. Algumas classificações e preferências que são estabelecidas pelas pessoas em distintos ambientes sociais se baseiam em grande medida no componente racial. Ao analisar diferentes culturas e costumes, é importante ressaltar a predominância de elementos positivos geralmente associados aos brancos como, por exemplo, poder político e social, e negativos em relação aos negros, como pobreza e crime. Paradoxalmente, existe um valor social universal que pressupõe que todos as pessoas são iguais e que possuem os mesmos direitos e que ser preconceituoso e reforçar estereótipos é uma característica negativa (Dovidio et al, 2010).

Sob uma perspectiva histórica, ainda que os indivíduos brancos apresentem, de uma maneira progressiva, cada vez menos atitudes raciais negativas e diretas em relações a indivíduos negros, persistem importantes diferenças sociais, políticas e econômicas entre esses dois grupos. Nesse contexto de transformação das manifestações de preconceito, fazem-se necessárias pesquisas que sejam capazes de captar e interpretar as sutilezas que caracterizam as suas manifestações contemporâneas (Pearson et al., 2009).

Para Dovidio et al. (2010), atitudes direcionadas a pessoas de grupos étnicos diferentes ao qual o indivíduo pertence tem dois elementos principais. O primeiro deles refere-se aos pensamentos que o indivíduo possui e que se referem ao grupo étnico ou qualquer pessoa específica que faça parte desse grupo. O segundo elemento reside na forma como o indivíduo sente e percebe o outro grupo ou uma pessoa que pertence a esse grupo. Ainda que racionalmente uma pessoa não se considere preconceituosa, ela pode estar negligenciando (ou negando) emoções e percepções que residem em aspectos mais profundos e não conscientes de si mesma. O impacto afetivo e emocional no âmbito racial foge ao controle do indivíduo, mesmo que ele se proponha e se esforce para contê-lo. Nesse sentido, pouco adianta que o indivíduo acredite que o mais correto é não ter prejuízos e que buscar a equidade entre as pessoas é algo importante. Em razão desse caráter involuntário presente no racismo aversivo (Pearson et al., 2009), torna-se bastante difícil mudar o comportamento de indivíduos que o apresentam. O fato da pessoa não se reconhecer como racista pode fazer com que ela não seja capaz de questionar as suas motivações mais profundas e que, por sua vez, preenchem de vieses inconscientes a sua relação com indivíduos ou grupos étnicos diferentes dos seus (Dovidio et al., 2010).

De maneira consciente, um indivíduo pode acreditar que a equidade é mais justa e que essa deva ser adotada de maneira universal. Entretanto, processos psicológicos que atuam nas relações entre grupos as preenchem de conteúdos involuntários e até mesmo sentimentos

negativos. O Teste de Associação Implícita (TAI) ou *Implicit Association Test* (IAT), desenvolvido por Greenwald et al. (1998), por ser capaz de acessar elementos que não são conscientes e não passam, pelo menos parcialmente, pelo crivo da razão, intencionalidade, bom senso e desejabilidade social, revela-se um importante instrumento capaz de atuar nesse campo. Dessa forma, o TAI se revela uma medida que permite analisar as características do racismo aversivo (Pearson et al., 2009) e suas manifestações implícitas. Um indivíduo que apresenta racismo aversivo pode discriminar, agir, pensar e sentir de acordo com estereótipos e vieses sem que isso o obrigue a perceber o quanto está sendo racista. Por essa razão, acessar medidas implícitas de racismo podem servir para tornar mais claro o quanto e de que forma uma sociedade ou cultura é racista (Brown, 1950/2010; Dovidio et al, 2010).

Ainda que os preconceitos e estereótipos raciais apresentem uma tendência de diminuição ao longo do tempo, alguns dos seus elementos apresentam bastante tenacidade. Essa tenacidade se deve, sobretudo, ao fato das classificações por grupos raciais possuírem funções psicológicas que ajudam o indivíduo a ordenar a realidade que o cerca. Apesar dessa resistência, as pessoas têm a capacidade de aprender com novas informações. Mudanças em relação ao preconceito podem emergir como consequência de experiências que promovem modificações em atitudes, pensamentos e percepções no que concerne as diferenças raciais. A assimilação de experiências pode acarretar mudanças, ainda que essas alterações sejam lentas, uma vez que devem alterar sistemas que orientam as relações interpessoais e que conferem uma unidade ou consistência para o indivíduo. A mudança de atitude em relação às pessoas é gradual e demanda tempo. Mudanças de atitudes rápidas, radicais e abrangentes dificilmente ocorrem. Entre os aspectos mais positivos para a alteração das atitudes, pensamentos e percepções, encontram-se as experiências de convivência com grupos distintos aos quais o indivíduo pertence (Dovidio et al, 2010).

Ambos os conceitos de racismo moderno (McConahay, 1986; McConahay et al., 1981) e o racismo aversivo (Pearson et al., 2009) não permitem supor que a redução do preconceito irá ocorrer de maneira simples e natural. Uma das principais razões que sustenta essa expectativa reside na circunstância de que tanto os racistas modernos como os racistas aversivos não se consideram preconceituosos. Nesse sentido, é válido ressaltar a importância de que, para que haja a possibilidade de mudança, o indivíduo deve primeiramente estar consciente de seus vieses racistas. Depois dessa etapa, as mudanças relacionadas ao preconceito devem se consolidar em diferentes contextos e serem capazes de diminuir ou

extinguir as reações contraditórias que caracterizam os racistas modernos e aversivos (Devine et al., 2003; Dovidio, Kawakami, & Beach, 2008; Pearson et al., 2009).

Nesse sentido, uma das principais soluções que podem ajudar a produzir uma sociedade realmente multirracial e que possibilite uma relação mais saudável com as diferenças, reside na convivência por parte de indivíduos, desde a infância, com grupos de outros indivíduos com características distintas das suas, seja em termos culturais ou raciais. Quando a convivência não está presente ou não é suficiente, existem outras formas de reduzir o preconceito entre integrantes de grupos diferentes a partir de outras formas de compartilhamento e aproximação, tais como vivências que suscitem empatia (Dovidio et al, 2010). A falta de contato com um grupo que pode ser considerado diferente está associada à falta de conhecimento sobre as características específicas do mesmo. Essa falta de informações ou de elementos que permitam compreender e perceber as diferenças pode ocasionar desconforto e incerteza. Além disso, a escassez de contato reforça o caráter homogêneo e enfraquece ou anula a percepção das especificidades dos indivíduos que compõem outros grupos e torna mais difícil aceder ao estado de empatia (Stephan, 2014).

Empatia

Para Batson (2009a), o entendimento do conceito de empatia tem diversas variações. Na Psicologia, empatia está relacionada a oito fenômenos distintos que, ainda que encontrem consonâncias entre si, caso fossem somados não constituiriam um todo que seria a empatia. De fato, cada um deles se refere a um estado psíquico específico e recebeu um nome próprio. Fundamentalmente, a empatia pode ser explicada a partir de duas perguntas principais que a segmentam. A primeira delas questiona de que forma um indivíduo pode saber o que outro está pensando ou sentindo, enquanto que a segunda aborda o que faz com que um indivíduo responda com sensibilidade e atenção ao sofrimento de outra pessoa. De acordo com Batson (2009a), os oito entendimentos acerca do conceito de empatia são:

1. A capacidade de acessar as condições psíquicas internas de outro indivíduo e reconhecer seus pensamentos, emoções e sentimentos.
2. A adoção e adaptação ou emparelhamento às respostas neurais de outro indivíduo.
3. Sentir o que a outra pessoa está sentindo.
4. Intuir e colocar-se na situação em que se encontra outro indivíduo.
5. Imaginar de que forma outro indivíduo está pensando e como está se sentindo.

6. O indivíduo imaginar como ele se sentiria e pensaria se estivesse no lugar de outra pessoa.
7. Sentir-se aflito ou angustiado ao ver uma pessoa que sofre.
8. O despertar de emoções ou sentimentos em relação à outra pessoa que está sofrendo.

As diferenças entre as definições da empatia, apesar de muitas vezes serem bastante brandas, demarcam a especificidade de cada entendimento. Ainda que possam parecer definições triviais, uma vez que fazem parte do cotidiano da maioria das pessoas, não se deve esquecer a importância da empatia para a viabilidade da convivência social. Nesse sentido, pode-se considerar a empatia uma capacidade essencial para as relações entre os seres humanos (Batson, 2009a).

Empatia e hipótese do contato

A hipótese do contato é principal base sobre a qual se fundamentam as intervenções sociais que tem como objetivo reduzir o preconceito. Criada por Allport (1954/1979), a hipótese do contato permanece relevante e se renova continuamente no contexto da Psicologia. O princípio que fundamenta a hipótese é de que o contato entre grupos ou pessoas de grupos distintos é capaz de reduzir a evitação, tensão e o desconforto entre os envolvidos. Para que o contato possa agir no sentido de reduzir o preconceito, algumas condições devem ser respeitadas: igualdade de *status* entre os grupos na situação específica do contato, objetivos em comum, cooperação entre grupos e supervisão e apoio de autoridades, leis ou costumes (Allport, 1954/1979; Brown, 1950/2010).

Em concordância com a hipótese do contato (Allport, 1954/1979), induzir um indivíduo a experimentar empatia por outra pessoa, que pertence a um grupo que é socialmente discriminado, pode levar a uma redução de preconceito (Batson et al., 1997). Entretanto, é importante ressaltar que a empatia é um fenômeno psicológico que ocorre no âmbito emocional e individual. Nesse sentido, o estado empático que leva à redução do preconceito pode agir apenas no sentido singular, e não ser transmitido para o grupo social (Voci & Pagotto, 2014). A generalização do estado empático para o grupo social como um todo pode ser facilitada quando o pertencimento do indivíduo ao grupo é claro, ou seja, é evidente que algumas das dificuldades que enfrenta são conseqüências da sua condição de integrante de um grupo discriminado (Brown & Hewstone, 2005; Hewstone et al., 2014). Entretanto, a presença dessa premissa pode ocasionar a ativação de estereótipos, o que pode manter o preconceito. Se o sinal ou característica que estabelece o pertencimento do

indivíduo ao grupo social discriminado for excessivo, o contato poderá deixar de ser positivo e ativar os efeitos preconceituosos e depreciativos dos estereótipos. Se, por outro lado, for demasiadamente leve, o processo de generalização para o grupo como um todo poderá ser diminuído ou anulado (Voci & Pagotto, 2014).

A tomada de perspectiva e o estabelecimento da condição empática podem propiciar a aproximação psicológica. Entretanto, o estado de empatia pode elevar a percepção das diferenças e ampliar o distanciamento, circunstância que tende a aumentar o preconceito e suas conseqüências negativas. Além disso, se a tomada de perspectiva e o estado empático são dirigidos a uma pessoa de um grupo socialmente considerado discriminado e prejudicado, o despertar de emoções caracterizadas pela piedade e comiseração podem inviabilizar ou atrapalhar a redução do preconceito (Voci & Pagotto, 2014). O estado de empatia suscitado por um indivíduo em dificuldade pode incitar emoções desagradáveis e se revelar uma condição incômoda. Ter empatia em relação ao sofrimento de outra pessoa pode ocasionar pensamentos e comportamentos defensivos e a busca por distanciamento físico ou psicológico (Batson et al, 1997; Voci & Pagotto, 2014).

A empatia têm sido um elemento importante no estudo das relações entre grupos. Intervenções que envolvem a empatia podem ser utilizadas no sentido de modificar atitudes e reduzir vieses entre grupos (Dovidio et al., 2010). Ao fazer com que um indivíduo se coloque no lugar de outro e, assim, possa se aproximar da sua perspectiva e da realidade que o cerca, podem ser suscitados pensamentos e emoções caracterizados pela empatia (Batson, et al., 1997; Dovidio et al., 2010). Assistir um filme ou ler uma história sobre um personagem que sofre discriminação pode suscitar empatia e reduzir o preconceito em relação ao grupo específico ao qual esse pertence. Essa forma de redução de preconceito pode ser realizada com distanciamento e, portanto, tem como característica uma menor presença da ansiedade que pode ser suscitada pelo contato real (Voci & Pagotto, 2014).

Para que a empatia e seus efeitos positivos sobre a avaliação e interesse da parte de um indivíduo em relação ao outro possa ser generalizado, de uma pessoa específica para o grupo social ao qual esse pertence, faz-se necessário um fator fundamental. Esse elemento reside na possibilidade de associação entre a situação ou necessidade que suscita a empatia direcionada ao indivíduo específico e as características do grupo ao qual este pertence (Batson et al., 1997). Nesse sentido, paradoxalmente, estereótipos em relação aos grupos sociais podem ter efeito positivo no processo que envolve empatia através de avaliações mais favoráveis, redução do racismo implícito e generalizações que partem do singular para o

geral e que são positivas. Essa hipótese, de que estereótipos podem facilitar os efeitos benéficos da empatia em relação ao preconceito, reside na necessidade de que haja, por parte do indivíduo, algum conhecimento ou ideia a respeito do grupo ao qual a outra pessoa pertence, mesmo que esse possua pouca concordância com a realidade. Sem isso, torna-se impossível estabelecer a relação necessária entre a situação do indivíduo e características do grupo ao qual esse faz parte. Seguindo nesse paradoxo, é possível que a tentativa de redução dos vieses racistas a partir da empatia alcance resultados favoráveis, mas por outro lado é possível que tenha que se basear em estereótipos e preconceitos entre grupos para tanto. Sob um ponto de vista mais favorável, a empatia e a redução do racismo implícito, ainda que apresentem esse fator indesejado que envolve a promoção de algum estereótipo, podem, posteriormente, ao reduzir o preconceito, justificar a sua utilização e até mesmo diminuir a sua intensidade (Batson et al., 1997).

Um fator que pode dificultar ou até mesmo inviabilizar os efeitos benéficos da empatia sobre a percepção de grupos estigmatizados são os subgrupos. Um indivíduo específico pode fazer parte de diversos grupos sociais diferentes, ele pode ser idoso ou jovem, negro ou branco, homem ou mulher, ou outras especificações. Os efeitos positivos da empatia que suscitam interações mais favoráveis entre grupos podem agir somente sobre as características decorrentes de um subgrupo específico, e não sobre diversos grupos mais amplos que englobam o indivíduo (Batson et al., 1997).

Em uma meta-análise de mais que 500 estudos, Pettigrew e Tropp (2008) investigaram as relações entre a hipótese do contato de Allport (1954/1979) e a redução do preconceito analisando os três mediadores mais estudados: conhecimento sobre o outro grupo, diminuição da ansiedade no contato entre grupos e aumento da empatia e da tomada de perspectiva. Os testes da meta-análise apontaram efeitos dos três mediadores sobre o preconceito. Entretanto, a redução da ansiedade e a empatia apresentaram efeitos mais intensos que o conhecimento sobre o outro grupo. Considerando essa conclusão, é importante destacar que os fatores afetivos, que envolvem a ansiedade e a empatia, tem um papel mais significativo em relação ao contato do que o conhecimento sobre o outro grupo, que constitui um fator cognitivo (Tropp & Pettigrew, 2005; Pettigrew & Tropp, 2008). Nesse sentido, revela-se importante que ocorra uma redução da ansiedade inicial que o contato pode suscitar para que, posteriormente, a tomada de perspectiva, a empatia e o conhecimento possam agir no sentido de reduzir o preconceito (Pettigrew, 1998; Pettigrew & Tropp, 2008).

Uma vez que estudos anteriores concluíram que o contato tem um efeito benéfico na redução do preconceito entre grupos (Pettigrew & Tropp, 2006), as futuras pesquisas devem investigar como isso acontece. Mais especificamente, são necessários estudos que sejam capazes de diferenciar os efeitos da empatia e da tomada de perspectiva em relação ao contato enquanto agente capaz de reduzir o preconceito (Pettigrew & Tropp, 2008) e que diferenciem aspectos afetivos e cognitivos em relação ao contato e o preconceito. A dimensão afetiva refere-se sobretudo às emoções que são suscitadas pelo contato. A dimensão cognitiva está relacionada às crenças, percepções e estereótipos e pode ser explorada através de uma situação em que ocorre uma interação relativamente neutra. Entre as novas pesquisas sobre contato e preconceito que devem ser realizados no futuro, é importante que essas clarifiquem as diferenças entre os componentes cognitivos e afetivos da empatia enquanto agentes mediadores (Brown & Hewstone, 2005). Uma vez que adotar a perspectiva de um indivíduo que pertence a um outro grupo social em situações onde os estereótipos são excessivos podem elevar a ansiedade entre grupos (Pettigrew, 1998; Stephan, 2014; Stephan et al., 2002; Voci & Pagotto, 2014), intervenções que visam reduzir o preconceito a partir da empatia não devem se focar exclusivamente na tomada de perspectiva (Burke et al., 2015).

Tomada de perspectiva

A tomada de perspectiva é diferente do que se entende comumente como assumir o ponto de vista de outra pessoa. O ponto de vista de um indivíduo está impregnado pelas suas características psíquicas, tais como emoções, experiências e conhecimento. A tomada de perspectiva pressupõe a capacidade do indivíduo de abandonar, ou pelo menos reduzir, as suas qualidades psicológicas específicas para abrir o espaço necessário para acessar a perspectiva de outra pessoa. Entretanto, pode haver uma distância muito grande entre as percepções de cada indivíduo, o que torna a tarefa ainda mais difícil. Nesse sentido, impõe-se à tomada de perspectiva a transposição do egocentrismo. Para tanto, o indivíduo deve possuir a capacidade de perceber o estado psíquico e mental em que ele próprio se encontra e, além disso, perceber e compreender as condições presentes no outro, ainda que essas sejam absolutamente diferentes das suas. Pode-se presumir, assim, que a adoção da perspectiva de uma outra pessoa com a qual o indivíduo possui diversas características psíquicas em comum se constitui uma operação relativamente simples e a necessidade de abandonar o egocentrismo torna-se menos necessária (Epley & Caruso, 2008).

Para Batson (2009b), existem dois tipos de tomada de perspectiva. No primeiro tipo, tomada de perspectiva-outro (*imagine-other perspective*), o indivíduo imagina como a outra pessoa percebe a sua situação e como ela se sente. No segundo tipo, a tomada de perspectiva-si mesmo (*imagine self-perspective*), o indivíduo imagina como ele próprio perceberia e se sentiria se estivesse no lugar da outra pessoa. Apesar de constituírem condições similares, pode-se supor que os dois tipos de tomada de perspectiva sejam processos diferentes e que apresentem conseqüências distintas.

Assumir a perspectiva de um indivíduo que pertença a um grupo social que sofre discriminação e assumir uma condição empática em relação a ele pode diminuir o preconceito e ter um efeito benéfico sobre as relações. Nesse sentido, pode haver um enfraquecimento dos estereótipos e um aumento de comportamentos favoráveis ao grupo que o indivíduo pertence e que é socialmente discriminado (Voci & Pagotto, 2014). Assim, a tomada de perspectiva pode ser uma habilidade que favorece a capacidade de diminuir o preconceito entre indivíduos ou grupos, de forma a reduzir a sua freqüência e intensidade (Galinsky & Moskowitz, 2000; Pagotto, 2010).

Pesquisas sobre preconceito racial implícito no contexto brasileiro

De acordo com os dados da revisão sistemática de Sacco et al. (2016), o único estudo realizado sobre preconceito racial implícito no contexto da Psicologia brasileira é a pesquisa de Lima et al. (2006). Considerando o momento em que o presente artigo foi concluído, esse dado permanece inalterado, o que caracteriza uma lacuna significativa no contexto científico da Psicologia no Brasil. O objetivo principal da pesquisa de Lima et al. (2006) foi analisar a influência de diferentes contextos sobre o preconceito racial implícito. Os três contextos normativos (meritocrático, igualitário e neutro) foram vivenciados pelos participantes a partir da leitura de textos que os descreviam, respectivamente. Os principais resultados mostraram que os participantes do contexto meritocrático apresentaram mais preconceito implícito em desfavor de pessoas negras do que os participantes do contexto igualitário. Entretanto, os participantes do contexto igualitário demonstraram mais preconceito implícito do que os participantes do contexto neutro. É válido ressaltar que todos os contextos apresentaram preconceito racial implícito contra pessoas negras, ou seja, uma preferência por pessoas brancas. Nesse sentido, a hipótese inicial dos pesquisadores, de que o contexto igualitário apresentaria menos preconceito implícito do que o contexto neutro, não foi confirmada. Lima et al. (2006) utilizaram o TAI tradicional (Greenwald et al., 1998), no qual os participantes

devem associar imagens de pessoas negras com coisas positivas ou negativas, assim como devem associar imagens de pessoas brancas com coisas positivas ou negativas. As associações dos diferentes blocos de associação são definidas como *congruentes* ou *incongruentes*. Especificamente, a associação mais comum (e.g., “flores ou coisas agradáveis” e “americanos brancos ou coisas agradáveis”) compõe a etapa *congruente*, enquanto que a associação menos comum (e.g., “insetos ou coisas agradáveis” e “americanos negros e coisas agradáveis”) compõe a etapa *incongruente*. No TAI tradicional, o efeito do TAI é calculado a partir da subtração das associações *congruentes* e *incongruentes* (Greenwald et al., 1998; Lima et al., 2006).

Visão geral sobre o estudo

No presente artigo, apresentamos um experimento sobre preconceito racial, empatia e tomada de perspectiva. É importante destacar que estudos norte-americanos (Batson et al., 2003; Batson et al., 1997; Galinsky & Moskowitz, 2000; Hodges, 2008; Todd et al., 2011) sustentam que a tomada de perspectiva e empatia tem uma influência positiva no sentido de reduzir o racismo implícito. Partindo de um ponto de vista mais amplo, a revisão sistemática de Pettigrew e Tropp (2006) destaca a efetividade da redução do preconceito a partir do contato (Allport, 1954/1979), cuja relação é significativamente mediada pela empatia (Hewstone et al., 2014; Stephan, 2014).

O experimento proposto nesse estudo foi baseado no experimento realizado por Todd et al. (2011). Entretanto, foram realizados duas alterações ou acréscimos ao experimento original: foram incluídos o Inventário de Empatia (Falcone et al., 2018) e o Formulário sobre Contato Interpessoal, elaborado pelos autores da pesquisa.

Método

Participantes

O experimento apresentado nesse estudo foi realizado com 40 jovens universitários brancos, homens e mulheres, na faixa etária entre 19 e 24 anos ($M = 20,9$ anos). Os participantes eram provenientes de diferentes cursos de graduação de uma universidade particular e outra pública do Sul do Brasil. Dos 40 participantes, 26 eram mulheres (65%). A definição dos participantes seguiu critérios utilizados no experimento 2 da pesquisa de Todd et al. (2011). Considerando que o objetivo desse estudo é abordar o preconceito racial de pessoas brancas em relação a pessoas negras, os pesquisadores selecionaram participantes

brancos. Porém, faz-se necessária uma ponderação a respeito desse critério de inclusão. A etnia possui um caráter subjetivo e pessoal, sobretudo se considerarmos o contexto brasileiro (Camino et al., 2001; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE], 2015; Sacco et al., 2016). Por essa razão, os pesquisadores optaram por considerar a autoatribuição como critério de inclusão final da pesquisa. Considerando esse fator, dois participantes foram excluídos dos resultados do estudo.

Experimento

O experimento realizado nessa pesquisa é similar ao Experimento 2 do estudo realizado por Todd et al. (2011). Em relação ao experimento original, foram adicionados dois instrumentos: o Inventário de Empatia (Falcone et al., 2008; 2013) e o Formulário sobre Contato Interpessoal, elaborados pelos autores da pesquisa. O experimento apresentado nesse artigo foi conduzido por dois experimentadores: o pesquisador principal (37 anos) e uma graduanda em Psicologia e bolsista de iniciação científica (22 anos). Em algumas situações excepcionais, apenas o pesquisador principal se encarregou da aplicação do experimento. Convém salientar que, quando se trata de um estudo sobre preconceito racial, a etnia dos experimentadores pode influenciar os resultados (Brown, 1950/2010; McConahay et al., 1981). Considerando essa circunstância, ambos os pesquisadores se declaram pessoas brancas.

No experimento apresentado nesse artigo, os participantes foram convidados a responder uma pesquisa sobre empatia e relações interpessoais. Primeiramente, responderam o Inventário de Empatia (Falcone et al., 2008; 2013) usando papel e caneta. Após essa tarefa, os respondentes prosseguiram o experimento utilizando um computador (*notebook* Samsung com monitor de 14 polegadas). Seguindo instruções na tela do computador, os participantes foram instruídos a escolher uma entre oito caixas, cada uma delas se referindo a uma pessoa em potencial. A função desse cenário foi o de reforçar o caráter aleatório das características da pessoa a ser escolhida. Porém, havia apenas uma fotografia disponível: a imagem de um homem negro e jovem que apresenta uma expressão facial que denota uma leve tristeza. Além disso, a fotografia apresentada retrata uma imagem em preto e branco, circunstância que traz uma certa neutralidade. Depois da seleção de uma das caixas, juntamente com a exposição da imagem descrita, os participantes foram instruídos a escrever um ensaio rápido (cerca de cinco minutos) sobre um dia na vida da pessoa retratada na fotografia. Metade dos participantes (20), receberam uma instrução baseada na tomada de perspectiva-outro. Esses

participantes formaram o grupo experimental. Especificamente, os participantes desse grupo receberam a seguinte instrução: “Nesse momento, gostaríamos que você escrevesse sobre um dia na vida do indivíduo da fotografia. Ao escrever, gostaríamos que você adotasse a perspectiva da pessoa. Em sua mente, imagine e visualize claramente e vividamente o que ele ou ela pode estar pensando, sentindo e vivenciando enquanto transcorre o seu dia. Por favor, utilize cerca de cinco minutos para escrever o ensaio”. A outra metade dos participantes (20) formaram o grupo controle e receberam uma instrução mais neutra: “Nesse momento, gostaríamos que você escrevesse sobre um dia na vida do indivíduo da fotografia. Ao escrever, pedimos que você adote uma perspectiva imparcial. Em outras palavras, não se preocupe com o que a pessoa possa estar pensando e sentindo, apenas escreva como se você fosse um observador casual. Por favor, utilize cerca de 5 minutos para escrever o ensaio”. Os participantes foram colocados nos dois grupos de maneira alternada, ou seja, o primeiro participante integrou o grupo experimental, enquanto o segundo participante foi incluído no grupo controle, e assim sucessivamente. Depois da elaboração do ensaio, todos os participantes responderam o TAI (Greenwald et al., 1998; Olson & Fazio, 2004) em sua versão para computador. Depois do TAI, os participantes responderam perguntas simples: curso de graduação, idade, gênero, etnia e, após o experimento, comentários sobre a sua participação. Após essa etapa, os participantes responderam o Formulário sobre Contato Interpessoal. Depois, os participantes eram informados que o experimento havia terminado e que, caso desejassem, os artigos poderiam ser enviados se os participantes optassem por fornecer um endereço de email.

Procedimentos para coleta de dados

Os participantes preencheram o Inventário de Empatia utilizando papel e caneta, enquanto que para a escrita do ensaio e para responder o TAI personalizado (Olson & Fazio, 2004) de forma presencial foi utilizado um computador *notebook* e os programas de computador MediaLab e o DirectRT. O MediaLab é um programa de computador que oferece uma plataforma sobre a qual podem ser estruturadas inúmeras variações de experimentos psicológicos que utilizem imagem, texto e outros recursos interativos. O DirectRT, por sua vez, é um *software* que, em conjunto com MediaLab, tem como função principal contar e registrar em milissegundos as respostas (latências) obtidas no TAI. O MediaLab e o DirectRT também foram utilizados no estudo de Todd et al. (2011). Após responderem ao TAI e perguntas sobre: curso de graduação, idade, gênero e etnia, os

participantes responderam o Formulário sobre Contato Interpessoal utilizando papel e caneta. Os participantes demoraram em torno de 20 e 30 minutos para completarem todas as tarefas.

Instrumentos

Inventário de Empatia

O Inventário de Empatia (Falcone et al., 2008) é um instrumento que avalia a empatia enquanto um construto multidimensional, ou seja, que considera seus aspectos cognitivos, comportamentais e afetivos. Os 40 itens do Inventário de Empatia (IE) abordam 16 situações sociais nas quais a empatia pode se fazer presente e são descritos em uma escala Likert de 1 (nunca) a 5 (sempre). Os itens que recebem frequências mais altas referem-se a uma tendência empática maior. Entretanto, há também itens reversos nos quais a maior frequência corresponde a uma tendência empática menor e, portanto, devem ser invertidos na elaboração do escore. O IE é composto por quatro subescalas: Tomada de Perspectiva (TP), Flexibilidade Interpessoal (FI), Altruísmo (AI) e Sensibilidade Afetiva (SA). Os coeficientes Alfa de Cronbach para cada subescala foram de: 0,85 (TP), 0,78 (FI), 0,75 (AL) e 0,72 (SA) neste estudo. A subescala Tomada de Perspectiva está relacionada com a capacidade de acessar e compreender a perspectiva e os sentimentos de outras pessoas. A subescala de Flexibilidade Interpessoal reflete a tolerância em relação a comportamentos e pensamentos que podem ser percebidos como muito diferentes ou que suscitam frustração, o que denota dificuldade do sujeito em acolher pontos de vista diferentes e uma inclinação a se incomodar em circunstâncias de frustração interpessoal. A subescala de Altruísmo está relacionada à capacidade de abandonar os próprios interesses em benefício de outra pessoa. A subescala Sensibilidade Afetiva reflete sentimentos de compaixão pelas condições emocionais de outras pessoas. A subescala Tomada de Perspectiva reflete o componente cognitivo da empatia e a de Sensibilidade Afetiva corresponde ao componente afetivo (Falcone et al., 2008).

Teste da Associação Implícita (TAI)

As medidas implícitas partem do pressuposto de que os indivíduos percebem integrantes de outros grupos a partir de características que geralmente são conferidas ao grupo específico ao qual esse pertence. Sob essa perspectiva, podem ser identificados alguns dos vieses e estereótipos que sustentam o preconceito que, muitas vezes, podem ser desconhecidos até mesmo por quem os pratica Devine et al., 2003). As teorias contemporâneas sobre o preconceito sugerem que as suas formas de expressão podem ser

involuntárias ou não estarem acessíveis à consciência de quem as pratica. Além disso, as mudanças sociais, políticas e culturais que visam combater o preconceito, sobretudo em suas manifestações mais diretas e agressivas, tendem a inibir somente a suas manifestações mais explícitas e facilmente perceptíveis. Por essas razões, alguns autores (Devine et al., 2003; Dovidio et al., 2008; Todd et al., 2011) sustentam que as medidas de preconceito não devem ser exclusivamente diretas e baseadas em autorrelatos abertos. O TAI (Greenwald et al., 1998) sobre racismo mede a tendência das pessoas em assimilar aspectos positivos ou negativos a pessoas negras em um nível inconsciente ou automático (Brown, 1950/2010; Henry, 2010; Pearson et al., 2009).

O TAI utilizado no experimento presente nesse artigo é a versão proposta por Olson e Fazio (2004) e possui sete blocos. No primeiro bloco (B1, 24 respostas) são atribuídas a quatro imagens de faces de pessoas brancas (dois homens, duas mulheres) a categoria *Branco* (tecla da mão esquerda) e a quatro imagens de faces de pessoas negras (dois homens, duas mulheres) a categoria *Negro* (tecla da mão direita). No segundo bloco (B2, 24 respostas), são atribuídas a dez palavras (por exemplo: *café, futebol, tequila*) as respostas: *Eu gosto* (teclado da mão esquerda) e *Eu não gosto* (teclado da mão direita). As palavras nesse bloco têm como característica a variabilidade na atribuição de respostas. O terceiro bloco (B3, 24 respostas) e o quarto bloco (B4, 48 respostas) apresentam uma combinação dos blocos 1 e 2. Ou seja, os participantes devem pressionar a tecla da mão esquerda quando ocorre a imagem de uma pessoa branca ou uma palavra ou uma palavra que *gostassem*, e a tecla da mão direita quando ocorre a imagem de uma pessoa negra ou uma palavra que eles não *gostassem*. No quinto bloco (B5, 48 respostas), há uma repetição do bloco 1, porém a posição das categorias está invertida: os participantes devem atribuir a quatro imagens de faces de pessoas negras (dois homens, duas mulheres) a classificação *Negro* (tecla da mão esquerda) e quatro imagens de faces de pessoas brancas (dois homens, duas mulheres) a classificação *Branco* (tecla da mão direita). O sexto bloco (B6, 24 respostas) e o sétimo bloco (B7, 48 respostas) apresentam o terceiro e o quarto bloco de forma invertida: tecla da mão esquerda para imagens de pessoas negras (*Negro*) e as palavras *Eu gosto* e a tecla da mão direita para imagens de pessoas brancas (*Branco*) e as palavras *Eu não gosto*. Antes de cada bloco os participantes foram instruídos a responder o mais rápido possível a tarefa de categorização. Além disso, o TAI na versão de Olson e Fazio (2004) não apresenta correção de respostas, circunstância que faz com que o teste prossiga desconsiderando se a resposta está correta ou não. Para tornar mais claro para os participantes, as palavras utilizadas no TAI (que apresentam grande

variabilidade na sua categorização) possuem caracteres na cor verde, a mesma utilizada nas duas respostas possíveis (*Eu gosto, Eu não gosto*) (Nosek, Greenwald, & Banaji, 2003).

Formulário sobre Contato Interpessoal

O Formulário sobre Contato Interpessoal foi elaborado pelos próprios pesquisadores deste estudo e inclui três itens a serem respondidas pelos participantes utilizando uma Escala Likert. O primeiro item (“Convivo com pessoas negras”) e o segundo item (“Sinto-me confortável quando estou em contato com pessoas negras”) podiam ser respondidos com uma das seguintes opções (1 - Nunca; 2 - Raramente; 3 - Regularmente; 4 - Quase sempre; 5 - Sempre). O terceiro item (“Considero-me uma pessoa aberta para conviver com pessoas de etnias diferentes da minha”) podia ser respondido com uma das seguintes respostas (1 - Discordo totalmente; 2 - Discordo; 3 - Não concordo nem discordo; 4 - Concordo; 5 - Concordo totalmente). As três perguntas foram elaboradas considerando os aspectos principais envolvidos no preconceito, respectivamente: comportamental (“Convivo com pessoas negras”), afetivo (“Sinto-me confortável quando estou em contato com pessoas negras”) e cognitivo (Considero-me uma pessoa aberta para conviver com pessoas de etnias diferentes da minha”).

Resultados

Algoritmo *D* e o TAI

As respostas do teste de associação implícita (TAI) foram computadas com utilização do algoritmo *D* (Greenwald et al., 2003). Nessa forma de calcular o escore do TAI, os resultados podem variar de -2 a 2, sendo que 0 significa ausência de interpretação (Greenwald, Nosek, & Sriram, 2006). Para utilizar o algoritmo *D*, os autores indicam uma amostra de 39 participantes. Na forma como foi estruturado o TAI no experimento, escores mais elevados refletem uma preferência por pessoas brancas em relação a pessoas negras (viés favorável a pessoas brancas). O algoritmo *D* é calculado a partir das seguintes instruções: a latência média dos blocos (média do Bloco 6 - média do Bloco 3; média Bloco 7 - média Bloco 4) deve ser dividida pelos desvios padrões de todas as latências que compõem as duas médias (o resultado da diferença entre as médias dos blocos 6 e 3 deve ser dividida pelo desvio padrão agrupado dos blocos 6 e 3). Da mesma maneira, resultado da diferença entre as médias dos blocos 7 e 4 deve ser dividida pelo desvio padrão agrupado dos blocos 7 e 4 (Greenwald et al., 2003; Todd et al., 2011).

Considerando que escores do algoritmo *D* mais elevados devem ser interpretados como um viés ou preferência por pessoas brancas em relação a pessoas negras (considerando a ordem dos blocos do TAI que utilizamos no experimento), observamos que em termos descritivos a média dos participantes na condição experimental ($M = 0,07$, $DP = 0,43$) foi menor do que a média apresentada pelos participantes na condição controle ($M = 0,16$, $DP = 0,57$). Entretanto, a diferença entre os grupos não é significativa: $t(38) = -0,52$, $p = 0,6$, $d = -0,08$). Ou seja, observamos que a hipótese de que os participantes na condição experimental (tomada de perspectiva) apresentariam um viés de preferência por pessoas brancas significativamente menor do que aquele apresentado pelos participantes na condição controle (Todd et al., 2011) não se confirmou. O escore médio do algoritmo *D* para todos os participantes, em ambas as condições (experimental e controle), demonstraram um efeito do IAT bastante próximo de zero ($M = 0,12$, $DP = 0,5$), ou seja, refletem uma ausência de viés por brancos ou negros. O Inventário de Empatia, por sua vez, apresentou um resultado médio final de 152,5 pontos (máximo de 200)

As análises não demonstraram correlações significativas entre o algoritmo *D* proveniente do TAI e o resultado do Inventário de Empatia considerando todos os participantes ($r = -0,14$; $p = 0,39$), assim como quando são analisados separadamente no grupo experimental ($r = -0,14$; $p = 0,53$) e no grupo controle ($r = -0,16$; $p = 0,51$). Da mesma forma, não foram encontradas correlações entre o algoritmo *D* proveniente do TAI, as subescalas do Inventário de Empatia e as perguntas presentes no Formulário sobre Contato Interpessoal.

Além dessas análises, foram realizadas correlações de Spearman entre:

1. As três perguntas presentes no Formulário Sobre Contato Interpessoal e o escore do algoritmo *D* e o Inventário de Empatia (resultado final e subescalas) de todos os participantes de experimento, independente do grupo ao qual pertenciam.
2. As três perguntas presentes no Formulário Sobre Contato Interpessoal e o escore do algoritmo *D* e o Inventário de Empatia (resultado final e subescalas) dos participantes separados em grupos (experimental e controle).

É importante ressaltar que dois participantes foram excluídos de alguns segmentos da análise dos dados. Ambos deixaram de responder a uma questão do Inventário de Empatia (um item da subescala Sensibilidade Afetiva e um item da subescala Flexibilidade Interpessoal) e por isso não apresentaram um resultado final e resultados nas subescalas citadas. As tabelas a seguir apresentam as correlações citadas acima:

Tabela 1. Correlação de Spearman entre as três perguntas presentes no Formulário Sobre Contato Interpessoal e o escore do algoritmo *D* e o Inventário de Empatia (resultado final e subescalas) de todos os participantes.

	CPN	SCCPN	CPACED	<i>D</i> escore	TP	FI	AL	SA	Empatia
CPN	1,00	,237	,193	-,060	,190	-,079	,091	,374*	,261
SCCPN	,237	1,00	,568**	,043	,345*	-,394*	,188	,333*	,295
CPACED	,193	,568**	1,00	-,126	,305	-,449**	-,226	,325*	,088
<i>D</i> escore	-,060	,043	-,126	1,00	-,118	-,136	-,118	-,202	-,160
TP	,190	,345*	,305	-,118	1,00	,109	,117	,421**	,754**
FI	-,079	-,394*	-,449**	-,136	,109	1,00	,217	,029	,414
AL	,091	,188	-,226	-,118	,117	,217	1,00	,056	,542**
SA	,374*	,333*	,325*	-,202	,421**	,029	,056	1,00	,601**
Empatia	,261	,295	,088	-,160	,754**	,414**	,542**	,601*	1,00

Nota. **Correlações significativas com $p < 0,001$. * Correlações significativas com $p < 0,05$. CPN = Convivo com pessoas negras. SCCPN = Sinto-me confortável quando estou em contato com pessoas negras. CPACED = Considero-me uma pessoa aberta para conviver com pessoas de etnias diferentes da minha. TP = Tomada de perspectiva. FI = Flexibilidade interpessoal. AL = Altruísmo. SA = Sensibilidade afetiva. Empatia = Empatia total.

Na tabela que inclui todos os participantes, as correlações significativas ocorrem entre:

1. Considero-me uma pessoa aberta para conviver com pessoas de etnias diferentes da minha e Sinto-me confortável quando estou em contato com pessoas negras ($r = 0,568$; $p = 0$).
2. Sensibilidade Afetiva e Convivo com pessoas negras ($r = 0,374$; $p = 0,01$).
3. Tomada de Perspectiva e Sinto-me confortável quando estou em contato com pessoas negras ($r = 0,345$; $p = 0,02$).
4. Flexibilidade Interpessoal e Sinto-me confortável quando estou em contato com pessoas negras ($r = -0,394$; $p = 0,13$).
5. Considero-me uma pessoa aberta para conviver com pessoas de etnias diferentes da minha e Flexibilidade Interpessoal ($r = -0,449$; $p = 0,04$).

Tabela 2. Grupo experimental. Correlação de Spearman entre as três perguntas presentes no Formulário Sobre Contato Interpessoal e o escore do algoritmo *D* e o Inventário de Empatia (resultado final e subescalas).

	CPN	SCCPN	CPACED	<i>D</i> escore	TP	FI	AL	SA	Empatia
CPN	1,00	,218	,048	-,176	-,026	-,120	,282	,260	,164
SCCPN	,218	1,00	,548*	-,100	,527*	-,386	,395	,250	,451*
CPACED	,048	,548*	1,00	-,110	,365	-,443	,050	,254	,186
<i>D</i> escore	-,176	-,100	-,110	1,00	-,096	-,123	-,132	-,168	-,118
TP	-,026	,527*	,365	-,096	1,00	,016	,273	,260	,738**
FI	-,120	-,386	-,443	-,123	,016	1,00	,193	-,082	,351
AL	,282	,395	,050	-,132	,273	,193	1,00	,041	,681**
SA	,260	,250	,254	-,168	,260	-,082	,041	1,00	,453*
Empatia	,164	,451*	,186	-,118	,738**	,351	,681**	,453*	1,00

Nota. **Correlações significativas com $p < 0,001$. * Correlações significativas com $p < 0,05$. CPN = Convivo com pessoas negras. SCCPN = Sinto-me confortável quando estou em contato com pessoas negras. CPACED = Considero-me uma pessoa aberta para conviver com pessoas de etnias diferentes da minha. TP = Tomada de perspectiva. FI = Flexibilidade interpessoal. AL = Altruísmo. SA = Sensibilidade afetiva. Empatia = Empatia total.

Na tabela do grupo experimental, as correlações significativas ocorrem entre:

1. Considero-me uma pessoa aberta para conviver com pessoas de etnias diferentes da minha e Sinto-me confortável quando estou em contato com pessoas negras ($r = 0,548$; $p = 0,12$).
2. Tomada de Perspectiva e Sinto-me confortável quando estou em contato com pessoas negras ($r = 0,527$; $p = 0,17$).
3. Inventário de Empatia Total e Sinto-me confortável quando estou em contato com pessoas negras ($r = 0,451$; $p = 0,04$).

Tabela 3. Grupo controle. Correlação de Spearman entre as três perguntas presentes no Formulário Sobre Contato Interpessoal e o escore do algoritmo *D* e o Inventário de Empatia (resultado final e subescalas).

	CPN	SCCPN	CPACED	<i>D</i> escore	TP	FI	AL	SA	Empatia
CPN	1,00	,326	,343	-,015	,448*	-,072	,033	,517*	,344
SCCPN	,326	1,00	,585**	,170	,110	-,380	-,080	,466*	,049
CPACED	,343	,585**	1,00	-,120	,230	-,465*	-,548*	,391	-,032
<i>D</i> escore	-,015	,170	-,120	1,00	-,189	-,157	-,071	-,228	-,207
TP	,448*	,110	,230	-,189	1,00	,221	-,006	,622**	,749**
FI	-,072	-,380	-,465*	-,157	,221	1,00	,276	,170	,540*
AL	,033	-,080	-,548*	-,071	-,006	,276	1,00	,183	,405
SA	,517*	,466*	,391	-,228	,622**	,170	,183	1,00	,770**
Empatia	,344	,049	-,032	-,207	,749**	,540*	,405	,770**	1,00

Nota. **Correlações significativas com $p < 0,001$. * Correlações significativas com $p < 0,05$. CPN = Convivo com pessoas negras. SCCPN = Sinto-me confortável quando estou em contato com pessoas negras. CPACED = Considero-me uma pessoa aberta para conviver com pessoas de etnias diferentes da minha. TP = Tomada de perspectiva. FI = Flexibilidade interpessoal. AL = Altruísmo. SA = Sensibilidade afetiva. Empatia = Empatia total.

Na tabela do grupo controle, as correlações significativas ocorrem entre:

1. Tomada de Perspectiva e Convivo com pessoas negras ($r = 0,448$; $p = 0,04$).
2. Sensibilidade Afetiva e Convivo com pessoas negras ($r = 0,517$; $p = 0,02$).
3. Considero-me uma pessoa aberta para conviver com pessoas de etnias diferentes da minha Sinto-me confortável quando estou em contato com pessoas negras ($r = 0,585$; $p = 0,01$).
4. Altruísmo e Considero-me uma pessoa aberta para conviver com pessoas de etnias diferentes da minha ($r = -0,548$; $p = 0,12$).

Discussão

TAI e Inventário de Empatia

O experimento descrito nesse artigo, baseado no estudo de Todd et al. (2011) e com o acréscimo de dois instrumentos (Inventário de Empatia e Formulário sobre Contato Interpessoal), apresentou um resultado diferente do estudo original. No estudo de Todd et al. (2011), os participantes na condição experimental (tomada de perspectiva-outro) ($M = 0,01$, $SD = 0,52$) apresentaram um viés de preferência por brancos significativamente menor do que aquele apresentado pelos participantes na condição controle ($M = 0,49$, $SD = 0,70$), $t(36) = 2,39$, $p = ,02$, $d = 0,78$). Ao contrário do experimento original, o experimento realizado nesse estudo não encontrou diferença significativa entre os grupos. É razoável supor que a ausência de diferença entre os grupos esteja relacionada com pequena variação no resultado

do TAI apresentado pelos participantes do experimento proposto por esse estudo. Considerando as médias em relação ao resultado do TAI, os grupos controle e experimental oscilaram em torno de zero ($M = 0,12$, $DP = 0,5$), o que caracteriza praticamente uma ausência de efeito do TAI, ou seja, a ausência de preferência ou viés por uma das categorias propostas, a saber, pessoas brancas e pessoas negras.

Ao formular os acréscimos ao experimento original, os pesquisadores hipotetizaram que ocorreria uma correlação positiva entre o resultado final do Inventário de Empatia e os níveis de preconceito racial implícito (quanto maior o resultado da empatia, menor seria o racismo implícito medido pelo TAI). Entretanto, essa correlação não se confirmou. É possível que o tamanho da amostra tenha impossibilitado a confirmação dessa hipótese, circunstância que sugere a realização de outras pesquisas sobre essas variáveis. Novamente, a variação pequena do algoritmo *D* proveniente do TAI (considerando todos os participantes ou separados por grupos) pode estar relacionada com a ausência da correlação com Inventário de Empatia. Nesse sentido, é possível inferir que *a priori* os participantes apresentavam níveis de preconceito racial implícito de forma homogênea e próxima de zero (ausência de preferência), independentemente da sua capacidade empática. Essa inferência se fundamenta nas características específicas dos participantes, jovens e universitários, além da influência da deseabilidade social. Mesmo considerando as condições presumidamente inerentes aos participantes (resultado neutro no TAI), níveis de empatia mais elevados poderiam tornar mais intenso e significativo o exercício de tomada de perspectiva proposto no experimento e, como consequência, reduzir o racismo implícito medido pelos resultados do TAI. Entretanto, a estrutura do experimento apresentado nesse artigo não permite a análise dessa hipótese, nem definir em que medida o exercício de tomada de perspectiva influenciou nos resultados do TAI. Porém, de uma maneira geral, considerando os níveis de empatia apresentados pelos participantes ($M = 152,5$), que podem ser considerados elevados, é possível estabelecer uma relação dessa condição dos participantes com o resultado próximo de zero que os mesmos apresentaram no TAI ($M = 0,12$, $DP = 0,5$). Ou seja, esses dados evidenciam a influência da empatia nos processos envolvidos no preconceito e, mais especificamente, na hipótese do contato (Allport, 1954/1979; Brown, 1950/2010; Pettigrew & Tropp (2008). Nesse sentido, a análise desses resultados sugere relações entre níveis elevados de empatia e níveis menores de preconceito, ou de que a capacidade de empatia está relacionada com o estabelecimento do contato, que tem como consequência a redução do preconceito e seus efeitos negativos (Allport, 1954/1979; Brown, 1950/2010; Pettigrew e Tropp (2008).

Contato e empatia

As correlações observadas entre as variáveis contato e empatia de todos os participantes do experimento e separados por grupos oferecem elementos importantes para a compreensão das suas relações com o preconceito racial implícito. A correlação entre “Considero-me uma pessoa aberta para conviver com pessoas de etnias diferentes da minha” (cognitivo) e “Sinto-me confortável quando estou em contato com pessoas negras” (afetivo) é a única presente em todas as condições (amostra total, grupo controle e experimental). Esse dado pode refletir a importância conjunta dos aspectos cognitivos e afetivos envolvidos no preconceito, ainda que os aspectos afetivos tendam a ter uma influência mais significativa (Brown & Hewstone, 2005; Burke et al., 2015; Pettigrew & Tropp, 2008; Tropp & Pettigrew, 2005; Visintin et al., 2017).

A correlação entre a subescala “Sensibilidade Afetiva” e “Convivo com pessoas negras” (comportamental) foi verificada no grupo controle e na amostra total. A “Sensibilidade Afetiva” está associada ao interesse e compaixão direcionados às condições e necessidades dos outros e representa o aspecto afetivo da empatia. Sua ausência ou redução reflete desinteresse em relação às condições e necessidades de outras pessoas (Falcone et al., 2008). Considerando a correlação positiva da subescala “Sensibilidade Afetiva” com “Convivo com pessoas negras”, esse dado reforça as relações entre empatia e seu componente afetivo e a redução do preconceito (Brown & Hewstone, 2005; Burke et al., 2015; Pettigrew & Tropp, 2008; Tropp & Pettigrew, 2005; Visintin et al., 2017) – ou que a “Sensibilidade Afetiva” pode favorecer a possibilidade de que ocorra o contato ou convivência, circunstância que deve reduzir o preconceito (Pettigrew & Tropp, 2006).

A correlação positiva entre “Tomada de Perspectiva” e “Sinto-me confortável quando estou em contato com pessoas negras” (afetivo) foi verificada no grupo experimental e na amostra total. A subescala “Tomada de Perspectiva” se refere a habilidade de conhecer e compreender a perspectiva e sentimentos do outro e reflete os aspectos cognitivos envolvidos na empatia (Falcone et al., 2008). A correlação entre “Tomada de Perspectiva” com “Sinto-me confortável quando estou em contato com pessoas negras” está relacionada com a capacidade de perceber, compreender e conviver com as diferenças. Nesse sentido, é importante ressaltar que o componente cognitivo do preconceito pode ser significativamente influenciado pela categorização cognitiva que, por sua vez, tem como função simplificar a interação do indivíduo com o contexto em que está inserido (Voci & Pagotto, 2014, Brown 195/2010). Lidar com aspectos diferentes nas relações sociais requer uma predisposição que

deriva da própria estabilidade e solidez cognitiva e afetiva. Nesse sentido, quando a capacidade cognitiva de perceber as diferenças, seja pela sua complexidade – seja pelas ameaças que pode trazer à percepção que a pessoa tem de si mesma – encontra-se ausente, a possibilidade de estabelecer contato reduz-se de forma significativa. Sobre esse aspecto, é importante destacar que a falta de conhecimento e informações sobre o outro reforça o caráter homogêneo do grupo ao qual o indivíduo pertence, uma simplificação que dificulta o contato e a empatia e seus efeitos benéficos sobre o preconceito (Pettigrew & Tropp, 2008; Stephan, 2014). Se o contato estiver impossibilitado pela dificuldade na aceitação e convivência com as diferenças, é provável que ocorra a ativação dos estereótipos. Ou seja, o uso de estereótipos tende a ter como efeito o aumento do preconceito, manutenção do distanciamento e anulação da especificidade da outra pessoa para que ela possa ser categorizada dentro um grupo (Brown 195/2010; Voci & Pagotto, 2014). A questão da capacidade de reconhecer e tolerar as diferenças se torna ainda mais evidente nas relações entre preconceito e contato considerando que, quanto mais grupos e subgrupos um indivíduo possa ser incluído – sobretudo se forem grupos com forte influência de estereótipos –, tanto maior serão os obstáculos para que os efeitos benéficos do contato e da empatia efetivamente ocorram (Batson et al., 1997). As relações entre os fatores cognitivos e afetivos envolvidos no contato na empatia observadas estão de acordo com a definição de que, antes que possa ocorrer a empatia, deve haver a tomada de perspectiva (Hoffman, 2001). Ou seja, para que um indivíduo possa empatizar e se sensibilizar com as condições e características de uma pessoa, ele deve primeiramente ser capaz de reconhecer as condições e características do outro, o que se constitui em uma capacidade cognitiva (Epley & Caruso, 2008). O componente afetivo do contato está relacionado com as emoções e afetos que emergem como consequência do contato, enquanto que o componente cognitivo se refere às crenças, percepções e estereótipos (Tropp & Pettigrew, 2005). É válido ressaltar que a ativação excessiva de estereótipos pode ocasionar um aumento da ansiedade (Pettigrew, 1998; Stephan, 2014; Stephan et al., 2002; Voci & Pagotto, 2014), circunstância que pode dificultar ou até mesmo inviabilizar o contato. Considerando esses elementos teóricos, a correlação positiva entre “Tomada de Perspectiva” e “Sinto-me confortável quando estou em contato com pessoas negras” (afetivo) constitui uma evidência da importância conjunta dos aspectos cognitivos e afetivos que atuam em conjunto no contato, empatia e redução do preconceito (Brown 195/2010; Epley & Caruso, 2008; Voci & Pagotto, 2014).

No grupo controle, verificou-se a correlação positiva entre “Tomada de Perspectiva e “Convivo com pessoas negras” (comportamental). A subescala “Tomada de Perspectiva” reflete a capacidade de imaginar e compreender a perspectiva e os sentimentos de outras pessoas (Falcone et al., 2008). A tomada de perspectiva e a empatia, enquanto mediadores do contato, em conjunto com a ansiedade entre grupos e ameaças percebidas entre grupos (Hewstone et al., 2014; Stephan, 2014), podem ocasionar a aproximação psicológica e convivência com pessoas diferentes em situações diversas (Voci & Pagotto, 2014). É importante ressaltar que, para que a empatia possa acontecer, primeiramente deve ocorrer a tomada de perspectiva que, por sua vez, cria a aproximação psicológica ao unificar aspectos cognitivos e afetivos (Batson et al, 1997; Hoffman, 2001). Entretanto, o contato não deve se basear exclusivamente na tomada de perspectiva (Burke et al., 2015; Visintin et al., 2017), uma vez que por pertencer ao domínio cognitivo, a tomada de perspectiva pode usar estereótipos em excesso, sobretudo quando as diferenças são significativas e difíceis de serem percebidas, toleradas e compreendidas (Pettigrew, 1998; Stephan, 2014; Stephan et al., 2002; Voci & Pagotto, 2014). Nesse sentido, empatia se constitui em um agente que equilibra esse processo. É importante ressaltar que tomada de perspectiva e a empatia podem ocasionar mudanças cognitivas, ou seja, podem agir sobre os estereótipos e representações cognitivas que o indivíduo possui sobre outros grupos e modificá-las. Nesse sentido, a empatia pode ocasionar mudanças comportamentais nas relações sociais (Voci & Pagotto, 2014). Entretanto, se o contato suscitar demasiadamente a empatia, como por exemplo em situações de sofrimento intenso ou em circunstâncias nas quais é possível inferir que a própria pessoa é responsável pela sua condição desfavorável (Hoffman, 2001), pode ocorrer o efeito contrário ao desejado, ou seja, o afastamento ou evitação e a impossibilidade da ocorrência dos efeitos benéficos do contato. Considerando esses elementos teóricos, a correlação positiva entre “Tomada de Perspectiva e “Convivo com pessoas negras” (comportamental) resalta a importância da tomada de perspectiva enquanto premissa para que ocorra a empatia e a diminuição do preconceito ou, mais especificamente, o aumento da convivência (Batson et al, 1997; Voci & Pagotto, 2014).

No grupo experimental foi possível verificar a correlação positiva entre o “Resultado Total do Inventário de Empatia” e “Sinto-me confortável quando estou em contato com pessoas negras” (afetivo). Esse dado reforça a importância da empatia em relação ao preconceito, uma vez que as manifestações do preconceito podem ser ocasionadas ou acompanhadas por sensações de desconforto e ansiedade por parte de quem o exerce. De

acordo com Stephan (2014), os traços de personalidade que aumentam a intensidade ou a possibilidade de que ocorra a ansiedade incluem etnocentrismo, desconfiança, intolerância à ambigüidade e à incerteza, falta de autoconfiança, empatia e complexidade cognitiva reduzidas e hostilidade ou agressividade. É importante destacar que os traços de personalidade que atuam no sentido de intensificar ou causar a ansiedade entre grupos são os mesmos que atuam no preconceito (Stephan, 2014). Ou seja, uma vez que a empatia está relacionada com a estabilidade emocional e a capacidade de reconhecer os próprios afetos e emoções (Hoffman, 2001), esta se constitui em um dos mais importantes mediadores do contato e redução do preconceito (Pettigrew & Tropp, 2008). A ansiedade entre grupos envolve elementos afetivos, cognitivos e fisiológicos e pode ser causada por traços de personalidade e características pessoais, atitudes negativas e crenças que as ocasionam, experiências pessoais e fatores situacionais. A ansiedade entre grupos tem a capacidade de influenciar crenças, afetos e comportamentos. Para reduzir os efeitos negativos da ansiedade entre grupos, faz-se necessário alterar as crenças entre estes (no sentido de reduzir emoções e afetos negativos), desenvolver o contato e modificar comportamentos em relação a integrantes e aspectos que compõem a identidade e pertencimento ao grupo ao qual o indivíduo pertence (Stephan, 2014). Nesse sentido, a correlação entre “Resultado Total do Inventário de Empatia” e “Sinto-me confortável quando estou em contato com pessoas negras” reflete os efeitos benéficos da empatia no contexto das relações sociais (Hoffman, 2001) e a sua importância na redução de pensamentos e comportamentos defensivos que podem causar o preconceito (Batson et al., 2003; Batson et al., 1997; Galinsky & Moskowitz, 2000).

Além das correlações positivas, foram encontradas três correlações negativas. No grupo controle, verificou-se a correlação negativa entre “Altruísmo” e “Considero-me uma pessoa aberta para conviver com pessoas de etnias diferentes da minha” (cognitivo). A subescala “Altruísmo” se refere à capacidade de abandonar os próprios interesses para beneficiar uma outra pessoa. Níveis baixos nessa subescala refletem uma tendência ao egoísmo. Ou seja, de acordo com essa correlação, quanto mais uma pessoa é ou se considera altruísta, menos essa se considera aberta para conviver com etnias diferentes. Ou, quanto mais uma pessoa se considera aberta para conviver com etnias diferentes, menos essa é ou se considera altruísta. Nesse sentido, essa correlação expõe um conteúdo diferente da hipótese do contato e seus mediadores, uma vez que a capacidade de se importar com o outro e a diminuição do egocentrismo estão relacionadas com a diminuição do preconceito (Pettigrew

& Tropp, 2008; Hewstone et al., 2014; Stephan, 2014). No entanto, é possível inferir que participantes com níveis mais elevados de altruísmo, que envolve a importância e até mesmo a prioridade conferida a outra pessoa (Falcone et al., 2008), sejam mais críticos quanto ao seu próprio comportamento e abertura em relação aos outros e seus aspectos diferentes. Outra explicação possível é que níveis mais elevados de altruísmo façam com que as experiências de convivência com as diferenças sejam mais intensas, a ponto de ocasionarem ansiedade e desconforto e uma conseqüente diminuição da abertura e percepção de disponibilidade ou propensão em relação ao contato (Stephan, 2014). Entretanto, é importante ressaltar que o conceito de altruísmo pode ser considerado abstrato e amplo, o que traz dificuldades na sua avaliação e interpretação, circunstância que pode relativizar essa correlação.

As outras duas correlações negativas, que se apresentam quando todos os participantes estão agrupados, foram verificadas entre a subescala “Flexibilidade Interpessoal” e duas perguntas do Formulário de Relações Interpessoais: “Sinto-me confortável quando estou em contato com pessoas negras” (afetivo) e “Considero-me uma pessoa aberta para conviver com pessoas de etnias diferentes da minha” (cognitivo). A subescala “Flexibilidade Interpessoal” reflete a tolerância em relação a comportamentos e pensamentos que podem ser percebidos como muito diferentes ou que suscitam frustração. Um escore baixo nessa subescala pode significar dificuldade em aceitar perspectivas diferentes e uma tendência a se incomodar em situações que envolvam conflito de interesse ou frustração interpessoal. Considerando essa definição, esperava-se que os participantes com níveis mais elevados de “Flexibilidade Interpessoal” também apresentassem escores mais elevados nas perguntas presentes no Formulário sobre Contato Interpessoal. Essa suposição se baseia na afirmação de que a capacidade de perceber, compreender e conviver com as diferenças sem experimentar frustração, ansiedade e tensão está relacionada com contato mais significativo e positivo e, conseqüentemente, com níveis menores de preconceito (Brown, 1950/2010; Brown & Hewstone, 2005; Pettigrew, 1998; Pettigrew & Tropp, 2008; Pettigrew & Tropp, 2006; Stephan, 2014). Nesse sentido, esse resultado apresenta elementos que podem parecer contraditórios em relação às teorias sobre contato e preconceito. Por outro lado, é razoável inferir que esse resultado possa ser explicado na medida em que, para os participantes (que apresentaram níveis praticamente neutros de racismo implícito), sentir-se confortável quando em contato com pessoas negras e considerar-se aberta para conviver com pessoas de diferentes etnias não constitua uma experiência de diferença em si. Nesse caso, a flexibilidade interpessoal não ocuparia um lugar de relevância.

Diferenças entre grupos

É interessante observar as diferenças entre os grupos obtidas nas correlações entre contato e empatia. Sobre esse aspecto é importante ressaltar que o grupo experimental e o controle receberam orientações diferentes sobre a escrita do ensaio narrativo sobre a fotografia *antes* de preencherem o Formulário Sobre Contato Interpessoal, circunstância que pode ter influenciado nas respostas. Desconsiderando as eventuais e prováveis diferenças individuais entre os participantes e que não envolvem as condições experimentais, é interessante destacar que no grupo experimental não foram observadas correlações negativas entre o Formulário Sobre Contato Interpessoal e o Inventário de Empatia que, considerando as condições específicas do experimento, caracterizariam evidências opostas em relação a hipótese do contato e seus benéficos sobre o preconceito e suas conseqüências (Allport, 1954/1979; Brown, 1950/2010). Além disso, no grupo experimental, foi observada a correlação entre “Resultado Total do Inventário de Empatia” e “Sinto-me confortável quando estou em contato com pessoas negras” (afetivo). Esse resultado é especialmente significativo pois é o único que envolve a empatia em seu sentido geral (Falcone et al., 2008) e o aspecto afetivo relativo ao contato, que é considerado o mais importante e determinante (Pettigrew & Tropp, 2008).

As correlações observadas no grupo controle envolvem o aspecto comportamental “Convivo com pessoas negras” em relação a “Tomada de Perspectiva” e a “Sensibilidade Afetiva”, enquanto que no grupo experimental envolvem o aspecto afetivo “Sinto-me confortável quando estou em contato com pessoas negras” em relação a “Tomada de Perspectiva” ao “Resultado Total do Inventário de Empatia”. Nesse sentido, é interessante observar que o grupo experimental, que realizou o exercício de tomada de perspectiva mais intenso e, portanto, foi instruído a envolver-se afetivamente de forma mais significativa, apresentou resultados mais expressivos em relação ao componente afetivo do contato na medida em que referem se sentir mais confortáveis quando estão em contato com pessoas negras e que apresentam uma capacidade de empatia maior.

Considerações finais

Os resultados sobre racismo implícito que apontaram ausência de preferência em relação a pessoas negras ou brancas demandam novas pesquisas, sobretudo com amostras com um número maior de participantes e com diferentes características. No presente estudo, a

amostra foi composta por participantes universitários e jovens e, em sua maioria, mulheres. Considerando esse viés, revela-se importante que outras pesquisas possam replicar ou propor variações sobre o experimento apresentado nesse artigo. Na revisão sistemática de Sacco et al. (2016) sobre preconceito racial no contexto da Psicologia brasileira, uma das principais críticas em relação à produção científica sobre o tema reside nas lacunas presentes na descrição do método. Essa lacuna tem como principal consequência negativa a fragmentação na construção do conhecimento científico, sobretudo quando se trata de estudos experimentais. Nesse sentido, no presente artigo, buscou-se realizar uma descrição detalhada do método e experimento, de modo a permitir a continuidade de pesquisas sobre seus objetivos principais e suas variações no contexto da Psicologia.

Ainda que algumas das hipóteses iniciais do estudo não tenham sido confirmadas (a saber, que o grupo experimental apresentaria níveis de preconceito racial implícito significativamente menores que o grupo controle, resultado encontrado por Todd et al. (2011), e que haveria uma correlação positiva entre empatia e níveis mais baixos de preconceito racial implícito), os resultados decorrentes do experimento apresentado nesse artigo possibilitaram uma importante discussão, na qual destaca-se a ausência de preconceito racial implícito. No entanto, a estrutura do método e do experimento não oferecem meios de inferir o quanto esse resultado foi especificamente influenciado pelo exercício de tomada de perspectiva e empatia. Nesse sentido, uma das conclusões é mais ampla e geral, a saber, níveis elevados de empatia (média dos participantes) estão relacionados com a neutralidade referente ao preconceito racial implícito (resultado do TAI) em uma amostra jovem e universitária, o que está de acordo com a hipótese do contato e suas relações com o preconceito que são mediadas pela empatia. Considerando essas conclusões, uma importante questão que pode ser abordada por outros estudos reside na influência específica do exercício de tomada de perspectiva e empatia sobre o preconceito racial implícito. Além disso, de acordo com Hewstone et al. (2014), seria de fundamental importância que futuros estudos investigassem, mais especificamente, os efeitos do contato ao longo do tempo, uma vez que a maioria das pesquisas já realizadas abordam os efeitos promovidos pelo contato sobre atitudes em um período curto de tempo.

Além de analisar as relações entre empatia e preconceito racial implícito, o presente estudo discute associações entre empatia e seus diferentes aspectos (Tomada de Perspectiva, Flexibilidade Interpessoal, Altruísmo e Sensibilidade Afetiva) e níveis de contato (Formulário Sobre Contato Interpessoal). Esses resultados permitem uma discussão sobre a

influência de aspectos cognitivos, afetivos e comportamentais que atuam nas intersecções entre preconceito e a hipótese do contato. Essa discussão é especialmente significativa, pois tanto a empatia como preconceito são processos multifatoriais que, no âmbito da hipótese do contato, criam relações dinâmicas e apresentam influências mútuas de forma intensa, resultando em uma rede complexa que deve ser investigada de forma detalhada.

Referências

- Allport, G. W. (1954/1979). *The nature of prejudice*. Reading: Addison-Wesley.
- Batson, C. D. (2009a). These things called empathy: eight related but distinct phenomena. In J. Decety & W. Ickes (Eds). *The Social Neuroscience of Empathy* (pp. 3-15). Cambridge: MIT Press. DOI:10.7551/mitpress/9780262012973.003.0002
- Batson, C. D. (2009b). Two forms of perspective: imagining how another feels and imagining how you would feel. In K. D. Markman, W. M. Klein, & J. A. Suhr (Eds), *Handbook of imagination and mental simulation* (pp. 267-279). New York, NY: Psychology Press.
- Batson, C. D., Lishner, D. A., Carpenter, A., Dulin, L., Harjusola-Webb, S., Stocks, E. L., et al. (2003). "... As you would have them do unto you": does imagining yourself in the other's place stimulate moral action? *Personality and Social Psychology Bulletin*, 29(9), 1190-1201.
- Batson, C. D., Polycarpou, M. P., Harmon-Jones, E., Imhoff, H. J., Mitchener, E. C., Bednar, L. L., Tricia, K., & Highberger, L. (1997). Empathy and attitudes: Can feeling for a member of a stigmatized group improve feelings toward the group? *Journal of Personality and Social Psychology*, 72(1), 105-118.
- Benet-Martínez, V., Lee, F., & Leu, J. (2006). Biculturalism and cognitive complexity expertise in cultural representations. *Journal of Cross-Cultural Psychology*, 37, 386-407. <https://doi.org/10.1177/0022022106288476>
- Brown, R. (1950/2010). *Prejudice: its social psychology*. Chichester: Wiley-Blackwell.
- Brown, R., & Hewstone, M. (2005). An integrative theory of intergroup contact. *Advances in Experimental Social Psychology*, 37, 255-343.
- Burke, S. E., Dovidio, J. F., Przeworski, J. M., Hardeman, R. R., Perry, S. P., Phelan, S. M., et al. (2015). Do contact and empathy mitigate bias against gay and lesbian people among heterosexual medical students? A report from Medical Student CHANGES.

- Academic Medicine: Journal of the Association of American Medical Colleges*, 90(5), 645.
- Camino, L., Silva, P. D., Machado, A., & Pereira, C. (2001). A face oculta do racismo no Brasil: uma análise psicossociológica. *Revista de psicologia política*, 1(1), 13-36.
- Costa, A., Pasley, A., Machado, W. D. L., Alvarado, E., Dutra-Thomé, L., & Koller, S. H. (2017). The experience of sexual stigma and the increased risk of attempted suicide in young Brazilian people from low socioeconomic group. *Frontiers in Psychology*, 8, 192.
- Devine, P. G., Plant, E. A., & Blair, I. V. (2003). Classic and Contemporary Analyses of Racial Prejudice. In R. Brown & S. Gaertner (Eds). *Blackwell handbook of social psychology: Intergroup processes* (198-217). Oxford: Blackwell.
- Dovidio, J. F., Johnson, J. D., Gaertner, S. L., Pearson, A. R., Saguy, T., & Ashburn-Nardo, L. (2010). Empathy and intergroup relations. In M. Mikulincer, & P.H. Shaver (Eds), *Prosocial motives, emotions, and behavior: the better angels of our nature* (pp. 393-408). Washington: American Psychological Association.
- Dovidio, J. F., Kawakami, K., & Beach, K. R. (2001). Implicit and explicit attitudes: Examination of the relationship between measures of intergroup bias. *Blackwell handbook of social psychology: Intergroup processes*, 4, 175-197.
- Epley, N., & Caruso, E. M. (2008). Perspective Taking: Misstepping Into Others' Shoes. In K. D. Markman, W. M. P. Klein, & J. Suhr (Eds), *Handbook of imagination and mental simulation* (pp. 295-311). Nova Iorque: Psychology Press.
- Falcone, E. M. D. O., Ferreira, M. C., Luz, R. C. M. D., Fernandes, C. S., Faria, C. D. A., D'Augustin, J. F., ... & Pinho, V. D. D. (2008). Inventário de Empatia (IE): desenvolvimento e validação de uma medida brasileira. *Avaliação Psicológica*, 7(3), 321-334.
- Falcone, E. M. D. O., Pinho, V. D. D., Ferreira, M. C., Fernandes, C. D. S., D'Augustin, J. F., Krieger, S., ... & Pinheiro, L. C. (2013). Convergent validity of the Empathy Inventory (EI). *Psico-USF*, 18(2), 203-209.
- Franzoni, C., Scellato, G., & Stephan, P. (2014). The mover's advantage: The superior performance of migrant scientists. *Economics Letters*, 122(1), 89-93. <https://doi.org/10.1016/j.econlet.2013.10.040>
- Galinsky, A. D., & Moskowitz, G. B. (2000). Perspective-taking: decreasing stereotype expression, stereotype accessibility, and in-group favoritism. *Journal of Personality and Social Psychology*, 78(4), 708-724.

- Galinsky, A. D., Todd, A. R., Homan, A. C., Phillips, K. W., Apfelbaum, E. P., Sasaki et al. (2015). Maximizing the gains and minimizing the pains of diversity: a policy perspective. *Perspectives on Psychological Science*, 10(6), 742-748. <https://doi.org/10.1177/1745691615598513>
- Greenwald, A.G., McGhee, D.E., Schwartz, J.L.K. (1998). Measuring individual differences in implicit cognition: the implicit association test. *Journal of Personality and Social Psychology* 74(6), 1464-1480.
- Greenwald, A. G., Nosek, B. A., & Banaji, M. R. (2003). Understanding and using the implicit association test: an improved scoring algorithm. *Journal of Personality and Social Psychology*, 85(2), 197.
- Greenwald, A.G., Nosek, B.A. & Sriram, N. (2006). Consequential validity of the Implicit Association Test: comment on Blanton and Jaccard (2006). *American Psychologist*, 61(1), 56-61.
- Henry, P. J. (2010). Modern racism. In J. Levine & M. Hogg (Eds.), *The encyclopedia of group processes and intergroup relations*. Thousand Oaks, CA: Sage Publications. Disponível em: <https://nyuad.nyu.edu/content/dam/nyuad/departments/faculty/pj-henry/documents/publications/2010Henry-encyclopedia-modern-racism.pdf>
- Herring, C. (2009). Does diversity pay?: Race, gender, and the business case for diversity. *American Sociological Review*, 74(2), 208-224.
- Hewstone, M., Lolliot, S., Swart, H., Myers, E., Voci, A., Al Ramiah, A., & Cairns, E. (2014). Intergroup contact and intergroup conflict. *Peace and Conflict: Journal of Peace Psychology*, 20(1), 39-53.
- Hodges, S. D. (2008). Perspective-taking. In W. A. Darity (Ed.), *International encyclopedia of the social sciences* (pp. 226-227). Farmington Hills: Macmillan Reference.
- Hoffman, M. L. (2001). *Empathy and moral development: Implications for caring and justice*. Cambridge University Press.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (2015). *Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2013*. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. Recuperado em <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv95011.pdf>
- Lee, C. S., Theriault, D. J., & Linderholm, T. (2012). On the cognitive benefits of cultural experience: exploring the relationship between studying abroad and creative thinking. *Applied Cognitive Psychology*, 26(5), 768-778. <https://doi.org/10.1002/acp.2857>

- Lima, M. E. O., Machado, C., Ávila, J., Lima, C., & Vala, J. (2006). Normas sociais e preconceito: o impacto da igualdade e da competição no preconceito automático contra os negros. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 19(2), 309-319.
- McConahay, J.B. (1986). Modern racism, ambivalence, and the modern racism scale. In Dovidio, J.F. & Gaertner (Eds.), *Prejudice, discrimination and racism* (pp. 91-125). San Diego: Academic.
- McConahay, J. B., Hardee, B. B., & Batts, V. (1981). Has racism declined in America? It depends on who is asking and what is asked. *Journal of Conflict Resolution*, 25(4), 563-579.
- Nosek, B. A., Greenwald, A. G., & Banaji, M. R. (2007). The Implicit Association Test at age 7: A methodological and conceptual review (pp. 265–292). In J. A. Bargh (Ed.), *Automatic processes in social thinking and behavior* (pp. 265–292). New York: Psychology Press.
- Olson, M. A., & Fazio, R. H. (2004). Reducing the influence of extrapersonal associations on the Implicit Association Test: personalizing the IAT. *Journal of personality and social psychology*, 86(5), 653. doi <https://doi.org/10.1037/0022-3514.86.5.653>
- Pagotto, L. (2010). *The interplay of empathy, oneness and perceived similarity in mediating the effects of perspective taking on prosocial responses*. (Tese de doutoramento não publicada). Università degli studi di Padova, Itália.
- Pearson, A. R., Dovidio, J. F., & Gaertner, S. L. (2009). The nature of contemporary prejudice: Insights from aversive racism. *Social and Personality Psychology Compass*, 3(3), 314-338.
- Pettigrew, T. F. (1998). Intergroup contact theory. *Annual review of psychology*, 49(1), 65-85.
- Pettigrew, T. F., & Tropp, L. R. (2006). A meta-analytic test of intergroup contact theory. *Journal of personality and social psychology*, 90(5), 751-783.
- Pettigrew, T. F., & Tropp, L. R. (2008). How does intergroup contact reduce prejudice? Meta-analytic tests of three mediators. *European Journal of Social Psychology*, 38(6), 922-934.
- Sacco, A., Couto, M. C., & Koller, S. (2016). Revisão sistemática de estudos da psicologia brasileira sobre preconceito racial. *Temas em psicologia*, 24(1), 233-250. <https://doi.org/10.9788/tp2016.1-16>

- Stephan, W. G. (2014). Intergroup anxiety: Theory, research, and practice. *Personality and Social Psychology Review*, 18(3), 239-255.
- Stephan, W. G., Boniecki, K. A., Ybarra, O., Bettencourt, A., Ervin, K. S., Jackson, L. A. Et al. (2002). The role of threats in the racial attitudes of Blacks and Whites. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 28(9), 1242-1254.
- Tadmor, C. T., Galinsky, A. D., & Maddux, W. W. (2012). Getting the most out of living abroad: Biculturalism and integrative complexity as key drivers of creative and professional success. *Journal of Personality and Social Psychology*, 103, 520–542. <https://doi.org/10.1037/a0029360>
- Todd, A. R., Bodenhausen, G. V., Richeson, J. A., & Galinsky, A. D. (2011). Perspective taking combats automatic expressions of racial bias. *Journal of Personality and Social Psychology*, 100(6), 1027. doi <https://doi.org/10.1037/a0022308>
- Tropp, L. R., & Pettigrew, T. F. (2005). Differential relationships between intergroup contact and affective and cognitive dimensions of prejudice. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 31(8), 1145-1158.
- Visintin, E. P., Voci, A., Pagotto, L., & Hewstone, M. (2017). Direct, extended, and mass-mediated contact with immigrants in Italy: their associations with emotions, prejudice, and humanity perceptions. *Journal of Applied Social Psychology*, 47(4), 175-194.
- Voci, A., & Pagotto, L. (2014). *Il pregiudizio: che cosa è, come si riduce*. Bari: Laterza.

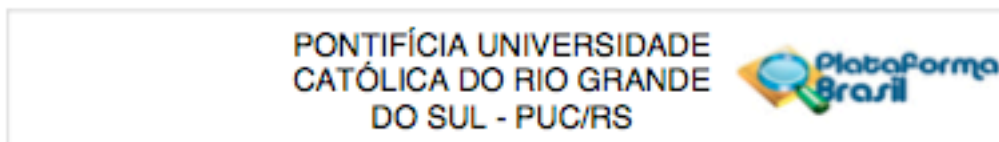
3 REFERÊNCIAS

- Allport, G. W. (1954/1979). *The nature of prejudice*. Reading: Addison-Wesley.
- Batson, C. D., Polycarpou, M., Harmon-Jones, E., Imhoff, H., Mitchener, E., Bednar, L. et al. (1997). Empathy and attitudes: can feeling for a member of a stigmatized group improve feelings toward the group? *Journal of personality and social psychology*, 72(1), 105-118. <https://doi.org/10.1037/0022-3514.72.1.105>
- Brasil, 2015. Secretaria Geral da Presidência da República, Secretaria Nacional de Juventude, Ministério da Justiça e Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência e Desigualdade Racial 2014. Brasília. Recuperado em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0023/002329/232972POR.pdf>
- Brown, R. (1950/2010). *Prejudice: its social psychology*. Chichester: Wiley-Blackwell.
- Devine, P. G., Plant, E. A., & Blair, I. V. (2003). Classic and contemporary analyses of racial prejudice. In R. Brown & S. Gaertner (Eds.). *Blackwell Handbook of Social Psychology: Intergroup processes* (198-217). Oxford: Blackwell.
- Epley, N., & Caruso, E.. (2008). Perspective Taking: misstepping into others' shoes. In K. Markman, W. Klein, & J. Suhr (Eds.), *Handbook of imagination and mental simulation* (pp. 295-311). Nova Iorque: Psychology Press. <https://doi.org/10.4324/9780203809846.ch20>
- Galinsky, A. D., & Moskowitz, G. B. (2000). Perspective-taking: decreasing stereotype expression, stereotype accessibility, and in-group favoritism. *Journal of Personality and Social Psychology*, 78(4), 708-724.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2015). *Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2013*. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. Recuperado em <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv95011.pdf>
- Martins, E., Santos, A. D. O. D., & Colosso, M. (2013). Relações étnico-raciais e psicologia: publicações em periódicos da SciELO e Lilacs. *Psicologia: teoria e prática*, 15(3), 118-133.
- Payne, K., Krosnick, J., Pasek, J., Leikes, Y., Akhtar, O., & Tompson, T. (2010). Implicit and explicit prejudice in the 2008 American presidential election. *Journal of Experimental Social Psychology*, 46(2), 367-374. <https://doi.org/10.1016/j.jesp.2009.11.001>

- Pearson, A. R., Dovidio, J. F., & Gaertner, S. L. (2009). The nature of contemporary prejudice: Insights from aversive racism. *Social and Personality Psychology Compass*, 3(3), 314-338.
- Pires, A. M. (2010). El prejuicio racial en Brasil: medidas comparativas. *Psicologia & Sociedade*, 22(1). <https://doi.org/10.1590/s0102-71822010000100005>
- Plant, E. A., & Devine, P. G. (1998). Internal and external motivation to respond without prejudice. *Journal of Personality and Social Psychology*, 75(3), 811.
- Sacco, A. M., Couto, M. C. P., & Koller, S. H. (2016). Revisão sistemática de estudos da psicologia brasileira sobre preconceito racial. *Temas em Psicologia*, 24(1), 233-250.
- Todd, A.; Bodenhausen, G., Richeson, J., & Galinsky, A. (2011). Perspective taking combats automatic expressions of racial bias. *Journal of personality and social psychology*, 100(6), 1027. <https://doi.org/10.1037/a0022308>
- Verzoni, A., & Lisboa, C. (2017). Discussion on prejudice and empathy in children and adolescents in situations of social vulnerability: proposition of interventions. In D. Dell’Aglia & S. Koller (Orgs.). *Vulnerable Children and Youth in Brazil: innovative approaches from the Psychology of Social Development* (pp. 20-43). Cham: Springer.
- Visintin, E. P., Voci, A., Pagotto, L., & Hewstone, M. (2017). Direct, extended, and mass-mediated contact with immigrants in Italy: their associations with emotions, prejudice, and humanity perceptions. *Journal of Applied Social Psychology*, 47(4), 175-194.

ANEXO A

Parecer Comitê de Ética e Pesquisa da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Empatia e tomada de perspectiva e suas relações com o racismo

Pesquisador: Carolina Saraiva de Macedo Lisboa

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 72039917.3.0000.5336

Instituição Proponente: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS

Patrocinador Principal: FUND COORD DE APERFEICOAMENTO DE PESSOAL DE NIVEL SUP

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.306.843

Apresentação do Projeto:

O preconceito é um fenômeno psicológico, cognitivo e social caracterizado por uma atribuição, julgamento ou suposição de caráter negativo dirigido a um indivíduo em razão de seu pertencimento a um grupo social específico. O preconceito, a discriminação e a desigualdade fazem parte das relações humanas em diferentes contextos sociais e períodos históricos. Apesar de leis e fenômenos sociais defenderem o respeito, a diversidade e a pluralidade, atualmente ainda são reproduzidos preconceitos de diferentes formas e em diversos contextos.

Este projeto tem por objetivo investigar as relações entre a empatia, capacidade psíquica essencial para a viabilidade da convivência social, e a tomada de perspectiva - capacidade de compreender as condições e as experiências psíquicas de outras pessoas - enquanto agentes capazes de reduzir o preconceito e, mais especificamente, o racismo. Esse projeto possui delineamento quase experimental, explicativo, correlacional e transversal e propõe cinco experimentos. Os experimentos visam confirmar empiricamente os efeitos da empatia e da tomada de perspectiva na redução do racismo em suas manifestações implícitas e explícitas.

Objetivo da Pesquisa:

Investigar relações entre racismo, empatia e tomada de perspectiva.

Avaliar qual dos tipos de tomada de perspectiva, perspectiva-outro ou perspectiva-si mesmo ou a condição objetiva e neutra, apresenta níveis menores de racismo explícito; Averiguar qual dos

Endereço: Av. Ipiranga, 6681, prédio 50, sala 703
Bairro: Partenon **CEP:** 90.619-900
UF: RS **Município:** PORTO ALEGRE
Telefone: (51)3320-3345 **Fax:** (51)3320-3345 **E-mail:** cep@pucrs.br

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE
CATÓLICA DO RIO GRANDE
DO SUL - PUC/RS**



Continuação do Parecer: 2.306.843

tipos de tomada de perspectiva, perspectiva-outro ou perspectiva-si mesmo e a condição objetiva e neutra, apresenta níveis menores de racismo implícito. Verificar se em indivíduos com níveis mais elevados de empatia a tomada de perspectiva é mais eficaz na redução do racismo. Verificar diferenças entre os sexos com relação ao racismo, empatia e tomada de perspectiva;

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

O risco que essa pesquisa pode apresentar para seus participantes é o desconforto decorrente do tempo necessário para responder aos instrumentos e escrever o ensaio. No caso de qualquer sinal de desconforto ou sofrimento emocional ocasionado pelos instrumentos aplicados e pela escrita do ensaio, o fato será devidamente encaminhado pelos pesquisadores para avaliação no Serviço de Atendimento e Pesquisa em Psicologia da PUCRS (SAPP) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - Faculdade de Psicologia - Av. Ipiranga, 6681, Prédio 11 - 2º Andar - Sala 209

Como benefício da sua participação, o participante estará colaborando para o estudo e a construção do conhecimento científico sobre o tema desta pesquisa. Além disso, poderá ter acesso às conclusões resultantes deste estudo.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O pesquisador principal do estudo encaminhou ao CEP-PUCRS resposta as pendências emitidas por esse CEP em 05/09/2017.

Todas as pendências foram atendidas adequadamente.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Todos os termos foram apresentados.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não há pendências.

Considerações Finais a critério do CEP:

O CEP-PUCRS, de acordo com suas atribuições definidas na Resolução CNS nº 466 de 2012 e da Norma Operacional nº 001 de 2013 do CNS, manifesta-se pela aprovação do projeto de pesquisa proposto.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
----------------	---------	----------	-------	----------

Endereço: Av. Ipiranga, 6681, prédio 50, sala 703
 Bairro: Partenon CEP: 90.619-900
 UF: RS Município: PORTO ALEGRE
 Telefone: (51)3320-3345 Fax: (51)3320-3345 E-mail: cep@pucrs.br

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE
CATÓLICA DO RIO GRANDE
DO SUL - PUC/RS**



Continuação do Parecer: 2.306.543

Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_P ROJETO_955126.pdf	22/09/2017 16:12:14		Aceito
Outros	CartaRespostaPendenciasCEP.doc	22/09/2017 16:11:26	Carolina Saraiva de Macedo Lisboa	Aceito
Outros	CartaRespostaPendenciasCEP.pdf	22/09/2017 16:10:28	Carolina Saraiva de Macedo Lisboa	Aceito
Outros	CartadeCienciaeConcordanciaDoSAPP. pdf	19/09/2017 17:48:00	Carolina Saraiva de Macedo Lisboa	Aceito
Cronograma	CronogramaAtualizado.pdf	19/09/2017 17:44:36	Carolina Saraiva de Macedo Lisboa	Aceito
Outros	cartaEncaminhamentoApresentacao.pdf	03/08/2017 13:59:03	Carolina Saraiva de Macedo Lisboa	Aceito
Outros	justificativaparaaasenciadacartadeautor izacaodainstituicao.pdf	31/07/2017 14:54:07	Carolina Saraiva de Macedo Lisboa	Aceito
Outros	cartaresposta.pdf	31/07/2017 14:52:39	Carolina Saraiva de Macedo Lisboa	Aceito
Outros	cartadeencaminhamento.pdf	31/07/2017 14:52:15	Carolina Saraiva de Macedo Lisboa	Aceito
Outros	cartadeapresentacao.pdf	10/07/2017 12:15:18	Carolina Saraiva de Macedo Lisboa	Aceito
Outros	testedaassociacaoimplicita.pdf	10/07/2017 11:57:12	Carolina Saraiva de Macedo Lisboa	Aceito
Outros	escaladeradismomodemo.pdf	10/07/2017 11:56:30	Carolina Saraiva de Macedo Lisboa	Aceito
Outros	escalaempatia.pdf	10/07/2017 11:56:03	Carolina Saraiva de Macedo Lisboa	Aceito
Outros	formularioscbredadosdemograficos.pdf	10/07/2017 11:51:20	Carolina Saraiva de Macedo Lisboa	Aceito
Outros	documentounificadodoprojetodepesquis a.pdf	10/07/2017 11:49:36	Carolina Saraiva de Macedo Lisboa	Aceito
Orçamento	orcamentofinanceiroassinado.pdf	10/07/2017 11:42:52	Carolina Saraiva de Macedo Lisboa	Aceito
Outros	lattesandreverzoni.pdf	10/07/2017 11:41:50	Carolina Saraiva de Macedo Lisboa	Aceito
Outros	lattescarolinalisboa.pdf	10/07/2017 11:41:11	Carolina Saraiva de Macedo Lisboa	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	termodeconsentimentolivreeesclarecido5 .pdf	10/07/2017 11:38:00	Carolina Saraiva de Macedo Lisboa	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	termodeconsentimentolivreeesclarecido4 .pdf	10/07/2017 11:37:09	Carolina Saraiva de Macedo Lisboa	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	termodeconsentimentolivreeesclarecido3 .pdf	10/07/2017 11:36:52	Carolina Saraiva de Macedo Lisboa	Aceito

Endereço: Av. Ipiranga, 6681, prédio 50, sala 703
 Bairro: Partenon CEP: 90.619-900
 UF: RS Município: PORTO ALEGRE
 Telefone: (51)3320-3345 Fax: (51)3320-3345 E-mail: cep@puors.br

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE
CATÓLICA DO RIO GRANDE
DO SUL - PUC/RS**



Continuação do Parecer: 2.306.843

Ausência	termodeconsentimentolivreesclarecido3.pdf	10/07/2017 11:36:52	Carolina Saraiva de Macedo Lisboa	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	termodeconsentimentolivreesclarecido2.pdf	10/07/2017 11:36:41	Carolina Saraiva de Macedo Lisboa	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	termodeconsentimentolivreesclarecido1.pdf	10/07/2017 11:34:01	Carolina Saraiva de Macedo Lisboa	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projetoedepesquisa.pdf	10/07/2017 11:25:09	Carolina Saraiva de Macedo Lisboa	Aceito
Cronograma	cronograma.pdf	10/07/2017 11:23:35	Carolina Saraiva de Macedo Lisboa	Aceito
Folha de Rosto	folhaderosto.pdf	10/07/2017 11:20:07	Carolina Saraiva de Macedo Lisboa	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

PORTO ALEGRE, 29 de Setembro de 2017

Assinado por:
Denise Cantarelli Machado
(Coordenador)

Endereço: Av. Ipiranga, 6681, prédio 50, sala 703
Bairro: Partenon **CEP:** 90.619-900
UF: RS **Município:** PORTO ALEGRE
Telefone: (51)3320-3345 **Fax:** (51)3320-3345 **E-mail:** cep@puors.br

ANEXO B

Inventário de Empatia

Inventário de Empatia (IE)

Abaixo você encontrará uma série de afirmações que descrevem reações em diversas situações sociais. Por favor, leia cada uma delas e responda com que frequência essas afirmações se aplicariam a você, marcando o número de acordo com a escala abaixo. Caso nunca tenha passado por alguma dessas situações, tente imaginar como você reagiria ao enfrentá-la. **Responda a todas as perguntas.**

1	2	3	4	5
Nunca	Raramente	Regularmente	Quase sempre	Sempre

- | | |
|---|-----------|
| 1. Quando faço um pedido, procuro me certificar de que este não irá trazer incômodo à outra pessoa. | 1 2 3 4 5 |
| 2. Eu adiaria a decisão de terminar um relacionamento se percebesse que o meu par está com problemas. | 1 2 3 4 5 |
| 3. Se estiver com pressa e alguém insistir em continuar conversando comigo, encerro imediatamente o assunto dizendo apenas que tenho que ir. | 1 2 3 4 5 |
| 4. Quando alguém faz algo que me desagrada, demonstro livremente a minha raiva. | 1 2 3 4 5 |
| 5. Quando alguém está me confidenciando um problema, exponho minha opinião objetivamente, apontando os seus erros e acertos. | 1 2 3 4 5 |
| 6. Costumo me colocar no lugar da outra pessoa quando estou sendo criticado, para tentar perceber os sentimentos e razões dela. | 1 2 3 4 5 |
| 7. Ao ter que fazer um pedido a uma pessoa que está ocupada, declaro o meu reconhecimento do quanto ela está atarefada, antes de fazer o pedido. | 1 2 3 4 5 |
| 8. Quando recebo uma crítica, costumo me defender imediatamente. | 1 2 3 4 5 |
| 9. Quando percebo que minha opinião contrasta com a do meu interlocutor, procuro me expor de forma mais incisiva. | 1 2 3 4 5 |
| 10. Antes de pedir a uma pessoa para mudar um comportamento que me incomoda, procuro me colocar no lugar dela para entender o que a leva a ter tal atitude. | 1 2 3 4 5 |
| 11. Tenho facilidade de entender o ponto de vista de outra pessoa, mesmo quando ela me critica. | 1 2 3 4 5 |
| 12. Antes de apontar um comportamento que me incomoda em alguém, procuro demonstrar que considero seus sentimentos e que compreendo suas razões. | 1 2 3 4 5 |
| 13. Ao fazer um pedido incompatível com os interesses de outra pessoa, procuro ser persuasivo até conseguir o que desejo. | 1 2 3 4 5 |
| 14. Ao acabar de ouvir um amigo que está com problemas, evito comentar sobre minhas conquistas. | 1 2 3 4 5 |
| 15. Eu abriria mão de fazer um pedido importante se este causasse incômodo considerável à outra pessoa. | 1 2 3 4 5 |
| 16. Quando pretendo terminar uma relação, procuro por em prática a minha decisão em vez de ficar pensando muito a respeito. | 1 2 3 4 5 |

- | | |
|---|-----------|
| 17. Quando recebo uma crítica, esforço-me para identificar as razões que levaram a outra pessoa a me criticar. | 1 2 3 4 5 |
| 18. Quando discordo do meu interlocutor, procuro ouvi-lo e, em seguida, demonstro compreender o seu ponto de vista antes de expressar o meu. | 1 2 3 4 5 |
| 19. Quando alguém expõe uma opinião contrária à minha, sinto-me incomodado e procuro logo demonstrar o meu ponto de vista. | 1 2 3 4 5 |
| 20. Se alguém me deve algo, cobro-lhe a dívida imediatamente, mesmo que ele possa ter motivos que justifiquem o não pagamento. | 1 2 3 4 5 |
| 21. Antes de expressar a minha opinião sobre algo com que não concordo, eu procuro compreender o lado de todas as pessoas envolvidas. | 1 2 3 4 5 |
| 22. É melhor terminar logo uma relação com uma pessoa do que ficar adiando, mesmo que naquele dia ele (a) não esteja bem. | 1 2 3 4 5 |
| 23. Se eu fizer um pedido e receber uma negativa, procuro entender as razões do outro, mesmo me sentindo frustrado(a). | 1 2 3 4 5 |
| 24. Quando alguém age comigo de maneira hostil, respondo da mesma forma. | 1 2 3 4 5 |
| 25. Quando recebo uma crítica procuro expressar para a outra pessoa a minha compreensão do que ela disse, para me certificar de que a entendi. | 1 2 3 4 5 |
| 26. Quando alguém me faz um pedido que não posso ou não quero atender, digo "não" sem rodeios. | 1 2 3 4 5 |
| 27. Evito revelar meus problemas pessoais quando percebo que a outra pessoa não está bem. | 1 2 3 4 5 |
| 28. Consigo compreender inteiramente os sentimentos e razões de outra pessoa que se comportou comigo de forma hostil ou prejudicial. | 1 2 3 4 5 |
| 29. Antes de desabafar meus problemas com um amigo procuro me certificar de que ele está receptivo a me ouvir. | 1 2 3 4 5 |
| 30. Não consigo ficar calado quando ouço alguém falar um absurdo. | 1 2 3 4 5 |
| 31. Antes de expressar minhas opiniões em uma conversa procuro compreender as opiniões da outra pessoa, especialmente quando estas são diferentes das minhas. | 1 2 3 4 5 |
| 32. Eu sou do tipo que não leva desaforo pra casa. | 1 2 3 4 5 |
| 33. Costumo me colocar no lugar de uma pessoa que está me revelando um problema para ver como me sentiria e o que pensaria se a situação fosse comigo. | 1 2 3 4 5 |
| 34. Durante uma conversação procuro demonstrar interesse pela outra pessoa, adotando uma postura atenta. | 1 2 3 4 5 |
| 35. Quando percebo que alguém se comporta de um modo que me incomoda, expresso imediatamente a minha insatisfação para deixar as coisas bem claras. | 1 2 3 4 5 |
| 36. Antes de encerrar um relacionamento, eu me coloco no lugar da outra pessoa para avaliar como ela irá se sentir. | 1 2 3 4 5 |
| 37. Ao fazer um pedido conflitante com os interesses de outra pessoa, procuro expressar meu reconhecimento sincero do incômodo que estou lhe causando. | 1 2 3 4 5 |
| 38. Quando alguém não paga o que me deve, fico muito irritado e não hesito em cobrar a dívida. | 1 2 3 4 5 |
| 39. Deixo de revelar uma experiência de sucesso se percebo que a outra pessoa está triste ou com problemas. | 1 2 3 4 5 |
| 40. Se decidir recusar um pedido, vou direto ao ponto. | 1 2 3 4 5 |

ANEXO C**Formulário sobre Contato Interpessoal**

Abaixo você encontrará afirmações sobre situações sociais. Por favor, leia cada uma delas e responda a frequência ou o seu grau de concordância com cada uma delas. Por gentileza, responda as afirmações utilizando a escala presente em cada afirmação.

1. Convivo com pessoas negras.

- 1 - Nunca
- 2 - Raramente
- 3 - Regularmente
- 4 - Quase sempre
- 5 - Sempre

2. Sinto-me confortável quando estou em contato com pessoas negras.

- 1 - Nunca
- 2 - Raramente
- 3 - Regularmente
- 4 - Quase sempre
- 5 - Sempre

3. Considero-me uma pessoa aberta para conviver com pessoas de etnias diferentes da minha.

- 1 - Discordo totalmente
- 2 - Discordo
- 3 - Não concordo nem discordo
- 4 - Concordo
- 5 - Concordo totalmente

Por favor, preencha as informações abaixo:

Idade:

Local de nascimento:

Residência:

Com quem mora:

Estado civil:

Escolaridade:

Profissão:

Ocupação:

Renda mensal:

Filhos:

ANEXO D

Imagem apresentada nos experimentos



ANEXO E

Publicação do Capítulo de Livro

Débora Dalbosco Dell'Aglio
Silvia Helena Koller
Editors

Vulnerable Children and Youth in Brazil

Innovative Approaches from the Psychology
of Social Development

 Springer

Editors

Débora Dalbosco Dell'Aglio
Psychology Institute
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brazil

Silvia Helena Koller
Psychology Institute
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brazil

Optentia Research Focus Area
North-West University
Vanderbijlpark, South Africa

ISBN 978-3-319-65032-6

ISBN 978-3-319-65033-3 (eBook)

DOI 10.1007/978-3-319-65033-3

Library of Congress Control Number: 2017954351

© Springer International Publishing AG 2017

This work is subject to copyright. All rights are reserved by the Publisher, whether the whole or part of the material is concerned, specifically the rights of translation, reprinting, reuse of illustrations, recitation, broadcasting, reproduction on microfilms or in any other physical way, and transmission or information storage and retrieval, electronic adaptation, computer software, or by similar or dissimilar methodology now known or hereafter developed.

The use of general descriptive names, registered names, trademarks, service marks, etc. in this publication does not imply, even in the absence of a specific statement, that such names are exempt from the relevant protective laws and regulations and therefore free for general use.

The publisher, the authors and the editors are safe to assume that the advice and information in this book are believed to be true and accurate at the date of publication. Neither the publisher nor the authors or the editors give a warranty, express or implied, with respect to the material contained herein or for any errors or omissions that may have been made. The publisher remains neutral with regard to jurisdictional claims in published maps and institutional affiliations.

Printed on acid-free paper

This Springer imprint is published by Springer Nature

The registered company is Springer International Publishing AG

The registered company address is: Gewerbestrasse 11, 6330 Cham, Switzerland

Chapter 7

Discussion on Prejudice and Empathy in Children and Adolescents in Situations of Social Vulnerability: Proposition of Interventions

André Verzoni and Carolina Saraiva de Macedo Lisboa

Brazil is a country with a wide geographical spread, as well as great heterogeneity of ethnicities, customs, and cultures (Brazilian Institute of Geography and Statistics [IBGE], 2015).

However, situations of intolerance, discrimination, and violence characterized by racial prejudice are part of Brazilian daily life (Brasil, 2015; Martins, Santos, & Colosso, 2013). Although there are laws and regulations, as well as rules aiming at fighting prejudice and disregard for human diversity (Voci & Pagotto, 2014), we can see acts of prejudice and racism (Brasil, 2015) and discrimination against homosexuality, gender, and socioeconomic status (Costa et al., 2017). Likewise, children and adolescents in situations of social vulnerability are victims of prejudice.

Young people, in turn, who live in adverse situations, experience poverty and lack of resources and may be exposed to different types of violence and suffer aggression in different contexts (Calza, Dell'Aglio, & Sarriera, 2016; Sacco, de Souza, & Koller, 2015). Therefore, professionals from the health area and also from other areas are concerned to understand more deeply the process of prejudice and its associated factors, in order to support interventions that are effective in changing this scenario that promotes social exclusion. Just as methodological strategies must be rethought, innovative conceptions and theoretical models are demanded.

Prejudice has as one of its main characteristics the capacity to present constant changes and transformations in its forms of manifestation. This dynamism is above all due to the social, cultural, and political changes that serve as a context for interpersonal relationships. Despite the questioning that emerges from the transformations in the contexts in which prejudice is expressed, this process can be described

A. Verzoni (✉)
Carolina Saraiva de Macedo Lisboa, Av. Carlos Gomes, 1001, sala 701, 90480-160,
Porto Alegre, Brazil
e-mail: andre.verzoni@gmail.com

C.S. de Macedo Lisboa
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brazil

© Springer International Publishing AG 2017
D.D. Dell'Aglio, S.H. Koller (eds.), *Vulnerable Children and Youth in Brazil*,
DOI 10.1007/978-3-319-65033-3_7

Temas em Psicologia	OPEN JOURNAL SYSTEMS																																			
CAPA SOBRE PÁGINA DO USUÁRIO NOTÍCIAS	Ajuda do sistema																																			
Capa > Usuário > Autor > Submissões > #16631 > Resumo	USUÁRIO Logado como: andreverzoni • Meus periódicos • Perfil • Sair do sistema																																			
# 16631 Sinopse																																				
RESUMO AVALIAÇÃO EDIÇÃO																																				
Submissão <table border="0"> <tr> <td>Autores</td> <td>André Verzoni, Carolina Lisboa</td> </tr> <tr> <td>Título</td> <td>Understanding how contact, empathy and perspective taking can act against racial prejudice</td> </tr> <tr> <td>Documento original</td> <td>16631-70103-1-SM.DOC 2018-08-23</td> </tr> <tr> <td>Docs. sup.</td> <td> 16631-70104-1-SP.DOC 2018-08-23 <u>INCLUIR DOCUMENTO SUPLEMENTAR</u> 16631-70105-1-SP.DOC 2018-08-23 16631-70106-1-SP.PDF 2018-08-23 </td> </tr> <tr> <td>Submetido por</td> <td>Sr. André Verzoni</td> </tr> <tr> <td>Data de submissão</td> <td>agosto 23, 2018 - 11:11</td> </tr> <tr> <td>Seção</td> <td>Artigos</td> </tr> <tr> <td>Editor</td> <td>Luísa Habigzang Clarissa Pinto Pizarro de Freitas Thiago DeCastro</td> </tr> </table> Situação <table border="0"> <tr> <td>Situação</td> <td>Em avaliação</td> </tr> <tr> <td>Iniciado</td> <td>2018-08-23</td> </tr> <tr> <td>Última alteração</td> <td>2018-09-17</td> </tr> </table> Metadados da submissão <u>EDITAR METADADOS</u> <table border="0"> <tr> <td colspan="2">Autores</td> </tr> <tr> <td>Nome</td> <td>André Verzoni</td> </tr> <tr> <td>ORCID iD</td> <td>http://orcid.org/0000-0003-4176-8553</td> </tr> <tr> <td>Instituição/Afiliação</td> <td>PUCRS</td> </tr> <tr> <td>País</td> <td>Brasil</td> </tr> <tr> <td>Resumo da Biografia</td> <td>Psychologist, Psychoanalyst, Master Degree in Psychology and PhD student in Psychology at Pontifical Catholic University of Rio Grande do Sul (PUCRS). Professor at Faculdade Factum. Member of APPOA (Psychoanalytic Association of Porto Alegre). orcid.org/0000-0003-4176-8553</td> </tr> </table>		Autores	André Verzoni, Carolina Lisboa	Título	Understanding how contact, empathy and perspective taking can act against racial prejudice	Documento original	16631-70103-1-SM.DOC 2018-08-23	Docs. sup.	16631-70104-1-SP.DOC 2018-08-23 <u>INCLUIR DOCUMENTO SUPLEMENTAR</u> 16631-70105-1-SP.DOC 2018-08-23 16631-70106-1-SP.PDF 2018-08-23	Submetido por	Sr. André Verzoni	Data de submissão	agosto 23, 2018 - 11:11	Seção	Artigos	Editor	Luísa Habigzang Clarissa Pinto Pizarro de Freitas Thiago DeCastro	Situação	Em avaliação	Iniciado	2018-08-23	Última alteração	2018-09-17	Autores		Nome	André Verzoni	ORCID iD	http://orcid.org/0000-0003-4176-8553	Instituição/Afiliação	PUCRS	País	Brasil	Resumo da Biografia	Psychologist, Psychoanalyst, Master Degree in Psychology and PhD student in Psychology at Pontifical Catholic University of Rio Grande do Sul (PUCRS). Professor at Faculdade Factum. Member of APPOA (Psychoanalytic Association of Porto Alegre). orcid.org/0000-0003-4176-8553	AUTOR Submissões • Ativo (1) • Arquivo (1) • Nova submissão IDIOMA Seleccione o idioma Português (Brasil) Submiter TAMANHO DE FONTE A- <input checked="" type="button" value="A"/> A+
Autores	André Verzoni, Carolina Lisboa																																			
Título	Understanding how contact, empathy and perspective taking can act against racial prejudice																																			
Documento original	16631-70103-1-SM.DOC 2018-08-23																																			
Docs. sup.	16631-70104-1-SP.DOC 2018-08-23 <u>INCLUIR DOCUMENTO SUPLEMENTAR</u> 16631-70105-1-SP.DOC 2018-08-23 16631-70106-1-SP.PDF 2018-08-23																																			
Submetido por	Sr. André Verzoni																																			
Data de submissão	agosto 23, 2018 - 11:11																																			
Seção	Artigos																																			
Editor	Luísa Habigzang Clarissa Pinto Pizarro de Freitas Thiago DeCastro																																			
Situação	Em avaliação																																			
Iniciado	2018-08-23																																			
Última alteração	2018-09-17																																			
Autores																																				
Nome	André Verzoni																																			
ORCID iD	http://orcid.org/0000-0003-4176-8553																																			
Instituição/Afiliação	PUCRS																																			
País	Brasil																																			
Resumo da Biografia	Psychologist, Psychoanalyst, Master Degree in Psychology and PhD student in Psychology at Pontifical Catholic University of Rio Grande do Sul (PUCRS). Professor at Faculdade Factum. Member of APPOA (Psychoanalytic Association of Porto Alegre). orcid.org/0000-0003-4176-8553																																			